

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	3
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	4
-------------------------------	---

3.2 - Medições não contábeis	5
------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	6
---	---

3.5 - Distribuição de dividendos	
----------------------------------	--

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	10
--	----

3.7 - Nível de endividamento	11
------------------------------	----

3.8 - Obrigações	12
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	13
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	15
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	24
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	25
--	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	31
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	32
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	33
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	35
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	36
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	37
---	----

5.4 - Alterações significativas	41
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	42
---	----

6.3 - Breve histórico	43
-----------------------	----

6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	45
--	----

6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	60
--------------------------------------	----

Índice

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	61
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	68

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	78
8.2 - Alterações na condução de negócios	85
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	86

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	87
9.1.a - Ativos imobilizados	88
9.1.b - Ativos Intangíveis	89
9.1.c - Participação em sociedades	
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	91

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	92
10.2 - Resultado operacional e financeiro	132
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	134
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	136
10.5 - Políticas contábeis críticas	142
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	143
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	144
10.8 - Plano de Negócios	145
10.9 - Outros fatores com influência relevante	146

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	147
11.2 - Acompanhamento das projeções	153

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa	155
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	169
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	170
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	171
12.7/8 - Composição dos comitês	190

Índice

12.9 - Relações familiares	
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	198
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	199
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	205
13.2 - Remuneração total por órgão	207
13.3 - Remuneração variável	208
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	209
13.5 - Remuneração baseada em ações	211
13.6 - Opções em aberto	212
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	213
13.8 - Precificação das ações/opções	214
13.9 - Participações detidas por órgão	215
13.10 - Planos de previdência	216
13.11 - Remuneração máx, mín e média	
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	218
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	219
13.14 - Remuneração - outras funções	220
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	221
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	222
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	223
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	224
14.3 - Política remuneração dos empregados	225
14.4 - Relações emissor / sindicatos	226
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	227
15.3 - Distribuição de capital	234
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	235
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	236

Índice

15.7 - Principais operações societárias	237
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	238
16.2 - Transações com partes relacionadas	239
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	269
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	270
17.2 - Aumentos do capital social	
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	
17.4 - Redução do capital social	
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	274
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	276
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	277
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	279
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	286
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	
18.8 - Títulos emitidos no exterior	
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	289
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	290
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	300
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	301
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	302
21.3 - Responsáveis pela política	305

Índice

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

306

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Djalma Bastos de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	418-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29		
Período de prestação de serviço	02/07/2007		
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008; (ii) auditoria das informações trimestrais individuais e consolidadas de 31 de março de 2010, 2009 e 2008, 30 de junho de 2010, 2009 e 2008 e 30 de setembro de 2010, 2009 e 2008; (iii) análise e certificação dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) revisão das declarações de rendimentos anuais e trimestrais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 e aos trimestres encerrados em 31 de março de 2010, 2009 e 2008, 30 de junho de 2010, 2009 e 2008 e 30 de setembro de 2010, 2009 e 2008; e (v) auditoria dos custos não gerenciáveis (CVA). No exercício corrente, os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2011; (ii) auditoria das informações trimestrais individuais e consolidadas de 31 de março de 2011, 30 de junho de 2011 e 30 de setembro de 2011; (iii) análise e certificação dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; (iv) revisão das declarações de rendimentos anuais e trimestrais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2011, 30 de junho de 2011 e 30 de setembro de 2011; (v) auditoria dos custos não gerenciáveis (CVA).		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pelos serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, os auditores independentes receberam: (i) R\$1.210 mil relativos à auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, incluindo a revisão das informações trimestrais individuais, bem como a revisão das declarações de rendimento anuais e trimestrais e consolidadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010; (ii) R \$238 mil relativos à análise e certificação dos controles internos da Companhia de acordo com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley; e (iii) R\$159 mil referentes à auditoria dos custos não gerenciáveis (CVA). Os auditores não receberam remuneração além da descrita acima, uma vez que não prestaram qualquer outro tipo de serviço, além dos descritos no item 2.1 (d) acima (Descrição do Serviço Contratado).		
Justificativa da substituição	Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (31) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

A Companhia adota um sistema de rodízio de seus auditores independentes, com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Os serviços prestados não configuram, na avaliação da Administração da Companhia, em perda de independência dos auditores independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no artigo 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2010)

Exercício social (31/12/2009)

Exercício social (31/12/2008)

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**a. Valor das medições contábeis:**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Motivo pelo qual a Administração entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**

2008	2009	2010
------	------	------

a) Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia vigente nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 determinava que 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social seria destinado à reserva legal, até o limite máximo previsto em lei.

A Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.

<p>Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2009, os acionistas da Companhia deliberaram destinar a quantia de: (i) R\$49.288 mil, relativos a 5% do lucro líquido, à conta de Reserva Legal; e (ii) R\$263.537 mil à conta de Retenção de Lucros, para aplicação em pagamento de despesas, impostos e serviço da dívida.</p>	<p>Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2010, os acionistas da Companhia deliberaram destinar a quantia de: (i) R\$65.473 mil, relativos a 5% do lucro líquido, à conta de Reserva Legal; (ii) R\$16.057 mil à conta de Reserva de Retenção de Lucros para aporte de capital na Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.; e (iii) R\$228 mil à conta Reserva de Retenção</p>	<p>Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas da Companhia deliberaram destinar a quantia de R\$54.206 mil, relativos a 5% do lucro líquido, à conta de Reserva Legal.</p>
---	--	--

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
2008	2009	2010
		de Lucros para aporte de capital na Cemig Baguari S.A.

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia vigente nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 determinava que, do lucro líquido apurado em cada exercício social: (i) 50% seria distribuído, como dividendo obrigatório, à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”); e (ii) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, seria distribuído à CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.

O artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações prevê que 50% do lucro líquido do exercício social, após a constituição da reserva legal, deverá ser distribuído aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. Ainda nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2009, os acionistas da Companhia deliberaram destinar a quantia de R\$492.877 mil ao pagamento de dividendos sendo: (a) R\$186.766 mil na forma de juros sobre capital próprio; (b) R\$306.111 mil na forma de dividendos	Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2010, os acionistas da Companhia deliberaram destinar a quantia de R\$1.227.708 mil ao pagamento de dividendos, sendo: (a) R\$213.217 mil na forma de juros sobre o capital próprio; (b) R\$440.000 mil na forma de dividendos intermediários; e (c) R\$574.491 mil na	Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas da Companhia deliberaram destinar a quantia de R\$1.131.813 mil ao pagamento de dividendos, sendo: (a) R\$213.773 mil na forma de juros sobre o capital próprio; (b) R\$394.161 mil na forma de dividendos
--	--	---

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**

2008	2009	2010
complementares; e (c) R\$24.830 mil ao pagamento de dividendos utilizando o saldo de lucros acumulados advindos da adoção da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.	e forma de dividendos complementares.	intermediários, a título de antecipação parcial do dividendo mínimo obrigatório de 2010; (c) R\$421.970 mil na forma de dividendos complementares de 2010; e (d) R\$101.909 mil ao pagamento de dividendos utilizando o saldo de lucros acumulados advindos da adoção das novas normas de contabilidade.

- c) Periodicidade de distribuição de dividendos** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, vigente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, os dividendos são pagos anualmente, em duas parcelas iguais, sendo a primeira parcela paga até 30 de junho e a segunda parcela paga até 30 de dezembro de cada ano.
- d) Restrições à distribuição de dividendos** Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Documento ainda não preenchido!

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente a 2010 inclui o valor de R\$101.910 mil à conta de lucros acumulados decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade, com o registro dos efeitos retroativos anteriores a 2010 diretamente contra o Patrimônio Líquido da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	9.614.679,00	Índice de Endividamento	1,90000000	
	0,00	Outros índices	2,50000000	Índice => Dívida líquida / Lajida Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo Estatuto Social da CEMIG, que determina que o endividamento consolidado da companhia deverá ser mantido em valor igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da companhia.
	0,00	Outros índices	0,54000000	Índice => Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo Estatuto Social da CEMIG, que determina que deverá ser mantida uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40%. Esta meta poderá ser ultrapassada por motivos conjunturais, mediante justificativa e prévia e específica aprovação do Conselho de Administração, até o limite de 50%.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2010)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		17.526.820,25	276.658.298,40	196.799.201,74	949.283.757,10	1.440.268.077,49
	Quirografárias		815.442.899,62	3.557.099.507,62	2.725.797.764,86	1.076.070.750,41	8.174.410.922,51
Total			832.969.719,87	3.833.757.806,02	2.922.596.966,60	2.025.354.507,51	9.614.679.000,00
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**3.9 Outras informações que a Companhia julgue relevantes**

3.9.1 Em complemento ao item 3.7 - Nível de endividamento, destacamos a seguir a posição em 30 de setembro de 2011:

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza (R\$)	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2011	10.693.295	Índice de Endividamento	2,21	-
30/09/2011	0,00	Índice => Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)	0,53	Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“ <u>CEMIG</u> ”), controladora da Companhia, que determina que deverá ser mantida uma relação consolidada de endividamento medida por dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 40%. Esta meta poderá ser ultrapassada por motivos conjunturais, mediante justificativa e prévia e específica aprovação do Conselho de Administração, até o limite de 50%.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

				Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo Estatuto Social da CEMIG, que que determina que o endividamento consolidado da companhia deverá ser mantido em valor igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da companhia.
30/09/2011	0,00	Índice => Dívida líquida / LAJIDA	2,56	

3.9.2 Em complemento ao item 3.8 - Obrigações da Companhia de acordo com a garantia constituída e prazo de vencimento, seguem as informações referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2011:

Tipo	Inferior a um ano (R\$)	Um a três anos (R\$)	Três a cinco anos (R\$)	Superior a cinco anos (R\$)	Total (R\$)
Garantia Real	206.214.590,54	433.509.249,62	164.792.368,41	873.273.536,86	1.677.789.745,43
Garantia Quirografária	3.089.933.787,89	1.917.489.307,87	2.735.064.302,39	1.273.017.856,42	9.015.505.254,57
Total	3.296.148.378,43	2.350.998.557,48	2.899.856.670,80	2.146.291.393,28	10.693.295.000,00

Observação: As informações acima referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a. ao emissor

A Companhia não tem certeza de que as suas concessões serão renovadas.

A Companhia conduz a grande maioria de suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada (“Lei de Concessões”), os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico. De acordo com a Lei de Concessões, conforme modificada pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as concessões existentes poderão ser renovadas pelo Governo Federal por períodos adicionais de até 20 anos, mediante requerimento efetuado pela concessionária, independentemente de sujeição ao processo de licitação, contanto que a concessionária tenha observado padrões mínimos de desempenho e que a proposta seja aceitável ao Governo Federal.

À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal - que é frequentemente orientado pela ANEEL - pela Lei de Concessões em relação a novos contratos de concessão e no que diz respeito à renovação de concessões existentes e, dada a ausência de precedentes de longa data explicitando como o Governo Federal pretende exercer seu poder discricionário, interpretar e aplicar a Lei de Concessões, a Companhia não pode garantir que novas concessões serão obtidas ou que as concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aquelas atualmente em vigor. A não renovação de quaisquer das concessões poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia, controlada indireta do Estado de Minas Gerais, está sujeita a regras e limites aplicados a níveis de endividamento do setor público e a restrições sobre o uso de certos recursos captados, o que poderá impedi-la de obter financiamentos.

Na qualidade de companhia Estatal, a Companhia está sujeita a regras e limites atinentes ao nível de crédito aplicável ao setor público emitidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Essas regras fixam certos parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a companhias do setor público. Desta forma, se a Companhia não atender a essas condições e parâmetros, ela poderá enfrentar dificuldades para obter financiamentos de instituições financeiras brasileiras, o que poderá criar dificuldades na implementação do seu plano de investimento. A legislação brasileira também estabelece que uma companhia controlada pelo Estado, de modo geral, apenas pode utilizar os recursos decorrentes de operações externas com bancos comerciais (dívidas, incluindo títulos) para refinarçar obrigações financeiras. Como resultado dessas regras, a capacidade de endividamento da Companhia fica novamente limitada, o que poderá afetar negativamente a implementação do seu plano de investimento.

A Companhia pode incorrer em prejuízos relativos a processos judiciais pendentes.

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos de naturezas cível, administrativa, ambiental, tributária, trabalhista, dentre outros. Esses processos envolvem uma ampla gama de questões e visam à obtenção de indenizações e reparações em dinheiro e obrigações de fazer. Vários litígios individuais respondem por uma parcela

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

significativa do valor total dos processos movidos contra a Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia incluem provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim. Na hipótese de as provisões legais da Companhia se revelarem insuficientes, o pagamento dos processos em valor que exceda os valores provisionados poderá causar um efeito adverso no negócio, resultados operacionais ou situação financeira da Companhia.

Há restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia.

A Companhia está sujeita a certas restrições sobre a sua capacidade de endividamento em função de obrigações previstas em seus contratos de empréstimo. Na hipótese de descumprimento por parte da Companhia de quaisquer dessas obrigações contidas em seus contratos de empréstimo, a totalidade do valor principal, juros futuros e quaisquer multas devidas nos termos dos referidos contratos poderão tornar-se imediatamente devidos e exigíveis. No passado, particularmente, nos três últimos anos, a Companhia esteve, algumas vezes, em não conformidade em relação às obrigações previstas nos contratos de empréstimo e, apesar de ter sido capaz de obter autorizações dos credores em relação a essa não conformidade, nenhuma garantia pode ser dada de que a Companhia será bem-sucedida em obter alguma autorização no futuro. O vencimento antecipado das obrigações da Companhia poderá prejudicar a sua situação financeira, especialmente devido às disposições sobre inadimplemento cruzado (*cross default*) contidas em diversos de seus contratos de empréstimo e de financiamento. A existência de limitações sobre o endividamento da Companhia poderá impedi-la de celebrar novos contratos para financiamento de suas operações ou para refinanciamento das obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia pode ser penalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em função do descumprimento dos contratos de concessão, e/ou autorizações concedidas, o que poderá resultar em multas, outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, encampação dos contratos de concessão ou revogação das autorizações.

A Companhia realiza as atividades de geração e transmissão nos termos de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal por intermédio da ANEEL e/ou nos termos das autorizações concedidas às companhias do Grupo CEMIG, conforme o caso. A ANEEL poderá impor penalidades à Companhia caso deixe de observar qualquer disposição dos contratos de concessão, inclusive aquelas relativas à observância dos padrões de qualidade estabelecidos. Dependendo da gravidade da inobservância, essas penalidades poderão incluir:

- multas por quebra contratual de até 2,0% das receitas da concessionária no exercício encerrado imediatamente anterior à data do inadimplemento contratual;
- liminares atinentes à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária no que tange à participação em processos licitatórios para outorga de novas concessões por até dois anos;
- intervenção pela ANEEL na administração da concessionária infratora; e
- revogação da concessão.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Ademais, o Governo Federal tem poderes para revogar quaisquer das concessões ou autorizações antes do encerramento do prazo da concessão no caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação, por razões de interesse público.

Adicionalmente, atrasos na implementação e construção de novos projetos de energia podem ainda resultar na imposição de penalidades regulatórias por parte da ANEEL, que, de acordo com a Resolução da ANEEL Nº 63, de 12 de maio de 2004, poderão consistir desde notificações ao vencimento antecipado de tais concessões ou autorizações. A ANEEL poderá impor multas e até mesmo revogar as concessões ou autorizações da Companhia na hipótese de violação dos contratos de concessão ou das autorizações. Qualquer indenização que a Companhia venha a receber quando da rescisão do contrato de concessão e/ou da revogação das autorizações poderá não ser suficiente para compensar a Companhia pelo valor integral de certos investimentos. Se quaisquer dos contratos de concessão forem rescindidos por culpa da Companhia, o valor efetivo da indenização poderá ser reduzido em função de multas ou outras penalidades. A rescisão dos contratos de concessão ou a imposição de penalidades poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Atrasos na expansão das instalações da Companhia poderão aumentar significativamente os seus custos.

Atualmente, a Companhia se dedica à construção de novas usinas hidrelétricas, eólicas, linhas de transmissão e subestações, bem como à avaliação de outros potenciais projetos de expansão. A capacidade da Companhia de concluir um projeto de expansão dentro do prazo e de determinado orçamento, sem efeitos econômicos adversos, está sujeita a vários riscos. São exemplos de riscos a que a Companhia está sujeita:

- problemas diversos na fase de construção de um projeto de expansão (exemplos: embargos de obras, condições geológicas imprevistas, incertezas políticas e ambientais, liquidez dos parceiros, contratados e subcontratados);
- desafios regulatórios ou legais que protelem a data inicial de operação de um projeto de expansão;
- as instalações novas ou modificadas poderão não operar à capacidade designada ou fora do prazo estabelecido;
- a capacidade de obter recursos suficientes para financiar os projetos de expansão; e
- questões ambientais e reivindicações da população durante a construção de usinas de geração, linhas de transmissão e subestações.

A Companhia opera sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil e os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos

A Companhia, exceto para o ramo Aeronáutico, não possui seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicita propostas relativas a este tipo de seguro. Ademais, a Companhia não solicita proposta para, tampouco contrata, cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar as instalações da Companhia, tais como terremotos e inundações, risco de paralisação dos negócios ou falhas operacionais do sistema. Acidentes ou eventos catastróficos poderão afetar adversamente o negócio, resultados operacionais ou situação financeira da Companhia. Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para o ressarcimento de eventuais danos. A Companhia mantém apenas seguro de incêndio e riscos operacionais, tais como danos em equipamentos. As instalações elétricas da Companhia não se encontram, de modo geral, cobertas por seguro contra catástrofes, tais como terremotos e inundações. A Companhia não pode garantir que seus seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados podem acarretar custos adicionais inesperados e significativos para a Companhia, acarretando um efeito adverso em suas atividades, resultados operacionais e condição financeira.

A Companhia tem responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, a Companhia tem responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de transmissão de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios dos sistemas de geração e transmissão ou distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), ou ao ONS propriamente dito, deverão ser compartilhados entre companhias de geração, distribuição e transmissão. Até que um critério final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia recebe nas Assembleias Gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, o negócio, resultados operacionais e a situação financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Disputas trabalhistas, greves e/ou interrupções de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre o negócio da Companhia.

Praticamente todos os empregados da Companhia estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. A Companhia celebra acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria de seus empregados. A Companhia figura no pólo passivo de reclamações trabalhistas instauradas por seus empregados que se referem, de forma geral, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. A Companhia também é parte em ações relacionadas à terceirização de serviços, ajuizadas pelos empregados de seus contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes. Em 2008 e 2009, a Companhia não enfrentou nenhuma manifestação trabalhista relevante. Nas negociações para celebração do acordo coletivo de 2010, a Companhia passou por 20 dias de greve dos empregados. A Companhia possui um Comitê de Emergência Operacional para momentos de crise. Este comitê foi acionado e possibilitou que o movimento grevista não prejudicasse o fornecimento de energia para a sociedade. A Companhia não possui seguro contra perdas incorridas em decorrência de interrupções de atividades causadas por ações trabalhistas. Na hipótese de greve, a Companhia poderá enfrentar uma perda imediata de receita. Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes a empregados da Companhia ou a sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre o negócio, resultados operacionais ou situação financeira da Companhia e sobre sua capacidade de manter os níveis normais de serviço.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

A Companhia é controlada indiretamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o qual poderá ter interesses específicos na condução dos negócios da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Na qualidade de acionista controlador da Companhia, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos negócios da controladora direta da Companhia, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), e conseqüentemente, na Companhia. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das ações ordinárias da CEMIG, e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos em decisões tomadas em nas assembleias gerais, podendo: (i) eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da CEMIG; e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por *quorum* qualificado dos acionistas da Companhia, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos. No passado, o governo do Estado de Minas Gerais utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador da CEMIG para decidir se a Companhia deverá se dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos negócios e/ou resultados operacionais da Companhia, o que poderá causar um efeito adverso relevante.

c. a seus acionistas

Não há fator de risco relacionado aos acionistas da Companhia uma vez que ela é subsidiária integral da CEMIG.

d. a suas controladas e coligadas

As concessionárias Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”), controladas pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica, que por sua vez é controlada pela Companhia, são dependentes de prestadores de serviços terceirizados para a operação e manutenção de suas instalações.

As concessionárias ETAU e Brasnorte celebram contratos de prestação de serviços de operação e manutenção, relacionados às suas linhas de transmissão e subestações, com prestadores de serviço de reputação no mercado brasileiro. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados em prazos adequados, conforme as especificações contratuais, poderá colocar as controladas em situação de inadimplemento nos termos dos respectivos contratos de concessão e causar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais e na capacidade financeira destas controladas e, conseqüentemente, da Companhia.

Ademais, a rescisão desses contratos de operação e manutenção, ou a incapacidade de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço igualmente qualificados, tempestivamente e com preços similares, poderá causar um efeito adverso relevante nas controladas, afetando essas sociedades, e, conseqüentemente, a Companhia.

e. a seus fornecedores

Não há fatores de risco com relação a fornecedores da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

f. a seus clientes

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Não há fatores de risco com relação a clientes da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

A atual estrutura do setor elétrico brasileiro é altamente concentrada em geração hidrelétrica, o que a torna sujeita a certos riscos.

O setor elétrico brasileiro é altamente concentrado em geração hidrelétrica e enfrenta uma limitação natural de sua capacidade de geração, tendo em vista que as usinas hidrelétricas não podem gerar mais energia elétrica do que é possível em função dos recursos hídricos do país. Assim, fatores naturais podem afetar a capacidade de geração de energia, em razão do aumento ou redução do nível dos reservatórios. O controle do nível dos reservatórios pelo ONS procura otimizar o nível de água disponível para a geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios. Neste contexto, o ONS poderá, por exemplo, impedir que uma usina de geração localizada na nascente de um rio aumente sua vazão de água, caso isto possa prejudicar as demais usinas ao longo do mesmo rio. Da mesma maneira, o ONS poderá decidir aumentar a geração termelétrica e reduzir a geração hidrelétrica com o fim de preservar a água dos reservatórios.

A escassez no racionamento em razão de condições hidrológicas adversas não totalmente cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia poderia resultar no aumento de custos e diminuição do fluxo de caixa. Adicionalmente, caso os leilões de energia nova realizados nos termos da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004 (“Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico”) não resultem em uma expansão da capacidade de geração de energia para adequar os níveis à crescente demanda, medidas de racionamento podem vir a ser adotadas. Qualquer limitação à capacidade de geração de energia elétrica poderá prejudicar o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A ANEEL possui alguma discricionariedade para estabelecer as receitas anuais permitidas da Companhia.

As receitas anuais permitidas (“RAP”) da Companhia são determinadas nos termos dos contratos de concessão celebrados com a ANEEL em nome do Governo Federal, e em conformidade com a competência decisória e regulatória da ANEEL. Os contratos de concessão e a legislação setorial estabelecem que as receitas do segmento de transmissão são definidas pela ANEEL e são calculadas pela disponibilização de ativos (linhas e subestações) para o SIN. Estes contratos preveem dois mecanismos de correção da receita: (i) o reajuste tarifário; e (ii) a revisão tarifária periódica – RTP. O reajuste tarifário das receitas de transmissão da Companhia ocorre anualmente no mês de junho, e passa a vigorar a partir do mês de julho. O índice para atualização depende do contrato de concessão e para a Companhia este índice é o IGP-M. A revisão tarifária periódica acontece a cada quatro anos, sendo que a primeira ocorreu em julho de 2005 e a segunda em julho em 2009. O mecanismo de revisão tarifária está sujeito, em certa medida, ao poder discricionário da agência reguladora, o que poderá causar um efeito adverso relevante no negócio, resultados operacionais ou situação financeira da Companhia.

Imposições e restrições das agências ambientais poderão acarretar custos adicionais à Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As operações relacionadas à geração e transmissão de energia elétrica, bem como à distribuição de gás natural estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais e também a numerosas exigências atinentes à proteção da saúde e do meio ambiente. Atrasos ou recusas dos pedidos de licenças por parte dos órgãos ambientais, bem como a eventual impossibilidade da Companhia cumprir os requisitos estabelecidos por esses órgãos durante os processos de licenciamento ambiental, podem resultar em custos adicionais, ou mesmo proibir, conforme o caso, a construção e manutenção destes projetos.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais - como a construção e operação de uma instalação potencialmente poluente sem uma licença ou autorização ambiental válida - poderá, independentemente da obrigação de sanar quaisquer danos que venham a ser causados, (que não estão sujeitas a limites de quantidade) resultar na aplicação de sanções penais, civis e administrativas. Com base na legislação brasileira, penas criminais tais como restrição de direitos e mesmo de liberdade podem ser aplicadas a pessoas físicas (incluindo administradores de empresas) e penas tais como multas, restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade podem ser aplicadas a pessoas jurídicas. Em relação às sanções administrativas, dependendo das circunstâncias, as autoridades ambientais podem impor advertências e multas que variam entre R\$50 mil e R\$50 milhões, exigir a suspensão parcial ou total de atividades, suspender ou restringir benefícios fiscais, cancelar ou suspender linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras governamentais bem como proibir a companhia de celebrar contratos com órgãos, companhias e autoridades governamentais. Quaisquer desses eventos poderão afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita à legislação brasileira, que exige pagamento de compensação em relação aos efeitos poluidores de suas atividades. De acordo com a legislação federal, até 0,5% do montante total investido na implementação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deve ser revertido para medidas compensatórias em determinada quantidade, devendo ser avaliados pelas autoridades ambientais de acordo com a extensão do impacto ambiental do projeto. Algumas disposições da legislação estadual estabelecem que as medidas de compensação devam ser adotadas com efeitos retroativos a projetos concluídos antes da promulgação da legislação pertinente. A Companhia poderá incorrer em custos adicionais com a nova legislação, o que poderá afetar seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, as leis estaduais exigem a constituição de uma Reserva Florestal Legal correspondente a 20% da área total da propriedade rural e as autoridades ambientais estão discutindo atualmente se essa exigência se aplica a empresas do setor elétrico. Se a Reserva Florestal Legal for aplicável a empresas do setor de energia elétrica, será exigido tanto para aqueles em construção quanto para aqueles a serem realizados no futuro.

Por fim, a adoção ou implementação de novas leis de segurança, saúde e ambientais, novas interpretações de leis atuais, maior rigidez na aplicação das leis ambientais ou outros acontecimentos no futuro poderão exigir que a Companhia realize dispêndios de capital adicionais ou que incorra em despesas operacionais adicionais a fim de manter suas operações atuais, restringir suas atividades de produção ou que a Companhia adote outras ações que poderão ter efeito adverso sobre sua condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

A Companhia está sujeita a uma extensa e incerta legislação e regulamentação governamental e eventuais alterações podem causar um impacto adverso relevante.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sendo atualmente contestada no Supremo Tribunal Federal (“STF”) que até a data deste Formulário de Referência ainda não proferiu decisão definitiva sobre a questão estando, portanto, em pleno vigor. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja considerada inconstitucional pelo STF, o arcabouço regulatório introduzido pela lei poderá deixar de vigorar, fato que gerará incerteza sobre como e em que caso o Governo Federal conseguirá introduzir alterações no setor energético. Dessa forma, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas atividades, resultados operacionais e situação financeira.

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem afetar os preços de venda de energia.

De acordo com a legislação aplicável, as companhias de geração de energia da Companhia não estão autorizadas a vender energia diretamente para as distribuidoras da Companhia. Dessa forma, as companhias de geração de energia da Companhia vendem a energia em um mercado regulamentado, por meio de leilões públicos realizados pela ANEEL (“Mercado Regulamentado”, “Ambiente de Contratação Regulado - ACR” ou “Pool”) ou no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). A legislação aplicável permite aos distribuidores celebrarem contratos com as companhias de geração de energia da Companhia no âmbito do ACR e a reduzir a quantidade de energia contratada em alguns contratos até um determinado limite, expondo as companhias de geração de energia ao risco de não venderem a energia assim descontratada a preços adequados.

Além disso, a Companhia realiza atividades de comercialização por meio de contratos de compra e venda de energia, principalmente no ACL, por meio das companhias de geração e comercialização de energia. Os contratos firmados no ACL podem ser firmados com outros agentes de geração, comercialização e principalmente com os “Consumidores Livres”, que são os consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW, os quais podem escolher seu fornecedor de energia. Contratos antigos com esse tipo de consumidor possibilitam a flexibilidade de comprar um maior ou menor volume de energia (de 5% em média) das companhias controladas pela Companhia em relação ao originalmente contratado, o que poderá acarretar um impacto prejudicial sobre o negócio da Companhia, seus resultados operacionais e situação financeira. Contratos recentes, assinados a partir de 2005, em geral, não permitem este tipo de flexibilidade na compra de energia, mas o aumento das pressões da concorrência no mercado pode levar à volta desse tipo de condição contratual.

Além dos Consumidores Livres mencionados acima, há uma classe de clientes denominada “Clientes Especiais”, que são aqueles com demanda contratada entre 500kW e 3MW, que são elegíveis para aderirem ao mercado livre desde que comprem energia de fontes incentivadas, como pequenas centrais hidrelétricas, usinas a biomassa ou usinas eólicas. A Companhia já realizava operações de venda desse tipo de energia a partir de alguns recursos próprios de geração alocados em determinadas empresas do grupo, mas, a partir de 2009, vem sendo incrementada a comercialização desse tipo de energia incentivada e a empresa formou um portfólio de contratos de compra para ocupar um importante espaço no mercado brasileiro deste tipo de energia. Os contratos de venda a esse tipo de cliente possuem flexibilidades específicas para atendimento de suas particularidades e essas flexibilidades de consumo a menor ou a maior estão vinculadas ao

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

comportamento histórico dessas cargas. Variações de mercado muito amplas, que excedam os limites históricos, podem gerar posições de curto prazo que podem ter impacto financeiro prejudicial aos resultados da Companhia.

A falta de liquidez para a execução das políticas de venda ou a volatilidade dos preços futuros devido a condições de mercado e/ou percepções de mercado, podem afetar negativamente os resultados esperados da Companhia. Adicionalmente, caso a Companhia não consiga vender todos os seus recursos - capacidade de geração própria adicionada aos contratos de compra - nos leilões públicos regulados ou no ambiente de contratação livre, a capacidade não vendida será liquidada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a preços de liquidação que tendem a ser muito voláteis. Se isso ocorrer em períodos de baixos preços de liquidação, as receitas e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não há fatores de risco com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atue que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Os riscos relacionados são constantemente monitorados pela Companhia. Neste momento, a Companhia não possui expectativas de redução ou aumento de sua exposição aos riscos apresentados para esse item que julgue relevantes.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre administrativos, trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia figura como parte devedora em processos administrativos e judiciais, os quais não são classificados como sigilosos. Em relação a esses processos, encontravam-se provisionados nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e em 30 de setembro de 2010, R\$23.233 mil e R\$7.122 mil, respectivamente. Já nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, encontravam-se provisionados R\$7.010 mil e R\$9.659 mil, respectivamente.

Abaixo estão descritos todos os processos administrativos e judiciais em andamento, de natureza Ambiental, Cível, Direito Administrativo, Regulatório e Tributário cadastrados no sistema de controle de processos utilizado pela Companhia – Sistema de Gestão de Processos Jurídicos – GPJuri, classificados como relevantes, de valores iguais ou superiores a R\$50 milhões, individual ou em conjunto, com a posição atualizada até 30 de setembro de 2011, cujas contingências de perda estão avaliadas como “provável”, “possível” e “remota”, critério utilizado para classificação de relevância, em que a Companhia figura como parte.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em “provável”, “possível” ou “remota”, considerando os critérios determinados nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, alterado pela Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), que aplica à contabilidade regulatória todas as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), já aprovadas pela ANEEL, em especial o parágrafo 16 do pronunciamento técnico do CPC nº 25, sendo os montantes provisionados nos processos com avaliação de perda provável e nos de perda possível, conforme a seguir:

- quando for mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade deve reconhecer a provisão (se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos); e
- quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

Em decorrência da desverticalização pela qual passou, nos processos em que a CEMIG figura como parte, a sua substituição processual pela Cemig Distribuição e pela Companhia ocorre gradativamente e de acordo com o andamento processual, dependendo de deferimento pelo poder judiciário.

Processos Ambientais

Ação Civil Pública nº 002408137311-0	
a. juízo	2ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte – Minas Gerais
b. instância	1ª instância - Justiça Comum

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	22/07/2008
d. partes no processo	Autor: Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio - AMAR Réus: Companhia, CEMIG, Fundação Estadual do Meio Ambiente (“ <u>FEAM</u> ”) e Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“ <u>Southern Electric</u> ”).
e. valor envolvido	R\$ 1.396.676.796,52
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública proposta pela Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio, contra a Companhia, a CEMIG, Southern Electric e FEAM, na qual a requerente alega a existência de danos potenciais à saúde pública; prejuízos pela inexistência de escada de peixes; existência de altas taxas de cianobactérias; existência de doenças endêmicas (leishmaniose e esquistossomose); risco de eutrofização; contaminação por biocidas persistentes; contaminação por mercúrio; necessidade de desapropriação de 500 metros no entorno do reservatório e reposição de mata ciliar e da averbação da reserva legal; e inconsistência da operação. Requereu, em pedido de liminar, que a licença da operação – LO nº 111/05 (UHE Nova Ponte) fosse cassada ou suspensa até que nela sejam estabelecidas e cumpridas as condicionantes pretendidas nesta lide, imprescindíveis à manutenção da saúde pública e à compensação/mitigação ambiental. Em audiência, a juíza acolheu a exceção de incompetência e declinou a competência para o foro da capital do Estado de Minas Gerais. A CEMIG protocolizou Agravo Retido em face da decisão interlocutória que deferiu o pedido de emenda à inicial. A contingência de perda foi alterada para remota em 27/12/2010.
g. chance de perda	Possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista que a probabilidade de perda é possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.

Processos Regulatórios

Ação Ordinária nº 2002.34.00026509-0	
a. juízo	15ª Vara Federal de Brasília - Distrito Federal
b. instância	2ª instância – Tribunal Regional Federal (“ <u>TRF</u> ”) da 1ª Região - 3ª Seção
c. data de instauração	23/11/2002
d. partes no processo	Autor: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“ <u>AES</u> ”) Réus: ANEEL, a Companhia, Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Companhia Energética de Pernambuco, Companhia Energética do Rio Grande do Norte, Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Guaraniana Comércio e Serviços S.A. e Rosal Energia S.A.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

e. valor envolvido	R\$ 120.061.423,89
f. principais fatos	Em 04/11/2008, a Companhia impetrou o mandado de segurança requerendo sua habilitação como assistente litisconsorcial passivo na ação ordinária nº 2002.34.00.026509-0, ajuizada pela AES contra a ANEEL, por meio da qual a Autora requer a anulação do Despacho ANEEL nº 288/2002, que determinou as diretrizes de interpretação da Resolução ANEEL nº 290/2000, modificando a situação da AES, de credora para devedora do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia obteve liminar para suspender o depósito determinado em liquidação financeira no valor histórico de R\$79.210.083,73, e foi habilitada como assistente litisconsorcial passivo também por liminar na Ação Ordinária. Caso a AES seja vitoriosa nessa Ação Ordinária, a Companhia deverá pagar esse valor atualizado à época do pagamento.
g. chance de perda	Possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista que a probabilidade de perda é possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.

Processos Tributários

Mandado de Segurança nº 2006.38.00022523-7	
a. juízo	14ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte/MG
b. instância	2ª instância - TRF da 1ª Região - 7ª Turma
c. data de instauração	10/07/2006
d. partes no processo	Autor: CEMIG, Cemig Distribuição e a Companhia Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte
e. valor envolvido	R\$104.524.789,21
f. principais fatos	No ano de 2006, a CEMIG, a Cemig Distribuição e a Companhia pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre o qual não foi efetuada a retenção do imposto de renda, por ter sido considerado que essa obrigação não incidiria sobre verbas indenizatórias, pelo que foram a CEMIG, a Cemig Distribuição e a Companhia notificadas pela Receita Federal e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”). Tanto a Receita Federal quanto o INSS consideraram que a obrigação seria passível de tributação pelo imposto de renda. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG, a

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>Cemig Distribuição e a Companhia impetraram mandado de segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de imposto de renda.</p> <p>O escritório responsável pela condução do processo avaliou a contingência com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que há muito diferencia as verbas salariais das verbas indenizatórias, deixando claro que o pagamento decorrente da supressão de vantagens incorporadas ao patrimônio do empregado, por força de acordo coletivo, tem caráter indenizatório.</p> <p>Em decisão de fevereiro de 2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança vindicada foi denegada. Em maio de 2007, os autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. A CEMIG, a Cemig Distribuição e a Companhia interpuseram recurso de apelação, que foi recebida em seu efeito devolutivo e aguarda julgamento por parte do TRF da 1ª Região.</p>
g. chance de perda	Possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista que a probabilidade de perda é possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.

Mandado de Segurança nº 2006.38.00021839-6	
a. juízo	20ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte/MG
b. instância	2ª instância – TRF da 1ª Região - 7ª Turma
c. data de instauração	30/06/2006
d. partes no processo	Autor: CEMIG, Cemig Distribuição e a Companhia Réu: Superintendente Regional do INSS/MG e outros
e. valor envolvido	R\$83.975.371,34
f. principais fatos	Em 2006, a CEMIG, a Cemig Distribuição e a Companhia realizaram pagamentos adiantados a alguns de seus empregados em troca dos direitos de tais empregados a futuros pagamentos, denominados anuênios. Nenhum valor de contribuição à Previdência Social foi coletado em relação a esses pagamentos, já que foi entendido que tal tributo não seria aplicável ao caso. Como resultado, as companhias receberam notificações de infração do INSS. Para evitar o risco de multas, a CEMIG, a Cemig Distribuição e a Companhia impetraram Mandado de Segurança com pedido liminar visando afastar a exigência

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>da contribuição ao INSS (parte patronal, dos empregados e Seguro de Acidente de Trabalho - SAT) e da contribuição de terceiros sobre os valores pagos aos empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço - anuênio. A liminar foi indeferida e a sentença denegada posteriormente.</p> <p>Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, a CEMIG, Cemig Distribuição e a Companhia efetuaram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações e interpuseram recurso de apelação requerendo a reforma integral da sentença, para que fosse reconhecido o direito das apelantes de não reconhecerem as contribuições previdenciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço. O juiz recebeu a apelação tempestivamente interposta no efeito devolutivo e os autos foram remetidos ao TRF da 1ª região. Atualmente encontram-se conclusos aguardando julgamento.</p>
g. chance de perda	Possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista que a probabilidade de perda é possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.
Processo nº 20070100015537-0	
a. juízo	TRF da 1ª Região / 8ª Turma – Brasília – Distrito Federal
b. instância	TRF da 1ª Região / 8ª Turma – Brasília – Distrito Federal
c. data de instauração	30/4/2007
d. partes no processo	Autor: CEMIG, Cemig Distribuição e a Companhia Réu: União Federal
e. valor envolvido	R\$53.530.018,28
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Cautelar ajuizada contra a União Federal, por meio da qual a CEMIG, a Cemig Distribuição e a Companhia obtiveram liminar que suspendeu a exigibilidade de Auto de Infração por recolhimento a menor de PIS e COFINS, em razão de exclusões indevidas da base de cálculo das contribuições, de despesas financeiras decorrentes de variações monetárias negativas até o julgamento definitivo da ação ordinária correlata.</p> <p>Em 06/07/2011, transitou em julgado a decisão judicial que</p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	reconheceu a suspensão da exigibilidade das autuações fiscais até o julgamento final da referida ação ordinária.
g. chance de perda	Possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista que a probabilidade de perda é possível, mais provável que não exista uma obrigação para a empresa.

Execução Fiscal nº 362037619994013800	
a. juízo	27ª Vara Federal da Justiça Federal - Belo Horizonte – Minas Gerais
b. instância	Primeira
c. data de instauração	22/10/1999
d. partes no processo	Autor: União Federal Réu: CEMIG, Cemig Distribuição e Companhia
e. valor envolvido	R\$309.589.217,62
f. principais fatos	O processo versa sobre a cobrança relativa a juros e multa incidentes sobre COFINS, embora entenda a Companhia que referidos encargos foram alcançados pela anistia instituída pelo Governo Federal através da MP n.º 1.858-6, art. 10, § 1º, III. A presente execução fiscal encontra-se sobrestada até o julgamento final dos embargos à execução que se processam sob o nº 44562-78.2000.4.01.3800. Os embargos à execução foram providos em primeira instância, decisão essa confirmada pelo TRF da 1ª Região, encontrando-se pendente de julgamento o recurso especial interposto pela União Federal, questionando a matéria de mérito e a majoração da verba honorária para 1% do valor da causa.
g. chance de perda	Remota.
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico de perda remota.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam partes.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Processos Administrativos de natureza tributária – Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil lavrou 25 Autos de Infração contra a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) e suas subsidiárias Cemig Distribuição S.A. (“Cemig Distribuição”) e a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas (participação nos lucros e resultados – PLR, programa de alimentação do trabalhador – PAT, auxílio-educação, alíquota adicional – exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória). Foram lavrados, ainda, seis Termos de Sujeição Passiva Solidaria. Em 30 de setembro de 2011, o montante do crédito tributário era de, aproximadamente, R\$407 7 milhões. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento, avaliando a perda como “possível”, sendo mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço.

Processos Administrativos de natureza tributária – Cobrança de ITR

A Receita Federal do Brasil lavrou 34 Autos de Infração contra a CEMIG, CEMIG Distribuição e a Companhia, relativamente ao não recolhimento de ITR em determinados anos para determinados empreendimentos. Dos 34 Autos de Infração, três foram descritos no item 4.3 acima. Em 30 de setembro de 2011, o montante do crédito tributário era de, aproximadamente, R\$659 milhões. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento, avaliando a perda como “possível”, sendo mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço.

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, no montante de aproximadamente R\$380 milhões, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais.

Processos Judiciais de natureza ambiental – Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou oito ações civis públicas contra a Companhia, nas quais requer a condenação da Empresa visando a preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios, - prioritariamente nas margens do curso d’água em que é feita a exploração – de acordo com projeto previamente aprovado pelos órgãos ambientais competentes, determinando que a Companhia invista o equivalente a, no mínimo, 0,5% (meio por cento) do valor da receita total apurada no exercício anterior ao do investimento, sendo no mínimo, 1/3 (um terço) destinado à reconstituição da vegetação ciliar ao longo dos cursos d’água, nos trechos intensamente degradados por atividades antrópicas, desde 1997 até os dias atuais, conforme determinado pela Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503, de 30 de maio de 1997. A Companhia cogita a hipótese de inconstitucionalidade da aludida Lei, haja vista que no caso dos concessionários dos serviços de geração de energia hidroelétrica a competência para legislar é privativa da União, bem como entende que há necessidade de regulamentação, vez que, não há Lei Complementar que autorize o Estado a legislar acerca da matéria. Cogita, ainda, que não há necessidade de compensação financeira extraordinária, tendo em vista que a Companhia já realiza repasses financeiros, visando o cumprimento de normas federais que versam sobre a mesma matéria. Até o presente momento, somente três das oito ações foram julgadas. Em duas delas, o pedido do Ministério Público do

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Estado de Minas Gerais foi julgado parcialmente procedente, com a condenação da Companhia a investir 0,5% da receita operacional em preservação e proteção ambiental dos mananciais hídricos existentes em Ouro Preto e, em Uberaba, Água Comprida, Campo Florido, Delta e Veríssimo, tendo a Companhia interposto recursos para o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Já a terceira ação foi extinta, sem julgamento de mérito, por ilegitimidade passiva. As outras cinco ações encontram-se pendentes de julgamento em 1ª instância. O valor da causa estimado para as ações consideradas conjuntamente é de aproximadamente R\$61 milhões. A probabilidade de perda é considerada “possível”, sendo mais provável que não exista uma obrigação na data do balanço.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem outras contingências relevantes.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, uma vez que a Companhia só possui valores mobiliários negociados no Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o negócio da Companhia.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

A inflação e certas medidas governamentais destinadas a controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo Governo Federal na tentativa de combatê-la afetariam de forma negativa e significativa a economia brasileira.

Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), as taxas de inflação anuais brasileiras em 2008, 2009 e 2010 foram 5,9%, 4,3% e 5,9%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, a Companhia talvez não consiga ajustar as tarifas que cobra de seus clientes visando compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais e tendem a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir sua capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira ou afetar de maneira adversa o valor de mercado de suas ações.

Risco de taxas de câmbio

A moeda brasileira desvalorizou-se periodicamente nas últimas quatro décadas. Ao longo deste período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira em geral tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Em 2010, o real valorizou 4,6% frente ao dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o real não se desvalorizará novamente em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Diante de tal histórico de flutuações, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros, tendo em vista que: (i) refletirá em aumentos de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos e importações indexadas à variação de moedas estrangeiras; (ii) as pressões inflacionárias causadas por desvalorizações cambiais, caso resultem em elevação abrupta dos índices inflacionários, podem ocasionar aumentos de custos e despesas operacionais da Companhia reduzindo seu fluxo de caixa operacional, se houver defasagem entre o momento da referida elevação e do reajuste anual da receita operacional da Companhia pelo IGP-M/IPCA aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nos termos dos contratos de concessão; e (iii) a aplicação pelas autoridades monetárias brasileiras de política de aumento de juros, o que também teria efeito negativo sobre os resultados da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Euro em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Se o real se desvalorizar frente ao Euro, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía como passivo líquido exposto às taxas de câmbio o valor de R\$3.809 milhões. Em 30 de setembro de 2011, o valor do passivo líquido exposto às taxas de câmbio era de R\$1.397 milhões.

Risco de Taxa de juros

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Risco de taxa de juros, decorrente das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos (como, por exemplo, aplicações financeiras) e contratos da Companhia; e (ii) passivos da Companhia, em especial dívidas com taxas de juros flutuantes (para maiores informações, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência). A Companhia possui quase a totalidade de equivalentes de caixa, e 62% de seu endividamento, indexados à variação da taxa de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros (“CDI”).

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas possuíam um passivo líquido exposto em função da variação da taxa de juros no valor de R\$2.755 milhões e em 30 de setembro de 2011, o valor era de R\$2.510 milhões.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica de seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pela receita, pelos investimentos, pelo serviço da dívida e pela política de dividendos da Companhia. Não se pode garantir que a relativa estabilidade da receita advinda do tipo de contrato (Receita Anual Permitida) e da diversificação dos clientes de transmissão e da cláusula de demanda mínima presente nos contratos de compra e venda de energia elétrica não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa. Ademais, não se pode garantir que os recursos de financiamento serão desembolsados conforme as demandas dos projetos e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa da Companhia:

Valores em R\$ mil

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	2009	2010	3T2011
CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	862.098	3.043.715	1.761.817
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.550.172	1.776.094	1.658.500
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Investimentos	-	(1.577)	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	(319.277)	238.800
No Ativo Financeiro	(1.518.543)	(1.231.389)	(50.784)
No Imobilizado	(595.889)	(537.802)	(387.694)
No Intangível	(453.924)	-	(27.206)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.568.356)	(2.090.045)	(226.884)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Financiamentos Obtidos	4.643.940	4.392.503	122.944
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(594.443)	(3.882.281)	(163.323)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(849.696)	(1.478.169)	(871.330)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.199.801	(967.947)	(911.709)
CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	3.043.715	1.761.817	2.281.724

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	08/09/2004
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (empresa de economia mista).
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/10/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Companhia foi constituída em 8 de setembro de 2004, sob a forma de sociedade por ações, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, como resultado do processo de desverticalização da CEMIG, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados às atividades de geração e transmissão foram transferidos à Companhia, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços.

As operações da Companhia tiveram início em 1º de janeiro de 2005, sendo que a Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 10 de outubro de 2006. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores e ela é hoje registrada na CVM como emissor categoria B, de acordo com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Por deter 100% do capital social da Companhia, a CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infraestrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG atua como *holding* do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

A Companhia tem por objeto, de acordo com o caput do artigo 2º de seu Estatuto Social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. As referidas atividades poderão ser exercidas diretamente pela Companhia ou por intermédio de sociedades por ela constituídas, ou de que venha a participar, majoritariamente ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração da CEMIG, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, com a redação dada pela Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, e prévia autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

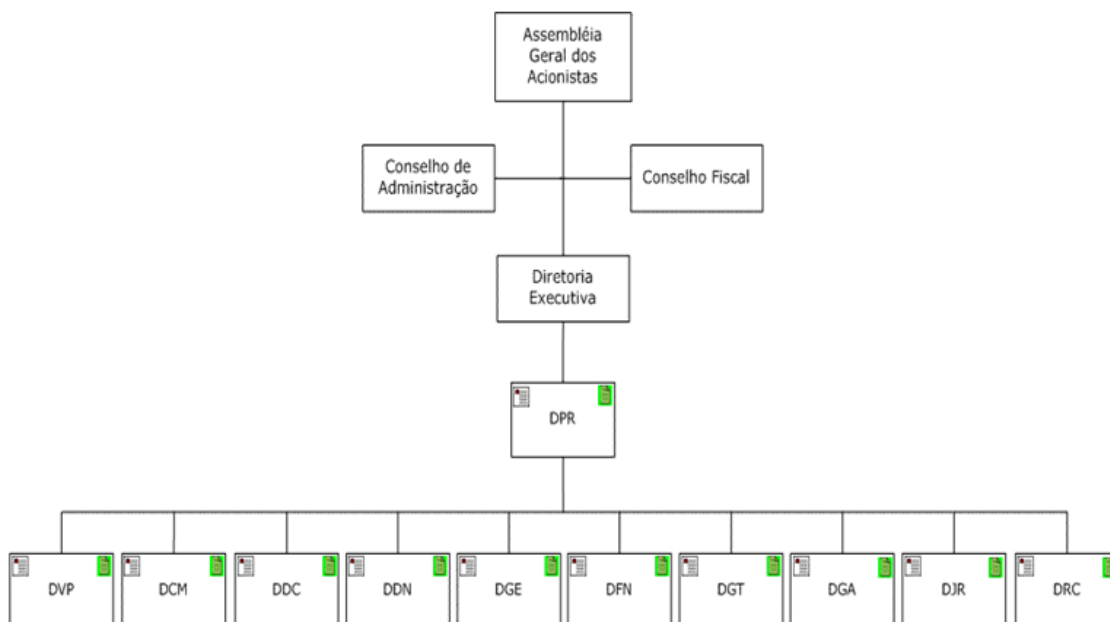
A administração da Companhia é realizada por meio de uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de proporcionar importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG e mantém a mesma estrutura organizacional de sua controladora, a

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

qual é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por nove diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com seus respectivos Estatutos Sociais. Desta forma, é possível padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras. Segue a estrutura organizacional da Companhia e da CEMIG na data deste Formulário de Referência:



DPR – Presidência

DVP – Diretor Vice Presidente

DCM – Diretoria Comercial

DDC – Diretoria de Distribuição e Comercialização(*)

DDN – Diretoria de Desenvolvimento de Negócios

DGE – Diretoria de Gestão Empresarial

DFN – Diretoria de Finanças e Relações com Investidores

DGT – Diretoria de Geração e Transmissão

DGA – Diretoria de Gás

DJU – Diretoria Jurídica

DRC – Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação

(*) A Companhia não possui designação específica para a Diretoria de Distribuição e Comercialização, que atua apenas na CEMIG Distribuição S.A.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

I. Aquisição do controle da TAESA

a. Evento

Aquisição do controle acionário da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), nova denominação social da Terna Participações S.A., pela Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. (“Transmissora do Atlântico”), sociedade controlada pela Companhia e pelo Fundo de Investimento em Participações Coliseu (“FIP Coliseu”).

b. Principais condições do negócio

Em 23 de abril de 2009, foi celebrado entre a Terna Rete Elettrica Nazionale S.p.A (“Terna S.p.A.”) e a Companhia um contrato de compra e venda de ações referente à aquisição pela Companhia de 173.527.113 ações ordinárias representativas de, aproximadamente, 85,27% do capital votante e 65,86% do capital total da TAESA, no qual as obrigações da Companhia foram garantidas pela Companhia Energética de Minas Gerais –CEMIG (“CEMIG”).

Por meio da Resolução Autorizativa nº 2.107, de 22 de setembro de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) anuiu à transferência do controle societário indireto das concessionárias Novatrans Energia S.A. (“Novatrans”), TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (“TSN”), Empresa de Transmissão de Energia Oeste S.A. (“ETEO”), Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”) e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”), detido pela Terna S.p.A., para a empresa Transmissora do Atlântico, constituída para a aquisição das referidas concessionárias, determinando em seu artigo 4º, “que a participação acionária da CEMIG Geração e Transmissão S.A. na Terna Participações S.A. deverá ser transferida para a CEMIG holding até 31 de dezembro de 2012”.

No dia 3 de novembro de 2009, foi realizado o pagamento e a transferência das ações de emissão TAESA de titularidade da Terna S.p.A., representativas de, aproximadamente, 85,27% do capital votante e 65,86% do capital total, para a Transmissora do Atlântico, na qual a Companhia detinha participação de 49% do capital social e o FIP Coliseu detinha participação de 51% do capital social.

O preço total foi de R\$2.148.379.099,24, correspondendo a R\$37,14 por Unit da TAESA (sendo cada Unit constituído por uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da TAESA), e R\$12,38 por cada ação ordinária ou preferencial.

Em um dos contratos que regulamentaram a parceria da Companhia com o FIP Coliseu na aquisição das ações da TAESA, a Companhia conferiu ao FIP Coliseu o direito de alienar toda a sua participação acionária na TAESA para a Companhia, exercível em abril de 2014, mediante o pagamento de valores correspondentes ao capital investido líquido dos dividendos e benefícios recebidos pelo FIP Coliseu na aquisição da TAESA, ajustados pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) acrescido de 7% ao ano.

A aquisição foi aprovada: (i) em 28 de maio de 2009, pelos acionistas da CEMIG reunidos em assembleia geral extraordinária; (ii) em 8 de julho de 2009, pelo plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”); e (iii) em 22 de setembro de 2009, pela reunião de Diretoria da ANEEL.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação**c. Sociedades envolvidas**

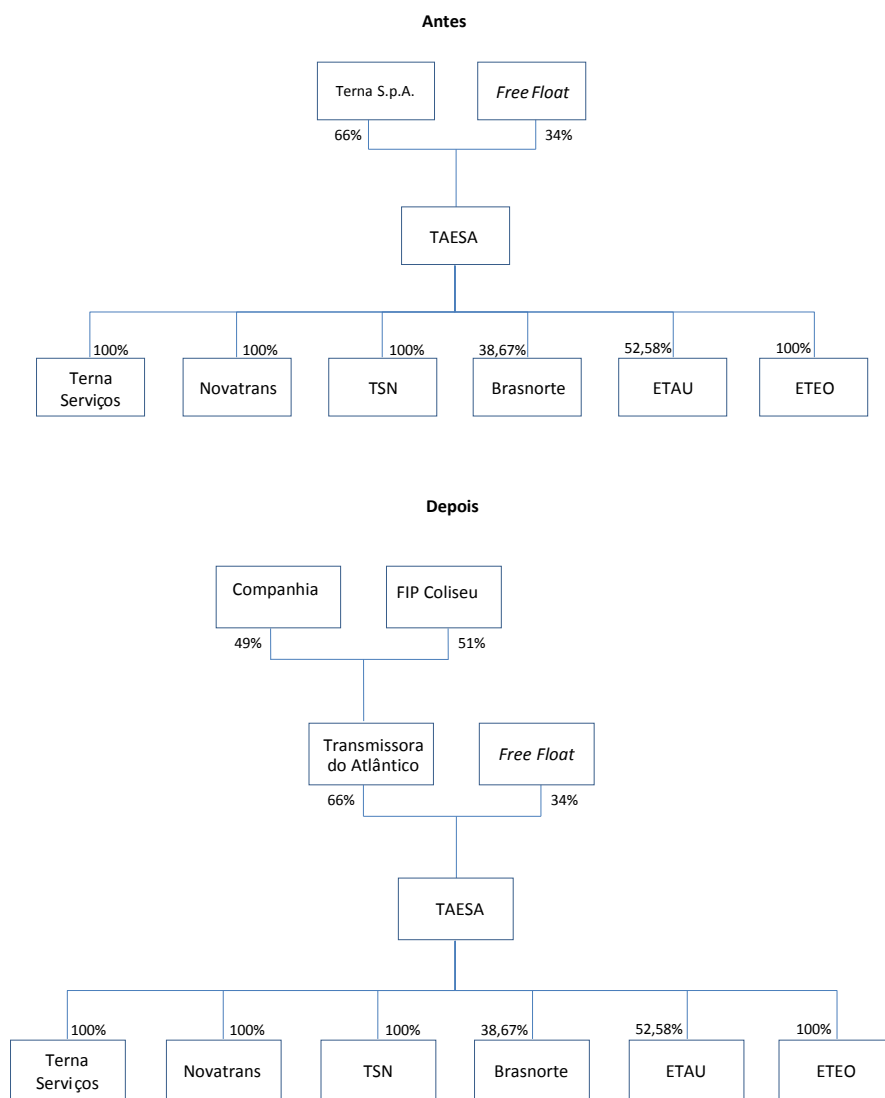
Terna S.p.A., a Companhia, CEMIG, FIP Coliseu e TAESA.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

O controle acionário da TAESA deixou de ser exercido pela Terna S.p.A. e passou a ser exercido pela Transmissora do Atlântico, que, por sua vez, é controlada pela Companhia e pelo FIP Coliseu.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

e. Quadro societário antes e depois da operação



II. Aquisição de parques eólicos no Ceará

a. Evento

Aquisição de três parques eólicos no Ceará.

b. Principais condições do negócio

Em 15 de agosto de 2009, foi concluída a aquisição, pela Companhia, de três parques eólicos localizados no Estado do Ceará. A Companhia pagou à Energimp S.A. pela aquisição das ações ordinárias o preço total de R\$223.384 milhões, equivalente a: (i) R\$ 64.236 milhões por 34.574.400 ações na Central Eólica Praias de Pajuru S.A. (“Central Eólica Praias

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

de Parajuru”); (ii) R\$68.347 milhões por 25.950.400 ações na Central Eólica Praia do Morgado S.A. (“Central Eólica Praia do Morgado”); (iii) R\$86.333 milhões por 57.442.700 ações na Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”); e (iv) o montante de R\$4.468 milhões foi mantido em uma conta depósito. Como consequência da operação, a Companhia adquiriu 49% de participação acionária nas usinas eólicas Central Eólica Praias de Pajuru, Central Eólica Praia do Morgado e Central Eólica Volta do Rio.

A aprovação da operação pela ANEEL foi obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 1984, de 30 de junho de 2009.

c. Sociedades envolvidas

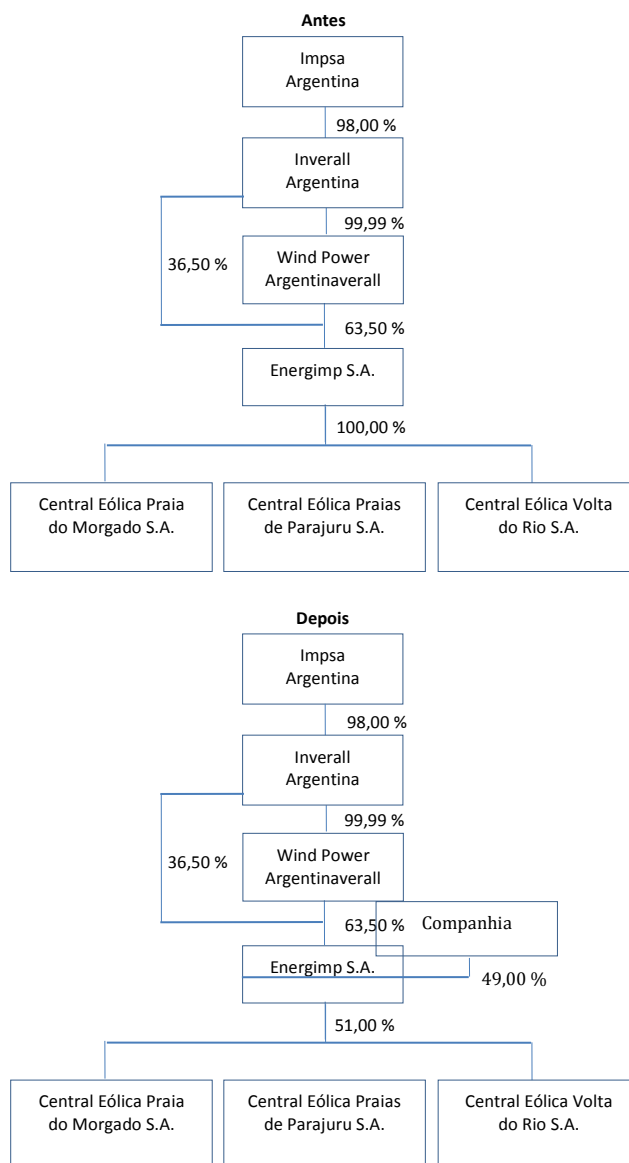
Companhia, Energimp, Central Eólica Praias de Parajuru, Central Eólica Praia do Morgado e Central Eólica Volta do Rio.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

A Companhia passou a adquirir 49% de participação no capital social da Central Eólica Praias de Pajuru, Central Eólica Praia do Morgado e Central Eólica Volta do Rio.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

e. Quadro societário antes e depois da operação



III. Cisão parcial da Transmissora do Atlântico

a. Evento

Cisão parcial da Transmissora do Atlântico e versão da parcela cindida à Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”).

b. Principais condições do negócio

Em 28 de dezembro de 2009, ocorreu a cisão parcial da Transmissora do Atlântico, por meio do qual a Transmissora do Atlântico verteu à Alterosa, sociedade *holding* de capital fechado, controlada pelo FIP Coliseu e pela Companhia, o acervo

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

líquido correspondente: (i) à obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações da TAESA; (ii) ao caixa para despesas com a cisão parcial e a incorporação da Transmissora do Atlântico pela TAESA; e (iii) aos custos e despesas da referida oferta.

A obrigação de realizar a oferta pública de aquisição de ações foi cumprida pela Alterosa em 6 de maio de 2010, de forma a garantir aos acionistas minoritários as mesmas condições na venda das ações. Em 11 de maio de 2010, ocorreu a liquidação financeira da oferta pública de aquisição de ações, com adesão de 86,17% do total das ações disponíveis no mercado, o que representou 77.525.322 ações adquiridas pela Alterosa (das quais 25.841.774 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais), tendo sido pago o valor de R\$12,91 por ação, totalizando R\$1.000.852 mil.

A cisão parcial da Transmissora do Atlântico acarretou a redução de seu capital social em R\$34.254 mil reais, passando de R\$2.183.379 mil para R\$2.149.125 mil, ocasionando o cancelamento de 34.253.504 ações.

Ato contínuo, a Transmissora do Atlântico foi incorporada pela TAESA. Como resultado da referida incorporação, as ações da TAESA passaram a ser detidas pelo FIP Coliseu (43,48% do capital votante e 33,59% do capital total) e pela Companhia (41,78% do capital votante e 32,27% do capital total), na mesma proporção das participações detidas por tais acionistas na Transmissora do Atlântico.

A Transmissora do Atlântico tinha como únicos ativos as ações ordinárias representativas de 65,85% do capital social da TAESA. O ágio decorrente de sua incorporação pela TAESA foi de R\$1.212.420 mil e a provisão constituída nos termos do artigo 6º, parágrafo 1º da Instrução CVM nº 319, de 03 de dezembro de 2009, foi de R\$800.197 mil.

Os únicos acionistas da Transmissora do Atlântico eram a Companhia e o FIP Coliseu, de modo que não houve aumento de capital na TAESA, não tendo sido necessário estabelecer relação de troca em decorrência da cisão parcial e da incorporação. As ações ordinárias, as ações preferenciais e as *Units* de emissão da TAESA detidas pela Transmissora do Atlântico foram transferidas à Companhia e ao FIP Coliseu, na mesma proporção das participações societárias detidas por cada um na Transmissora do Atlântico.

c. Sociedades envolvidas

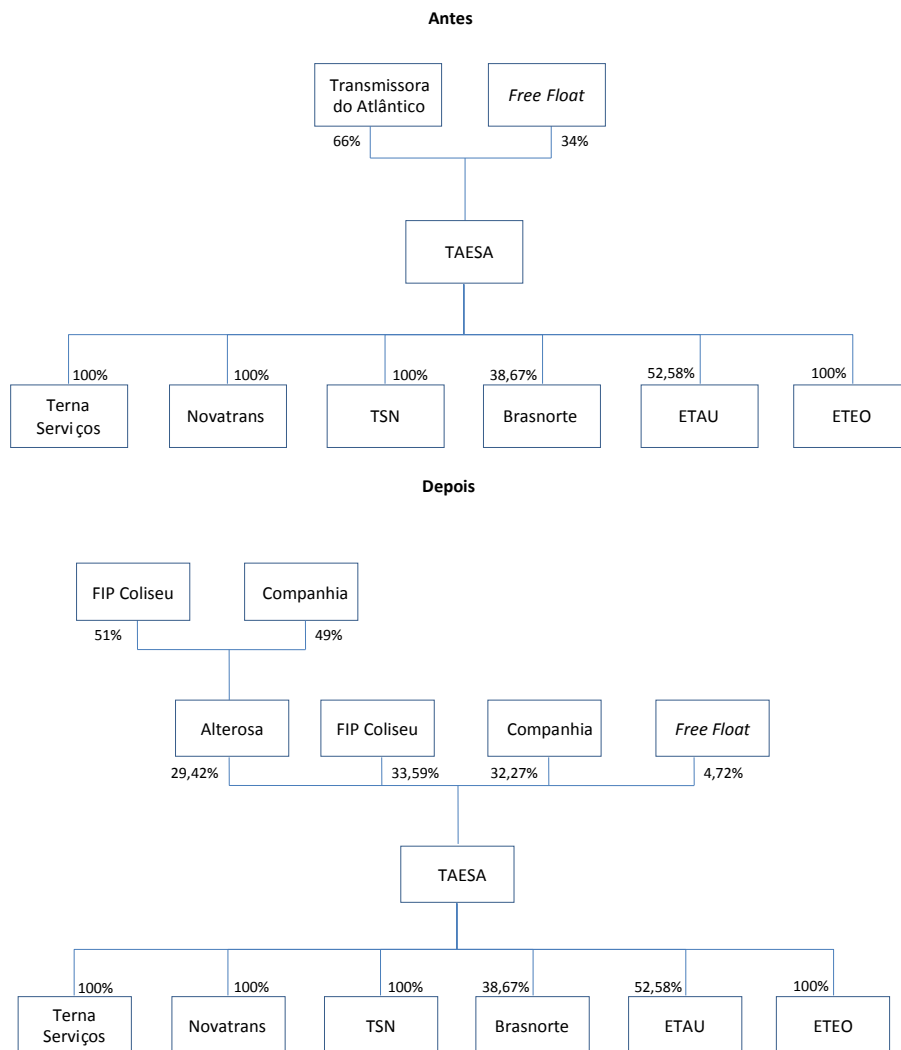
Transmissora do Atlântico, Alterosa, a Companhia, FIP Coliseu e TAESA.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

O controle acionário da TAESA passou a ser detido diretamente pela Companhia e pelo FIP Coliseu. A Alterosa também passou a possuir participação acionária relevante na TAESA.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

e. Quadro societário antes e depois da operação



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Aquisição de participação acionária na Lightger

a. Evento

Aquisição, pela Companhia, de 49% do capital social total e votante da Lightger S.A. (“Lightger”), sociedade de propósito específico controlada da Light S.A. (“Light”), detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi.

b. Principais condições do negócio

Em 13 de agosto de 2010, a Companhia adquiriu da Light participação acionária equivalente a 49% do capital votante da Lightger. A Companhia pagou pela aquisição de 25.939.013 ações ordinárias do capital social da Lightger o valor global de R\$19.959.603,60, equivalente a R\$0,769482 por ação.

A aprovação da operação pela ANEEL foi obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 2.494, de 03 de agosto de 2010, foi comunicado ao mercado em 18 de agosto de 2010.

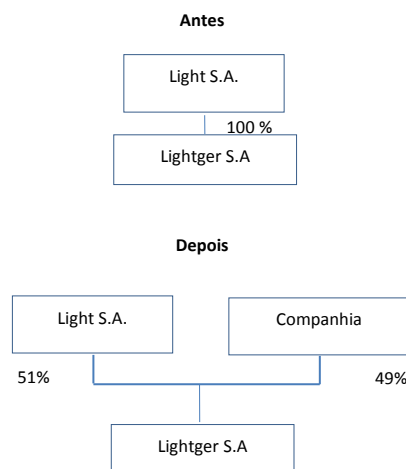
c. Sociedades envolvidas

Companhia, Light e Lightger.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

A Companhia passou a deter 49% do capital votante da Lightger.

e. Quadro societário antes e depois da operação



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

V. Incorporação da Alterosa, Alvorada, TSN, Novatrans, ETEO e TAESA Serviços pela TAESA

a. Evento

Incorporação pela TAESA: (i) da Alterosa; (ii) da Transmissora Alvorada de Energia S.A. (“Alvorada”); (iii) das concessionárias de transmissão de energia elétrica Novatrans, TSN e ETEO, subsidiárias integrais da TAESA; e (iv) da TAESA Serviços Ltda. (“TAESA Serviços”), também subsidiária integral da TAESA.

b. Principais Condições do Negócio

Em 31 de dezembro de 2010, os acionistas da TAESA, reunidos em Assembleia Geral, aprovaram a incorporação, pela TAESA, das sociedades Alterosa, Alvorada, TSN, Novatrans, ETEO e TAESA Serviços.

Em decorrência dessas incorporações, devidamente autorizadas pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 2.627, de 30 de novembro de 2010, e publicada na imprensa oficial em 10 de dezembro de 2010, a TAESA sucedeu as mencionadas empresas em todos os seus direitos e obrigações, nos termos da regulamentação aplicável.

Não houve aumento do capital social da TAESA, tendo em vista que as sociedades incorporadas TSN, Novatrans, ETEO e TAESA Serviços eram suas subsidiárias integrais e as sociedades incorporadas Alterosa e Alvorada não destinaram o acréscimo patrimonial à conta do capital social da TAESA.

Estas aquisições foram relevantes para aumentar a eficiência na Companhia, promovendo maior força para sua estrutura financeira e tornando-a mais competitiva.

c. Sociedades Envolvidas

Companhia, TAESA, FIP Coliseu, Alterosa, Alvorada, TSN, Novatrans, ETEO e TAESA Serviços.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

As ações da TAESA de titularidade da Alterosa foram transferidas para a Companhia e para o FIP Coliseu, na proporção de suas participações direta e indireta na Alvorada e na Alterosa. A Companhia recebeu 12.662.469 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais de emissão da TAESA e o FIP Coliseu, por sua vez, recebeu 13.179.305 ações ordinárias de emissão da TAESA.

A Companhia, portanto, passou a deter 56,69% do capital social da TAESA (com o total de 149.374.291 ações, sendo 97.690.743 ordinárias e 51.683.548 preferenciais) e o FIP Coliseu passou a deter 38,59% (com o total de 101.678.120

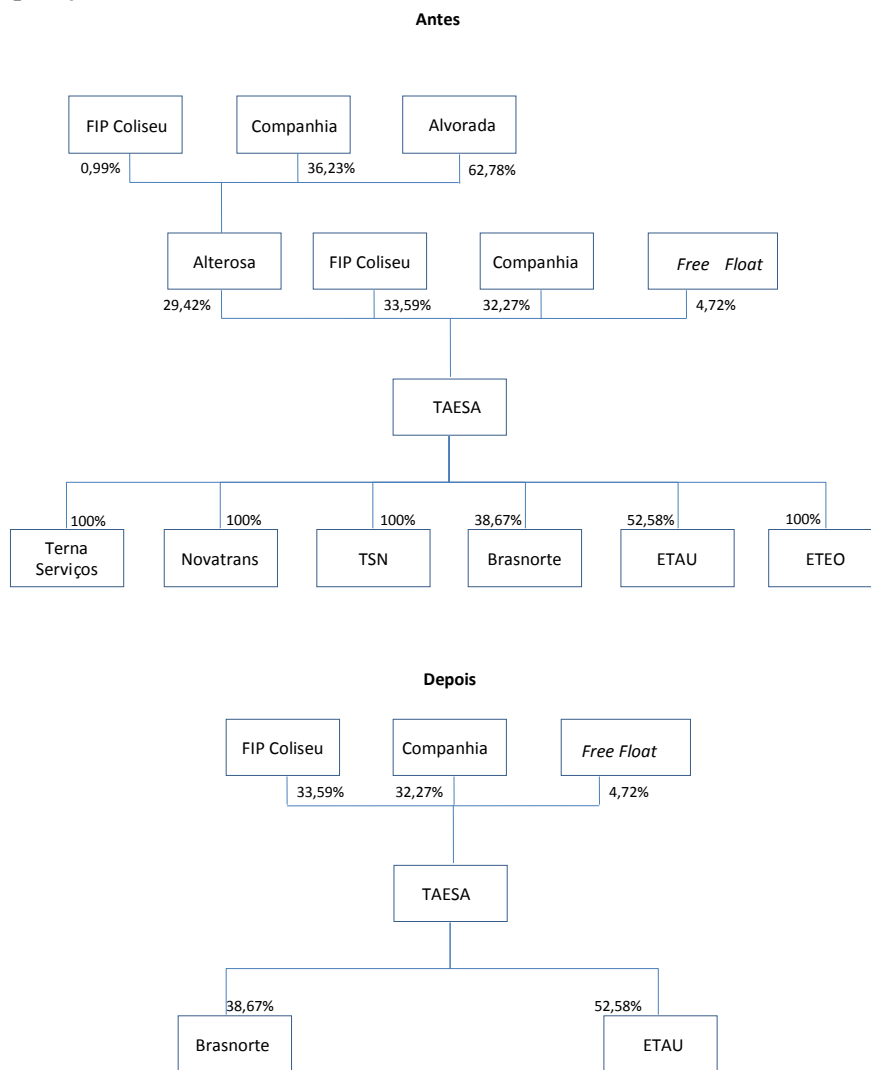
6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

ações ordinárias). A participação no *free float* foi mantida em 4,72% (com o total de 12.446.472 ações, sendo 4.148.824 ordinárias e 8.297.648 preferenciais).

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

e. Quadro societário antes e depois da operação

A participação acionária da Companhia no capital social total da TAESA permaneceu em 56,69%, não sofrendo alteração em decorrência das incorporações ocorridas em 31 de dezembro de 2010.



VI. Aquisição de participação em empresas de transmissão da Abengoa

a. Evento

Aquisição de participação acionária em empresas de transmissão de energia elétrica detidas pela Abengoa (conforme abaixo definido).

b. Principais condições do negócio

Em 2 de junho de 2011, a TAESA celebrou dois contratos de compra e venda de ações com a Abengoa Concessões Brasil

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Holding S.A. (“Abengoa Concessões”) e com a Abengoa Construção Brasil Ltda. (“Abengoa Construção” e, conjuntamente com a Abengoa Concessões, “Abengoa”), no valor total de R\$1.099 milhões, para aquisição da participação acionária em empresas de transmissão de propriedade da Abengoa.

O primeiro contrato tinha como objeto a aquisição de 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões no capital social da Abengoa Participações Holding S.A. (“Abengoa Participações”), que detinha 100% das ações das seguintes empresas de transmissão:

- STE – Sul Transmissora de Energia S.A. (“STE”);
- ATE Transmissora de Energia S.A. (“ATE”);
- ATE II Transmissora de Energia S.A. (“ATE II”); e
- ATE III Transmissora de Energia S.A. (“ATE III”).

O segundo contrato tinha como objeto a aquisição e 100% das ações detidas pela Abengoa no capital social da empresa de transmissão NTE – Nordeste Transmissora de Energia S.A. (“NTE”).

c. Sociedades envolvidas

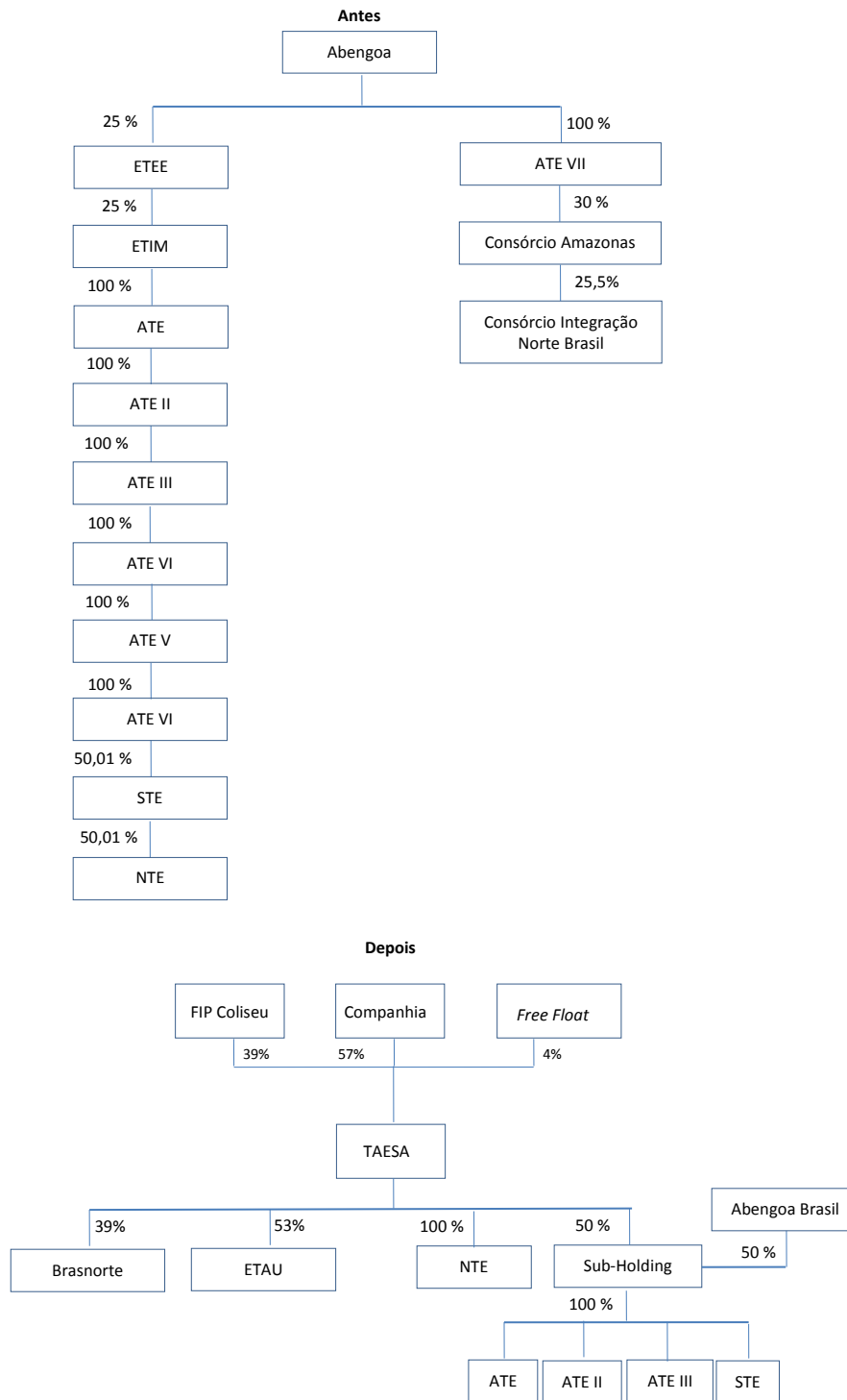
TAESA, Abengoa Concessões, Abengoa Construção, Abengoa Participações, STE, ATE, ATE II, ATE III e NTE.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

A TAESA passou a deter: (i) 50% da participação no capital social da Abengoa Participações, detentora de 100% do capital social da ATE, ATE II, ATE III e STE; e (ii) 100% do capital social da NTE.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

e. Quadro societário antes e depois da operação



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

VI. Aquisição de aquisição de participação na Usina Hidrelétrica Belo Monte

a. Evento

Aquisição de aquisição de participação na Usina Hidrelétrica Belo Monte.

b. Principais condições do negócio

A Companhia adquiriu por meio de sua coligada Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia"), 9,77% do capital social da Norte Energia S.A. ("Norte Energia"), empresa detentora da concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

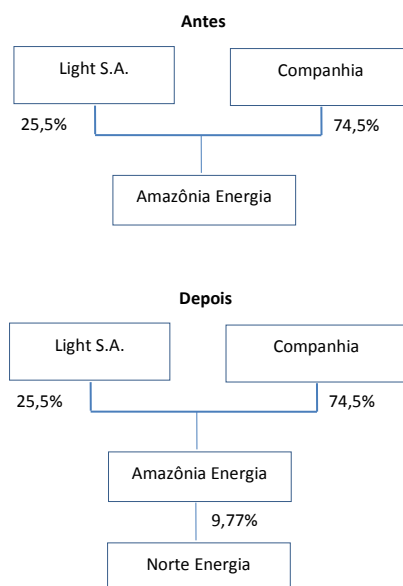
c. Sociedades envolvidas

Amazônia Energia e Norte Energia.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

A Amazônia Participações, coligada da Companhia, passou a deter participação societária equivalente a 9,77% do capital social da Norte Energia.

e. Quadro societário antes e depois da operação



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

A Companhia não está sujeita à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Companhia é uma das maiores concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, em termos de capacidade instalada de geração e receita autorizada de transmissão, respectivamente, conforme dados obtidos da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) de 2010, sendo, na visão de seus Diretores, a principal geradora e transmissora de energia elétrica no Estado de Minas Gerais. As atividades da Companhia compreendem a geração e transmissão de energia elétrica dentro e fora do Estado de Minas Gerais, sendo que sua principal base de operação está localizada nesse Estado.

A Companhia opera seus negócios de geração e transmissão de acordo com contratos de concessão para geração e transmissão, celebrados com o Governo Federal, e que pertenciam diretamente à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) (as atividades exercidas indiretamente pela CEMIG por meio de sociedades de propósito específico (“SPEs”) permaneceram com as próprias SPEs controladas pela CEMIG). No âmbito do processo de desverticalização da CEMIG, referidos contratos foram devidamente aditados de forma a transferir as concessões de geração e transmissão de energia elétrica anteriormente detidas pela CEMIG para a Companhia.

A receita da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 foi de R\$ 3.536.487 mil e R\$ 3.914.669 mil, respectivamente. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, a receita da Companhia foi de R\$ 3.370.405 mil. Destaca-se que a Companhia é a principal contribuinte para a geração de caixa operacional do Grupo CEMIG, representando em 2009 e 2010 uma participação de 49% e 52%, respectivamente, no caixa operacional do Grupo CEMIG. Já no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, a geração de caixa operacional da Companhia representou 54% da geração de caixa operacional do Grupo CEMIG.

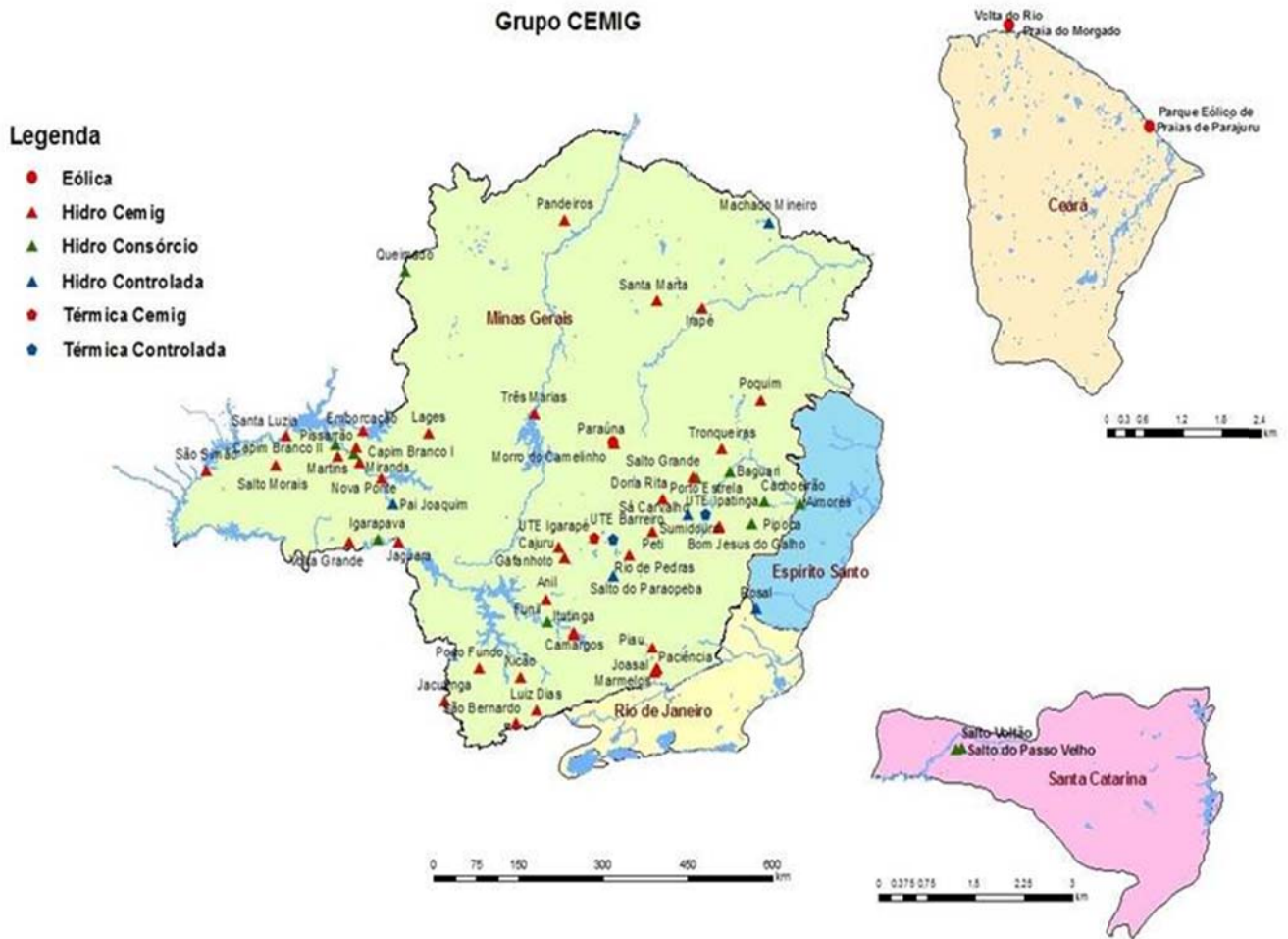
Ressalta-se, adicionalmente, que a Administração da Companhia entende que esta apresenta sólido perfil financeiro, decorrente de baixa alavancagem líquida e elevado fluxo de caixa proveniente de suas operações. Nos exercícios sociais encerrados em 2009 e 2010, a Companhia foi responsável respectivamente por cerca de 50% e 48% do lucro líquido gerado pelo Grupo CEMIG, sendo que no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, esse percentual foi de 58%.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia é a sexta maior concessionária de geração de energia elétrica no Brasil em capacidade instalada, conforme dados da ANEEL. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possuía 48 usinas, sendo 43 hidrelétricas, uma termelétrica e quatro eólicas.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

O mapa abaixo mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica da Companhia no Estado de Minas Gerais:



As atividades de geração de energia elétrica são realizadas pela Companhia nos termos dos contratos de concessão para geração outorgados pelo Poder Concedente, com prazo de 35 anos, exceto o contrato nº 002/95 que tem prazo de 30 anos, e as concessões do contrato nº 007/97, cujo prazo se encontra fixado no ato de outorga. Em conformidade com a atual legislação os contratos permitem a prorrogação da concessão por mais 20 anos, dos empreendimentos ainda não prorrogados após a publicação da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995 (“Lei 9.074/95”).

Após a publicação da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e da Lei 9.074/95, a outorga da concessão para a geração de energia elétrica é sempre precedida de um processo licitatório, em regime de concorrência, em que a concessão de geração é dada para sociedades vencedoras de licitações para a construção, operação e comercialização da energia elétrica gerada.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

De maneira geral, os contratos de concessão para geração impõem uma série de requisitos operacionais e obrigações a serem observadas na prestação dos serviços de geração de energia elétrica.

Como agente de geração, a Companhia atua em dois segmentos: o Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e o Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). As principais receitas da Companhia com relação à geração de energia elétrica são auferidas: (i) da venda de energia para consumidores livres, conforme preços livremente estipulados por meio de contratos bilaterais indexados substancialmente à variação do IGP-M; e (ii) do suprimento a outras concessionárias, que consiste na venda de energia elétrica para distribuidoras por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). As relações comerciais são regidas por contratos de compra e venda de energia e todos os contratos celebrados no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE e servem de base para a contabilização e liquidação das diferenças no mercado de curto prazo.

Expansão da Capacidade de Geração

A Companhia pretende ampliar sua capacidade instalada de geração de energia elétrica principalmente por meio da repotencialização de grandes usinas e por meio de pequenas centrais elétricas.

Além disso, atualmente, a Companhia está envolvida na construção de seis usinas hidrelétricas – Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Fortuna II, Jacaré, Paracambi e Santo Antônio (esta última com capacidade instalada de 3.150,4 MW) – que aumentarão a capacidade de geração instalada de suas instalações hidrelétricas em 82,39 MW durante os próximos três anos.

Há ainda que se ressaltar o investimento na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com potência instalada de 11.233 MW e previsão de entrada em operação da primeira unidade em fevereiro de 2015 e da última unidade em janeiro de 2019.

Transmissão de Energia Elétrica

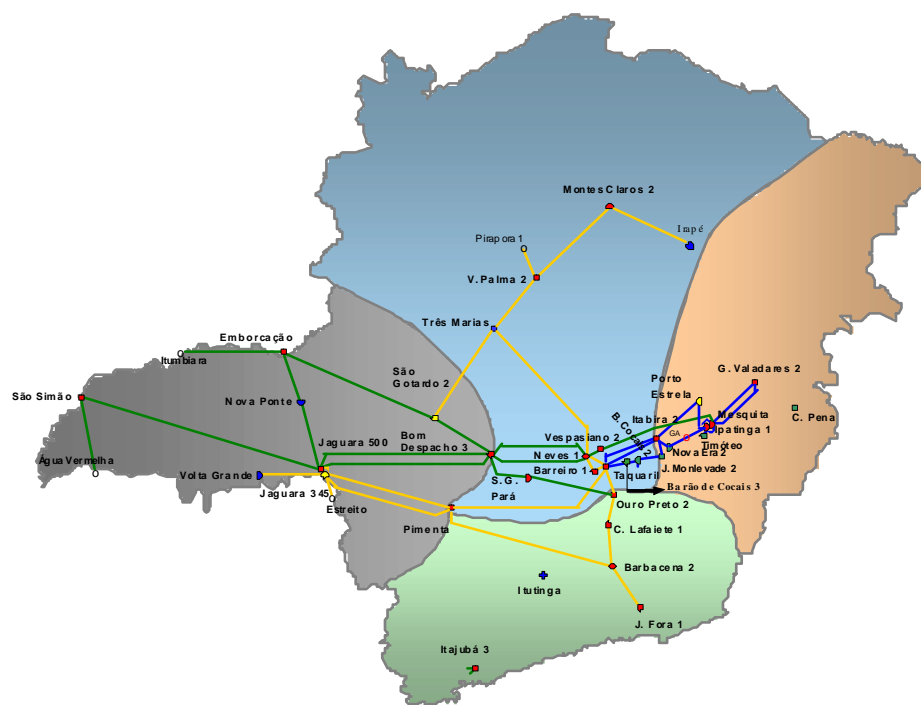
Além das atividades de geração, a Companhia ainda se dedica ao negócio de transmissão de energia elétrica, que consiste, basicamente, no transporte de energia elétrica das instalações nas quais é gerada até: (i) redes de distribuição para entrega a consumidores finais; e (ii) outros agentes consumidores conectados diretamente com a rede básica de transmissão.

A Companhia tem uma malha com alcance nacional e transporta energia produzida em suas próprias instalações de geração, bem como energia comprada de Itaipu, do sistema elétrico interligado e de outras concessionárias. A rede de transmissão da Companhia é composta por linhas de transmissão de energia com capacidade de voltagem igual ou superior a 230 kV e integra a rede de transmissão brasileira, regulamentada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Segundo informações fornecidas pela Companhia, em 30 de setembro de 2011, sua rede de transmissão consistia em 2.176 km de linhas de 500 kV, 1.967 km de linhas de 345 kV e 789 km de linhas de 230 kV, totalizando 4.932 km de linhas, bem como 36 subestações com capacidade de transformação total de 16.071 MVA. Ademais, segundo informações fornecidas pela Companhia, em 30 de setembro de 2011, esta possuía 14 consumidores industriais aos quais fornecia diretamente energia elétrica de alto nível de tensão (igual ou superior a 230 kV por consumidor industrial) por meio da ligação desses consumidores com a rede de transmissão da Companhia. A Companhia também transmite energia a sistemas de distribuição por meio do sistema sul/sudeste, ligado ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

O mapa abaixo mostra a localização da rede básica da Companhia:



Como agente de transmissão, a Companhia atua disponibilizando suas instalações para operação do SIN por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão firmado com o ONS.

A receita da Companhia com relação aos serviços públicos de transmissão de energia elétrica é proveniente da Receita Anual Permitida (“RAP”) recebida em contrapartida pela implementação, operação e manutenção de suas instalações de transmissão. A RAP corresponde ao valor fixo apresentado em leilão pela Companhia (e aceito pela ANEEL) quando da outorga de suas concessões de transmissão de energia elétrica e não está relacionada ao volume de energia transmitido por suas instalações. A RAP é reajustada anualmente com base na inflação, medida pelo IGP-M, apurado e divulgado pela FGV, referente ao período compreendido entre junho do ano anterior e maio do ano do reajuste. A RAP poderá também ser revisada em determinados eventos extraordinários, tais como alterações na legislação tributária ou de outra

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

natureza, bem como com base em investimentos aprovados em linhas e instalações de transmissão. A tabela abaixo fornecida pela Companhia apresenta a RAP decorrente dos contratos de concessão para transmissão nos períodos indicados^(*):

	2008-2009	2009-2010	2010-2011
Ajuste IGP-M	11,5%	3,6%	4,2%
Contrato de Concessão 006/97	R\$ 404.498.991,80	R\$ 475.001.171	R\$ 417.923.215,22
Contrato de Concessão 079/00	R\$ 24.296.850,12	R\$ 25.561.823,74	R\$ 26.630.544,95
Total	R\$ 428.795.841,92	R\$ 500.562.994	R\$ 444.553.760,17

Fonte: Companhia

^(*) Receita baseada na disponibilidade das linhas de transmissão de energia elétrica das Concessionárias e não no volume de energia elétrica transmitido.

A Companhia pretende ampliar sua capacidade instalada de transmissão de energia elétrica participando de futuros leilões por meio da TAESA ou da UNISA.

Participações Societárias

A Companhia possui participação societária nas seguintes sociedades:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Hidrelétrica Cachoeirão”): a Companhia possui participação de 49,00% na Hidrelétrica Cachoeirão cuja atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Pequena Central Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou sua operação em 2009.
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”): a Companhia possui participação de 69,39% na Baguari Energia cuja atividade principal é a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação de 49,00% no Consórcio UHE Baguari, sendo os demais 51,00% detidos pela Baguari I, localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010.
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”): a Companhia possui participação de 49,00% na Central Eólica Praias de Parajuru cuja atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica por meio de usina eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operações em agosto de 2009.
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”): a Companhia possui participação de 49,00% na Central Eólica Praias do Morgado cuja atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica por meio de usina

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”): a Companhia possui participação de 49,00% na Central Eólica Volta do Rio cuja atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica por meio da usina eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”): a Companhia possui participação de 49,00% na Hidrelétrica Pipoca cuja atividade principal é a produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010.
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.): a Companhia possui participação de 56,69% na TAESA, cuja atividade principal é a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. A TAESA, por sua vez, controla a ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) e a Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”) cujas principais atividades são a exploração de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da rede básica.
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”): a Companhia possui participação de 49,00% na EBTE, que vem a ser uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, por meio das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011.

E a Companhia possui participação nas seguintes sociedades em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”): a Companhia possui participação de 49,00% na Guanhães Energia, cuja atividade principal é a produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das PCHs Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As operações das primeiras unidades têm previsão de início no final de 2013.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari Energia”): a Companhia possui participação de 100,00% na Cemig Baguari Energia, cuja atividade principal é a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

- Madeira Energia S.A. (“Madeira Energia”): a Companhia tem participação de 10,00% na Madeira Energia, cuja atividade principal é a implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial no início de 2012.
- Lightger S.A. (“Lightger”): a Companhia possui participação de 49,00% na Lightger cuja atividade principal é a produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. A previsão de entrada em operação da primeira máquina é no início de 2012.
- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”): a Companhia possui participação de 74,50% na Amazônia Energia, cuja atividade principal é a implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, por meio da Norte Energia S.A.

A TAESA concluiu em 30 de novembro de 2011 a aquisição de: (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da Abengoa Participações Holding S.A., que, por sua vez, é titular de 100% de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A.; e (ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. Esta operação acrescentou 2.538km de linhas de transmissão às operações da TAESA.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

PRINCIPAIS CONCORRENTES

A concorrência no setor de geração de energia elétrica ocorre na expansão da capacidade produtiva, por meio de leilões de concessão, e no mercado de venda de energia. O mercado de venda de energia elétrica é dividido em dois ambientes de contratação: o ACR e o ACL.

A contratação no ACR é formalizada por meio de contratos bilaterais regulados, denominados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”), celebrados entre agentes vendedores (comercializadores, geradores, produtores independentes ou autoprodutores) e compradores (distribuidores) que participam dos leilões de compra e venda de energia elétrica.

Já no ACL, há a livre negociação entre os agentes geradores, comercializadores, consumidores livres, importadores e exportadores de energia, sendo que os acordos de compra e venda de energia são pactuados por meio de contratos bilaterais.

No ACL, a Companhia concorre pela busca clientes com outras geradoras de energia elétrica, comercializadores, produtores independentes ou autoprodutores. Os geradores operam unidades produtivas e podem vender a sua energia para clientes, caracterizados pelo modelo como livres, com diferentes prazos e preços de fornecimento. Os principais concorrentes nesse segmento são Tractebel, Duke Energy, CPFL Geração, AES Tietê, Grupo Eletrobras, Petrobrás, Neoenergia e EDP – Energias do Brasil.

Outro perfil de concorrentes são os comercializadoras que não possuem unidade de produção de energia, porém podem fazer a intermediação da compra e venda de energia elétrica. Os principais concorrentes são Enertrade, Comerc, Tradener, Enecel, e CMU, dentre outros.

Por último, destacam-se os autoprodutores, agentes que possuem usinas de geração térmica para atender ao consumo próprio, porém vendem o excedente no mercado de energia. Como exemplo, Vale, Samarco, Grupo Votoratim, Alcoa, Novelis e Arcelor, dentre outros.

Além disso, há concorrência por novas unidades geradoras de energia elétrica, principalmente unidades hidráulicas, que ocorre durante os leilões de concessão de novas unidades geradoras. Os concorrentes são os já mencionados acima e grandes empresas de construção.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

Respeitadas as limitações impostas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (“Lei nº 8.666/93”), e de forma proativa e consciente de sua função social, a Companhia, desde a sua criação, em função de suas necessidades, estabelece parcerias e programas específicos que promovem o desenvolvimento de produtos e fornecedores da sua cadeia de suprimentos. Dentre estas parcerias destacamos as firmadas com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, o Serviço

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (“SEBRAE”), a Fundação COGE – FUNCOGE, a Fundação Dom Cabral (“FDC”), a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG (“FIEMG”), o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL.

Alinhada ao objetivo estratégico de desenvolver, qualificar e gerir mercado e fornecedores, e visando assegurar a continuidade do fornecimento de material e serviços a curto, médio e longo prazo, frente às limitações da Lei nº 8.666/93, a Companhia realiza rotineiramente a prospecção de novos fornecedores para a Companhia, principalmente por meio de *workshops*, seminários, visitas internacionais, pesquisa na Internet, revistas especializadas, *folders*, indicação dos órgãos de engenharia e órgãos operacionais da Companhia, indicação de fornecedores já cadastrados e parceiros e troca de informações com outras concessionárias. Esta prospecção pode ser direcionada em função de necessidades específicas como novas tecnologias, encerramento de atividades de fornecedores, ou para os casos em que se vislumbra que os atuais fornecedores não serão capazes de atender as necessidades da Companhia.

Desde a criação da CEMIG, as necessidades e expectativas de fornecedores são percebidas sistematicamente, principalmente por meio das práticas abaixo:

- Fóruns para lançamento de novas ferramentas de contratação pela Companhia e encontros com fornecedores promovidos por entidades parceiras, tais como FIEMG, SEBRAE, Sindicato Intermunicipal das Industrias do Vale do Aço – SINDIMIVA e outros. Após esses encontros, as demandas identificadas são analisadas e, quando pertinentes, são utilizadas para melhoria dos processos de suprimento e das ferramentas utilizadas pela organização, tais como: Reformulação do Portal de Compras, visando melhorar a interface do fornecedor com o Portal, aumentando a confiabilidade, a transparência e a acessibilidade dos processos de aquisição; lançamento da cartilha com a Política de Suprimentos e o Manual de Relacionamento esclarecendo, entre outras coisas, como o fornecedor se habilita para participar de processos licitatórios.
- Reuniões com os fornecedores para analisar dificuldades para o fornecimento de seus produtos, por exemplo: transporte, escassez de matéria-prima, conjuntura econômica, fatos supervenientes, entre outros. Após análise, se for o caso, são tomadas ações, entre elas: postergação de prazos contratuais, alteração do período de aquisição de alguns materiais, reajustes contratuais, rescisão parcial ou total do fornecimento sem as penalidades cabíveis.
- As necessidades e as expectativas que podem implicar alteração dos padrões de cunho eminentemente técnicos são repassadas ao Comitê de Normalização de Equipamentos de Materiais – CONEM (“CONEM”), para serem apreciadas durante o processo de revisão de especificações e desenhos técnicos.

Para aprimorar as práticas relativas ao relacionamento com os fornecedores, a CEMIG promoveu, em 2008, a reestruturação da área de suprimentos, criando uma gerência com os seguintes objetivos: (i) promover a gestão do mercado fornecedor; (ii) identificar grupos de mercadorias e serviços com baixa competitividade comercial; e (iii) buscar novos fornecedores e motivar o desenvolvimento dos existentes, em conjunto com as entidades de classe e órgãos de fomento do Estado. Na divulgação das atribuições da nova Gerência, a MS participou, em 2009, do evento Fomenta Minas, organizado pelo SEBRAE. A CEMIG participa anualmente de fóruns dessa natureza esclarecendo a forma de aquisição, informando às microempresas e às empresas de pequeno porte os critérios de aquisição conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, visando ao desenvolvimento do mercado fornecedor.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Os principais canais de relacionamento com os fornecedores são: (i) página na Internet, disponível desde 2000 e atualizada diariamente, permite acompanhar as licitações em andamento e obter informações sobre cadastro; (ii) reuniões com os fornecedores quando necessárias ou solicitadas; (iii) criação, em 2008, de uma gerência específica; (iv) Rodadas de Negócios promovidas, anualmente, pelo SEBRAE, FIEMG e AMCHAM em cidades de Minas Gerais; (v) Encontro de Fornecedores CEMIG; e (vi) “Fale Conosco” no Portal Eletrônico de Compras, criado em 2005 para melhoria do processo de relacionamento e por meio de e-mail, fax, telefone, correspondência.

Visando melhorar o relacionamento com os fornecedores, foi realizado em 2009 o Primeiro Encontro de Fornecedores CEMIG onde foi apresentada a Política de Suprimentos, reformulada em 2009, e lançado o Prêmio Fornecedores CEMIG com primeira premiação em 2010 e o “Atestado de Suprimento Assegurado de Material CEMIG”.

Até 2008, a comprovação da capacidade técnica de um fornecedor para o suprimento de determinado produto era aceita pela CEMIG somente com a homologação do produto em questão. Em 2009, visando atender aos fornecedores em relação à habilitação para participar de processos licitatórios da CEMIG, foi refinado o processo de suprimento por meio da pré-homologação de material, onde a capacidade técnica pode ser inicialmente demonstrada com a apresentação de relatórios de ensaios de tipo requeridos na especificação técnica. Essa inovação reduz o investimento inicial para a participação na licitação, uma vez que a CEMIG apenas acompanha a realização dos ensaios para a homologação do material do fornecedor vencedor da licitação. Atualmente existem 18 grupos de mercadoria pré-homologáveis.

Até 2004, os processos de aquisições da CEMIG eram disponibilizados somente em meio físico sendo necessário comparecer à sede da companhia ou solicitar o envio via correio. A divulgação dos processos de aquisição ocorria somente pelos meios legalmente exigidos, ou seja, imprensa oficial e jornais de grande circulação. A partir de 2005, com a implementação da ferramenta eletrônica Portal de Compras, além de se atender a requisitos legais, criou-se mais uma fonte de divulgação, permitindo aos fornecedores obter os processos de aquisição por meio eletrônico, gratuitamente, bem como o envio de suas propostas. Em 2009, foi implementada a versão atualizada do Portal de Compras que, entre outras melhorias, tornou o acesso mais amigável e confiável além de estender a qualquer interessado a possibilidade de obtenção dos processos e o acompanhamento de seu desenrolar. Esses refinamentos objetivaram aumentar a confiabilidade do processo de contratação, acarretando em redução de custo dos processos licitatórios.

Ressalta-se ainda que cerca de 70% dos processos de aquisição são realizados por meio da modalidade de licitação pregão eletrônico, o que confere maior transparência e publicidade.

A CEMIG estimula os fornecedores a melhorar e inovar por meio de parcerias com organizações governamentais e outras organizações, como exemplo, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento iniciado em 1999.

Desde 2003, as melhorias no processo de suprimento são identificadas nas reuniões de avaliação de desempenho, onde também são definidas ações de melhoria. Uma das melhorias do processo de suprimento foi a criação de uma gerência, para atuar mais intensamente no desenvolvimento da cadeia de suprimento da CEMIG. Esta gerência busca, no dia a dia, novos fornecedores para suprir as necessidades da organização, verificando empresas que possuem produtos similares e os motivos pelos quais não estão fornecendo para a CEMIG, a fim de incentivar o fornecimento e reduzir os custos. Nesse

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

contato é sugerido o envio de amostras do material, para ser avaliadas tecnicamente. Sendo a avaliação favorável, essas são encaminhadas para utilização em campo, por tempo determinado, após o qual o setor emite parecer final. Uma vez favorável, esse parecer é encaminhado às áreas de engenharia e ao CONEM para alteração do padrão do produto (desenhos ou especificações), visando, assim, aumentar a cadeia de fornecedores pelo estímulo à inovação de produtos adquiridos.

São premiados até três fornecedores de material, de cinco categorias, com melhor desempenho, segundo o Índice de Desempenho de Fornecedores (índice criado pela CEMIG para medir o nível de excelência de seus fornecedores), sendo elegíveis aqueles com desempenho igual ou superior a 75%. Para ser agraciado com o “Atestado de Suprimento Assegurado de Material Cemig”, o fornecedor de material deve atender a todos os critérios apresentados a seguir: (i) Desempenho de Excelência; (ii) estar com situação cadastral regularizada; (iii) estar com situação aprovada na ATI, quando aplicável; (iv) terem sido inspecionados e entregues à CEMIG, no mínimo seis lotes de material; (v) não ocorrência de qualquer recusa de material ou de ressalvas críticas na aprovação de material; (vi) não ocorrência de acionamentos em regime de garantia; e (vii) não das áreas da CEMIG referentes ao desempenho do material, mesmo após o término do período de garantia.

O “Atestado de Suprimento Assegurado de Material Cemig”, cuja validade é de um ano, isenta seus agraciados da obrigatoriedade de ter seus produtos inspecionados por parte da CEMIG, como pré-requisito para entrega e faturamento. Essa parceria traz as seguintes vantagens e benefícios: (i) para os fornecedores: dispensa de inspeções da CEMIG como pré-requisito para entrega e faturamento, redução de custo de processo de produção (repetição de ensaios), mais celeridade no processo de aceitação do material e faturamento, possibilidade de divulgação, ao mercado nacional e internacional, do grau de suprimento assegurado Cemig; e (ii) para a CEMIG: maior agilidade no suprimento do material, e redução do custo operacional.

Para otimizar o processo de aquisição de bens e serviços, foi implantado o pregão presencial em 2003, e o Portal de Compras em 2005, com a consequente implantação do pregão eletrônico com a finalidade de garantir mais agilidade no processo de aquisição de material, contratação de serviços e na modernização dos contratos com os fornecedores, bem como reduzir custos, além de realizar os negócios de forma mais transparente e segura. Outra forma de reduzir os custos associados ao processo de suprimento é a logística reversa, conduzida pela Superintendência de Infraestrutura (“LI”), há mais de dez anos. Por meio desse sistema, a CEMIG reintegra ao estoque, material em bom estado, oriundo de sobras de obras. É também realizada a recuperação de material usado, por meio de oficinas próprias ou serviços contratados junto a terceiros. Ao longo desse período, a LI busca soluções para aumentar o número de itens a serem recuperados e reintegrados ao estoque, como varas de manobra e isoladores. Essas ações, além de otimizar os custos do processo de aquisição, contribuem para a preservação de recursos naturais. Essa prática contribui também para a maximização do valor do negócio, de forma sustentável.

Desde 2004, a CEMIG realiza um trabalho de motivação junto aos fornecedores para melhoria de suas práticas de gestão por meio de diversas ações, envolvendo seus parceiros. Como exemplos: (i) palestras realizadas em 2005 e 2006, organizadas pela CEMIG e pela FDC, para orientar os fornecedores sobre como aderir ao Programa PAEX, voltado para a capacitação de pequenas e médias empresas; e (ii) encontros com os fornecedores, organizados pela FIEMG e CEMIG, em 2007, com o objetivo de melhorar a interação entre CEMIG e sua cadeia de suprimento e, em 2008, como continuidade, realizaram-se visitas técnicas.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

CLIENTES E COMERCIALIZAÇÃO

O mercado da Companhia compreende a comercialização de energia por ela própria e pelas suas coligadas Hidrelétrica Cachoeirão, Hidrelétrica Pipoca, Cemig Baguari Energia e Centrais Eólicas Praias do Parajuru, Central Eólica Praias do Morgado e Central Eólica Volta do Rio, segundo a participação acionária detida pela Companhia.

Este mercado corresponde às vendas de energia para os clientes livres no mercado brasileiro, à comercialização de energia para outros agentes do setor elétrico no ACR e no ACL e às vendas no PROINFA e na CCEE.

No ano de 2010, o montante comercializado foi de 36.432 GWh, com crescimento de 6,3% em relação a 2009, conforme abaixo detalhado.

Mercado	Participação de Mercado (%) Ano 2010	Crescimento de Mercado (%) Ano 2010 / 2009
Vendas a Clientes Livres	51,4	13,9
Industrial	51,2	13,6
Comercial	0,2	1.087,6
Vendas no ACR	31,3	-15,7
Vendas no ACL	10,5	70,1
Proinfa	0,2	318,7
Vendas na CCEE	6,6	18,2

A Companhia celebrou, no período de outubro de 2010 a setembro de 2011, 40 contratos de venda de energia a clientes livres, tanto de energia convencional quanto de energia incentivada. Os contratos de compra e venda de energia para clientes livres da Companhia são padronizados e contém cláusulas de faturamento mínimo, que representam um volume de energia a ser entregue mesmo em situações em que o consumo verificado seja menor do que esse limite, observadas as condições contratuais; este método de faturamento proporciona uma fonte relativamente estável de receita.

A Companhia vendeu energia em três leilões no ACR em 2011: o 10º e o 11º Leilões de Ajustes e o 10º Leilão de Energia Existente (A-1 de 2011). Nos Leilões de Ajustes, foram negociados contratos para entrega de março a junho e de outubro a dezembro de 2011. No Leilão de Energia Existente, foram negociados contratos para entrega no período de 2012 a 2014.

No período de janeiro a setembro de 2011, a Companhia comercializou 29.317 GWh, com crescimento de 8,2% em relação a igual período de 2010.

O crescimento nas vendas da Companhia, no período de janeiro a setembro de 2011, é explicado por:

- crescimento nas vendas para clientes livres industriais em Minas Gerais, com destaque para as indústrias Ferroligas, Química, Extrativa Mineral e Material de Transporte;
- expansão nas vendas para clientes livres industriais localizados em outros estados, com destaque para indústria Siderúrgica;
- incremento de venda de energia de fontes incentivadas para clientes livres industriais;

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

- crescimento nas vendas para clientes livres comerciais em Minas Gerais devido à migração de clientes cativos para o mercado livre especial;
- vendas no ACL devido a maior disponibilidade de recursos em função de novos contratos de compra de energia;
- vendas na CCEE em função da maior disponibilidade hidráulica até setembro de 2011, que levou a um maior volume de energia secundária; e
- vendas no PROINFA devido à entrada em operação das Centrais Eólicas Praia do Morgado, em maio de 2010, e Volta do Rio, em setembro de 2010, empreendimentos nos quais a Companhia detém participação acionária de 49%.

O mercado industrial da Companhia encontra-se detalhado a seguir com o volume de energia vendido por gênero e ramo de atividade produtiva até o mês de setembro de 2011.

Atividade Produtiva	Energia Vendida (GWh)	Participação no Mercado Industrial (%)
Indústria de Extração Mineral	1.674,8	11,3
Indústria de Transformação	12.741,6	86,1
Ferroligas	3.871,9	26,2
Siderurgia	3.694,6	25,0
Química	1.951,6	13,2
Material de Transporte	608,1	4,1
Cimento	555,2	3,8
Produtos Alimentares	392,2	2,6
Mecânica	331,2	2,2
Metais Não Ferrosos	321,8	2,2
Textil	272,9	1,8
Demais Ramos	742,1	5,0
Indústria de Utilidade Pública	384,1	2,6
Total	14.800,5	100

Fonte: Cemig

As dez maiores unidades consumidoras da Companhia e seu setor de atuação são apresentadas a seguir, com referência ao mercado verificado até o mês de setembro de 2011:

Instalação	Atividade Produtiva
1 - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS Cubatão	Siderurgia
2 - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS Ipatinga	Siderurgia
3 - Companhia Ferroligas Minas Gerais	Ferroligas
4 - Ligas de Alumínio S.A.	Metais Não Ferrosos
5 - Kinross Brasil Mineração S. A.	Extrativa Mineral
6 - Companhia Brasileira de Carbureto de Cálcio – CBCC	Ferroligas
7 - Italmagnésio Nordeste S.A.	Ferroligas

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Fonte:	8 - Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda.	Química	Cemig
	9 - White Martins Gases Industriais Ltda.	Química	
	10 - Arcelormittal Brasil S. A	Siderurgia	

PADRÕES INTERNACIONAIS RELATIVOS À PROTEÇÃO AMBIENTAL

Os princípios internacionais relativos à proteção ambiental adotados pela Companhia são os mesmos adotados por sua controladora, a CEMIG. Em 2009, a CEMIG aderiu ao [Pacto Global](#), uma iniciativa internacional voluntária desenvolvida pela [Organização das Nações Unidas](#), com o objetivo de incentivar as empresas a adotar valores fundamentais relacionados à responsabilidade social.

Os dez princípios estão descritos na cartilha *Responsabilidade Social Empresarial*, distribuída aos empregados e fornecedores da CEMIG e disponibilizada em seu *website*. Além dos princípios, a cartilha também informa as práticas que a companhia já realiza de acordo com as diretrizes do Pacto Global, relativos à proteção ambiental.

Adicionalmente, as áreas da CEMIG podem certificar-se em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma Internacional NBR ISSO 14001:2004, ou adotar um Sistema de Gestão Interno denominado SGA Nível 1, desenvolvido a partir dos princípios e requisitos da Norma NBR ISO 14001 e com certificação externa.

Na data deste Formulário de Referência, todas as usinas da Companhia com capacidade instalada acima de 30 MW estão certificadas com Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001 ou SGA nível 1).

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

A Companhia executa e apoia projetos voltados para o desenvolvimento regional dos locais onde atua. Como exemplo, o programa de reassentamento de famílias da Usina Hidrelétrica Irapé que visa dar sustentabilidade à população ribeirinha relocada, abrangendo a participação da mesma em projetos sociais nas comunidades e municípios envolvidos. A Companhia também apoia eventos culturais nesses municípios, que se estendem às iniciativas de organização do turismo local e regional, e à Associação do Circuito Turístico Lago de Irapé, para participação em feiras e eventos.

Outro exemplo de projeto de responsabilidade social desenvolvido pela Companhia é o Versol, uma iniciativa em parceria com a Prefeitura de Três Marias, Minas Gerais, e o Projeto Grael, que tem a chancela da Unesco e é coordenado pelos irmãos Lars, Axel e Torben Grael. O projeto atende 150 crianças e jovens entre nove e 24 anos por semestre, matriculadas no sistema público de ensino de Três Maria, com base em iniciação esportiva, educação complementar e iniciação profissionalizante.

Na esfera cultural, em 2010, a Companhia patrocinou 192 projetos através de recursos próprios, além daqueles previstos e assegurados por leis de renúncia fiscal como a Lei Rouanet de Incentivo à Cultura. A seleção dos projetos é realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, por meio do Programa “CEMIG Cultural”. Dessa forma, alcança demandas do interior de Minas Gerais, de pequenos grupos iniciantes, além de iniciativas de arte contemporânea e segmentos culturais de escasso patrocínio por parte da iniciativa privada.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

PATENTES, MARCAS E LICENÇAS

A preocupação da CEMIG com a inovação e o seu desenvolvimento tecnológico coloca-a como uma das empresas do setor com o maior número de depósitos junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (“INPI”). Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de nove patentes concedidas no Brasil e 44 patentes depositadas, além de 27 registros de *softwares*. A Companhia também é titular de 30 marcas registradas e nove pedidos de registro de marca perante o INPI. Apesar de a CEMIG não depender de patentes, licenciamentos ou contratos de *royalties* para o desenvolvimento de suas atividades, a marca “CEMIG” é um ativo estratégico, avaliado nos dois últimos anos por consultoria especializada.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia possui os seguintes pontos fortes:

Flexibilidade e segurança no negócio de geração. As receitas decorrentes do negócio de geração da Companhia são provenientes principalmente de duas fontes: os contratos com o *pool* de distribuidoras nacionais, estabelecidos no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e os contratos com clientes livres, geradores e comercializadores, estabelecidos no âmbito do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). Essas duas fontes de receita, aliadas à gestão responsável dos riscos do portfólio de contratos, conferem equilíbrio, flexibilidade e segurança ao negócio da Companhia. Ademais, no âmbito do ACR, a Companhia não depende de nenhum cliente específico, tendo em vista que tem cerca de 40 clientes nesse ambiente de contratação de energia.

Receita assegurada na transmissão. As transmissoras de energia elétrica têm sua receita assegurada de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente e independentemente da energia elétrica que circula pelas subestações e linhas de transmissão, podendo aumentar suas receitas por meio da obtenção de novas concessões de transmissão. Ademais, a Companhia não depende de nenhum cliente específico, visto que suas atividades de transmissão são remuneradas por todos os agentes de mercado que transacionam energia no Sistema Interligado Nacional, por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST).

Alta confiabilidade dos ativos físicos. No entendimento da Emissora, os ativos da Emissora que integram seus sistemas elétricos de geração e transmissão foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Emissora.

Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em geração e transmissão de energia. Os funcionários da Emissora que ocupam cargos gerenciais e técnicos possuem, no entendimento da Emissora, ampla experiência em geração e transmissão de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Emissora. Ademais, no entendimento da Emissora, a Emissora tem equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de transmissão e geração, o que propicia maior segurança em suas decisões.

Relacionamento construtivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”). A Companhia pretende continuar mantendo e melhorando a cada dia o bom relacionamento com a ANEEL, com o ONS e com outros agentes setoriais, o que possibilita que ela mantenha discussões e realize reivindicações sobre assuntos que considere importantes relativos aos seus negócios com os referidos agentes do setor

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

elétrico. Ademais, a Companhia tem uma boa representatividade em fóruns como a Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE, a Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica – ABRATE e outros, o que lhe confere respaldo nas suas argumentações.

Eficiência operacional. A Companhia costuma realizar suas atividades de forma eficiente, buscando elevar suas receitas de maneira controlada, prestando atenção nos riscos envolvidos, sempre procurando atender às estratégias fixadas pela sua administração. Como reconhecimento de sua eficiência operacional, a Companhia obteve a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais e atendimento a clientes.

Forte geração de caixa operacional. A geração de caixa operacional medida pelo LAJIDA da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2010 foi de R\$ 2.258 milhões e R\$ 2.353 milhões, respectivamente. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2011, a geração de caixa operacional medida pelo LAJIDA da Companhia foi de R\$ 2.173 milhões, sendo que sua geração de caixa operacional medida pelo LAJIDA no mesmo período de 2010 foi de R\$ 1.794 milhões.

Solidez Financeira. A Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 30 de setembro de 2011, por um endividamento moderado, de aproximadamente R\$ 7.837 milhões, com 35% e 65% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Companhia está alinhada ao direcionamento estratégico da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), com sua atenção voltada para a maximização do valor para o acionista de forma sustentada, o aproveitamento de sinergias entre as empresas do Grupo CEMIG, a observância de políticas de governança interna e externa e a integração dos três pilares da sustentabilidade empresarial (econômico, social e ambiental).

A Companhia, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade com atenção aos riscos, a gestão permanente de riscos, a eficiência operacional, a representatividade em fóruns institucionais relevantes e o cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Companhia:

Buscar a excelência na gestão de investimentos. A gestão dos investimentos da Companhia deve abranger aspectos como alocação criteriosa de recursos nos sistemas de geração e transmissão (em estreita interação com o ONS) e disciplina orçamentária. A Companhia busca assegurar a rentabilidade de seus ativos de acordo com a atividade exercida, uma vez que na geração a receita total é determinada por mecanismos de mercado (leilões de energia velha e negociações com clientes livres) e na transmissão de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente.

Buscar a elevação de receitas com atenção aos riscos. A Companhia busca ampliar suas receitas de geração, sem perder de

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

vista sua competitividade de mercado, em leilões de energia e em negociações com clientes livres, atentando aos riscos inerentes ao negócio geração. A Companhia também procura negociar com a ANEEL possíveis aumentos de receita autorizada de transmissão.

Gerenciar riscos em bases permanentes. A Companhia busca atuar de forma criteriosa na gestão dos riscos dos seus investimentos, do seu *mix* de receitas, do seu portfólio de contratos e da operação dos seus ativos. No caso de clientes livres, procura localizar os perfis de riscos individuais. Aumento da eficiência operacional. A Companhia pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de geração e transmissão, tanto na esfera administrativa, relativa a rotinas e controles de suporte, quando na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

Atuar em todos os fóruns institucionais para defender os pontos de vista empresariais relevantes. A Companhia pretende continuar tendo uma postura pró-ativa perante a ANEEL e outras entidades setoriais, acompanhando a legislação e a regulamentação que afeta seus negócios, com foco na rentabilidade dos ativos.

Desenvolvimento ecologicamente sustentável. Consciente da relevância de sua atuação nas comunidades com as quais interage, a Companhia pretende desenvolver novos projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Nesse sentido, a Companhia implementou um Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”), baseado na Norma NBR ISO 14001 e no SGA interno da CEMIG, que orienta todas as suas atividades em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daqueles processos e daquelas instalações que causam impactos ambientais.

Fortalecimento de sua imagem. A Companhia tem o objetivo de fortalecer sua imagem nos mercados em que atua e perante seus clientes e clientes em potencial, comunidade, ANEEL, governos municipal, estadual e federal, entre outros, prestando, para tanto, serviços de qualidade, com confiabilidade e agilidade, estando sempre à disposição desse público; a ideia é estabelecer uma comunicação adequada, sempre demonstrando transparência e reforçando a credibilidade da Companhia, inclusive por meio da prática de atividades de responsabilidade sócio-ambiental.

Política de atuação junto aos órgãos reguladores com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações. A Companhia mantém uma política consistente de atuação junto aos órgãos reguladores para, entre outras coisas, assegurar que as tarifas praticadas reflitam a obtenção da receita requerida ao equilíbrio econômico-financeiro de seus negócios, possibilitando que a Companhia cubra não só seus custos gerenciáveis regulatórios, mas também suas despesas não gerenciáveis (e.g., compra e transporte de energia, tributos e demais encargos) e a remuneração de seus ativos (retorno e depreciação), preservando, contudo, um nível tarifário que, na opinião da Companhia, seja adequado para seus consumidores.

Expansão das atividades de geração e transmissão. A Companhia, no âmbito do Plano Estratégico de Longo Prazo do Grupo CEMIG, está empenhada em expandir sua atuação no setor elétrico, seja via crescimento orgânico ou via aquisições de ativos, por meio de investimentos próprios, ou em parceria com a iniciativa privada, ou, ainda, utilizando sua subsidiária Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como veículo de crescimento, pautando-se, sempre, pela disciplina em realizar investimentos que agreguem valor ao acionista.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

a. controladores diretos e indiretos

A Companhia é controlada diretamente pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), que detém 100% de seu capital social (exceto pelas ações detidas pelos membros do Conselho de Administração da Companhia).

CEMIG

A CEMIG acredita ser um dos mais sólidos e importantes grupos do segmento de energia elétrica do Brasil, participando em 107 sociedades, 15 consórcios e um fundo de participação, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em Minas Gerais, responde por 96% da área de concessão, com mais de sete milhões de consumidores, em 774 municípios. É, ainda, na visão de seus Diretores, a maior fornecedora de energia para clientes livres do Brasil, com 25% do mercado, e um dos maiores grupos geradores, responsável pela operação de 65 usinas, com capacidade instalada de 6.925 megawatts. A atuação da CEMIG estende-se a 22 estados brasileiros, além do Distrito Federal, e ao Chile, com a operação de uma linha de transmissão em consórcio com a Alusa. Tornou-se controladora da Light S.A., ampliando participação na distribuidora que atende o Rio de Janeiro e outras cidades fluminenses. Também possui participação em empresas transmissoras de energia elétrica (TBE e Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.), investimentos no segmento de gás natural (Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG), telecomunicações (Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom) e eficiência energética (Efficientia S.A.).

A CEMIG é uma sociedade de capital aberto, possuindo 114 mil acionistas em 44 países. Suas ações negociadas no Nível I de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América (NYSE) e da Espanha (LATIBEX). A CEMIG é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 50,95% das ações ordinárias e 22,27% do capital social total da Companhia. Os demais acionistas da CEMIG são: AGC Energia S.A. (32,96% das ações ordinárias e 14,41% do capital social total), BlackRock Inc. (9,39% das ações preferenciais e 5,29% do capital social total), Lazard Asset Management LLC (7,46% das ações ordinárias e 4,20% do capital social total). As demais ações ordinárias e preferencias, representativas de 53,78% do capital social total da CEMIG são detidas por outros acionistas.

b. controladas e coligadas; c) participações do emissor em sociedades do grupo

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia detém participação societária direta nas seguintes sociedades:

<u>Sociedade</u>	<u>Participação Direta (%)</u>	<u>Atividade Principal</u>
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	Produção e comercialização de energia elétrica (pré-operacional).

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante**Coligadas**

Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica.
Guanhães Energia S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica (pré-operacional).
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	Produção independente de energia elétrica.
Madeira Energia S.A.	10,00	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (pré-operacional).
Baguari Energia S.A.	63,39	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica (UHE) Baguari.
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	Transmissão de energia elétrica.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica.
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica.
Central Eólica Praias do Morgado S.A.	49,00	Produção e comercialização de energia elétrica.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	56,69	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica.
Lightger S.A.	49,00	Produção independente de energia elétrica (pré-operacional).

Além disso, a Companhia possui participação de 74,50% na Amazônia Energia Participações S.A. (coligada), cuja atividade principal é a implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, por meio da Norte Energia S.A.

c. participações do emissor em sociedades do grupo

A Companhia não possui participação societária direta em outras sociedades do grupo econômico em que se insere, além das participações nas controladas e coligadas, descritas no item (b) do item 8.1 deste Formulário de Referência.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Além da CEMIG, não há sociedades participantes do grupo que possuam participações na Companhia.

e. sociedades sob controle comum

A CEMIG detém participação direta nas seguintes sociedades, além da participação detida na Companhia:

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (Controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

- Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela CEMIG (49%).
- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS.
- Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (“GASMIG”) (Controlada em conjunto) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais.
- Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) - Prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center S.A. (“Ativas”) (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações.
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim.
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados.
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais.
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé.
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora.
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí.
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a Controlada Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (“ESDE”), com participação de 100%.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará.
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes Transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (“STC”) (Controlada) e Lumitrans Companhia. Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Lumitrans”) (Controlada).
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina. A ECTE venceu, em 16 de dezembro de 2011, o Lote D do Leilão Aneel 006/2011. Para o recebimento outorga de concessão da ANEEL e implantação das instalações que foram objeto do referido leilão, a ECTE, constituiu, em 17 de janeiro de 2012, uma sociedade de propósito específico denominada Empresa de Transmissão Serrana S.A. (“ETSE”).
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010.
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010.
- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto 25%) – Participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati possui participação na Redentor Energia S.A. (que por sua vez possui participação na Rio Minas Energia Participações S.A.), LUCE LLC, Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações e Luce Empreendimentos e Participações S.A. A LUCE LLC, a Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações e a Luce Empreendimentos e Participações S.A. estão em processo de encerramento no Brasil.
- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada – participação de 100%) – A Cemig Serviços tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes.
- Amazônia Energia Participações S.A. – sociedade de propósito específico detida pela Light (25,5%) e pela Companhia (74,5%), detém a participação de 9,77% do capital social da Norte Energia S.A., empresa que detém a concessão da Hidrelétrica Belo Monte, localizada na bacia do Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu (PA).

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Além disso, a CEMIG detém participação indireta nas seguintes sociedades (além das controladas e controladas em conjunto da Companhia listadas no item 7.1 deste Formulário de Referência):

- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro.
- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda., Central Eólica Fontainha Ltda. e Renova Energia S.A. (“Renova”). A Renova, por sua vez, possui participação em 18 sociedades de propósito específico e em uma pequena central hidrelétrica, conforme indicado no item III abaixo.
- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação de 33% na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.
- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica.
- Lightger S.A. (“Light Ger”) – Detida pela Companhia (49%) e pela Light (51%), conforme descrição constante no item 7.1 deste Formulário de Referência.
- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) – Antiga Lighthidro, passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, que tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.
- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades.
- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Controlada em conjunto pela Light S.A e pela CEMIG, conforme descrição acima.
- CR Zongschen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (“CR Zongschen”) (Controlada em Conjunto) – sociedade na qual a Light S.A. é acionista com 20% das ações, a partir da aquisição em 9 de setembro de 2011, tem como objeto principal a fabricação de veículos elétricos de duas rodas da marca “Kasinski”, com foco em bicicletas e

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

scooters elétricas. A fábrica será instalada no Município de Sapucaia no Estado do Rio de Janeiro, área de concessão da Light.

A Renova possui participação direta nas seguintes sociedades: Nova Renova Energia S.A., Enerbrás Centrais Elétricas S.A., Centrais Eólicas Pelourinho Ltda., Centrais Eólicas dos Araçás Ltda., Centrais Eólicas Ametista Ltda., Centrais Eólicas da Prata Ltda., Centrais Elétricas Borgo Ltda., Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda., Centrais Elétricas Serra do Espinhaço Ltda., Centrais Elétricas Seraíma Ltda., Centrais Eólicas Caetité Ltda., Centrais Elétricas Tanque Ltda., Centrais Elétricas Dourados Ltda., Centrais Elétricas Morrão Ltda., Centrais Eólicas Espigão Ltda., Centrais Elétricas Botuquara Ltda., Centrais Eólicas Pilões Ltda., Centrais Elétricas Itaparica Ltda., Centrais Elétricas Maron Ltda., Centrais Eólicas São Salvador Ltda., Renova PCH Ltda.

Além disso, a Renova possui participação indireta nas seguintes sociedades: Bahia Eólica Participações S.A., Renova Eólica Participações S.A., Salvador Eólica Participações S.A., Centrais Eólicas Candiba S.A., Centrais Eólicas Igarorã S.A., Centrais Eólicas Ilhéus S.A., Centrais Eólicas Licínio de Almeida S.A., Centrais Eólicas Pindaí S.A., Centrais Eólicas Alvorada S.A., Centrais Eólicas Guanambi S.A., Centrais Eólicas Guirapá S.A., Centrais Eólicas N. Sra. Da Conceição S.A., Centrais Eólicas Pajeú do vento S.A., Centrais Eólicas Planaltina S.A., Centrais Eólicas Porto Seguro S.A., Centrais Eólicas Rio Verde S.A. e Centrais Eólicas Serra do Saldo S.A.

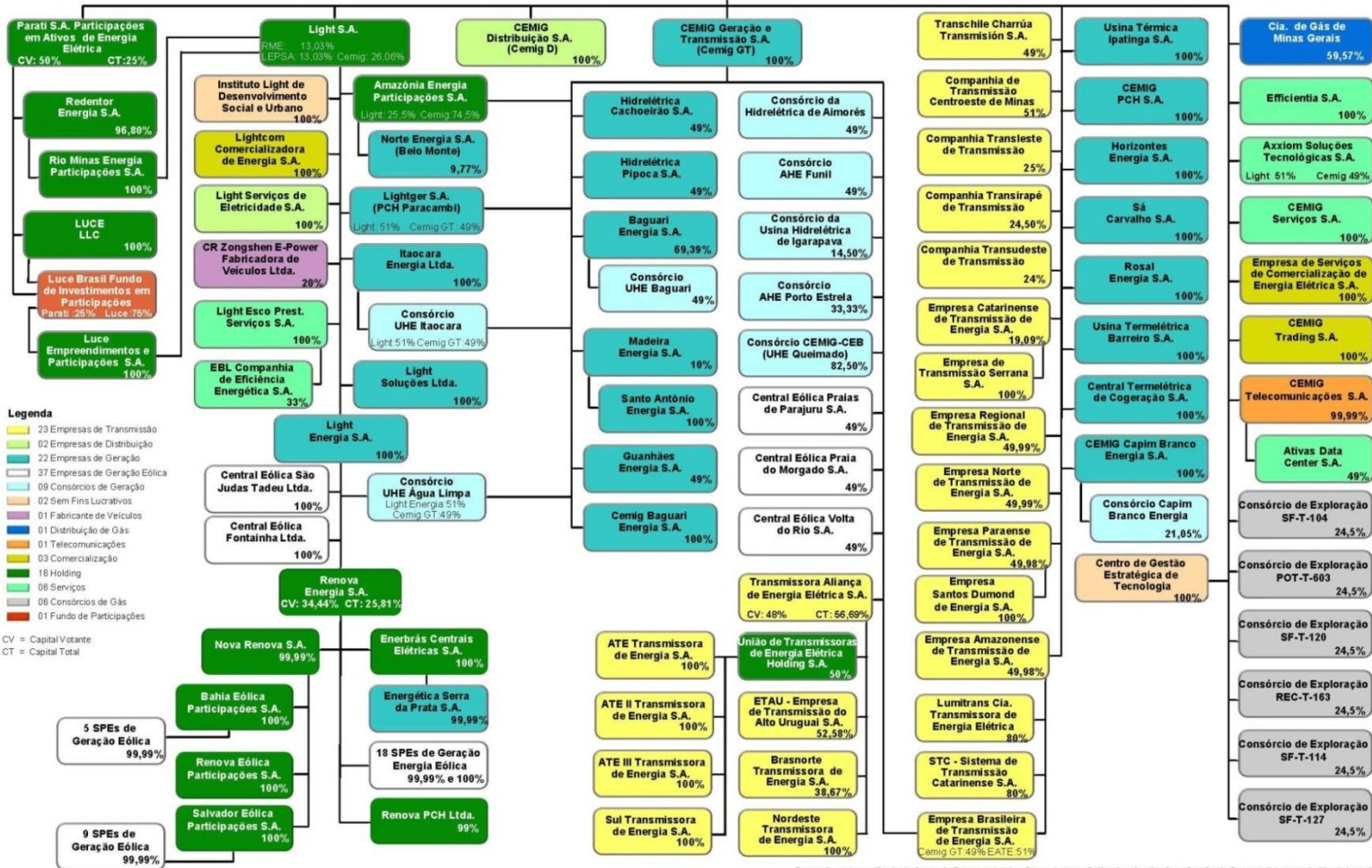
8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

GRUPO CEMIG

114 Sociedades, 15 Consórcios e 1 Fundo de Participações

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS

Posição em 25 de Janeiro de 2012



8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. As sociedades em que a Companhia tenha participação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Documento ainda não preenchido!

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes para este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia vem consolidando de forma estratégica seu crescimento nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, tendo como pilar principal o seu Plano Diretor e a estratégia a ele ligada com foco no longo prazo e na busca constante de retornos adequados para os seus negócios. As aquisições neste período comprovam o sucesso da estratégia adotada de crescimento através de uma estrutura inovadora de aquisições o que habilita a Companhia a oportunidades de crescimento.

Neste contexto, os Diretores da Companhia destacam a aquisição pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., empresa coligada da Companhia, de participação no capital social de empresas de transmissão anteriormente detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. Com essa aquisição, a participação direta e indireta da Companhia no mercado de transmissão de energia elétrica passa a ser 13%.

Deve ser ressaltado o esforço da Administração na agregação de valor nas novas aquisições, buscando sempre maximizar o retorno dos ativos da Companhia através da melhoria na eficiência operacional.

A Companhia apresentou, no período de janeiro a setembro de 2011, um lucro líquido de R\$989 milhões, em comparação aos R\$824 milhões no período de janeiro a setembro de 2010, um aumento substancial de 20,08% e a geração de caixa medida pelo LAJIDA apresentou um aumento de 21,15% alcançando a cifra de R\$2.173 milhões, no período de janeiro a setembro de 2011, quando comparado a R\$1.794 milhões no mesmo período de 2010.

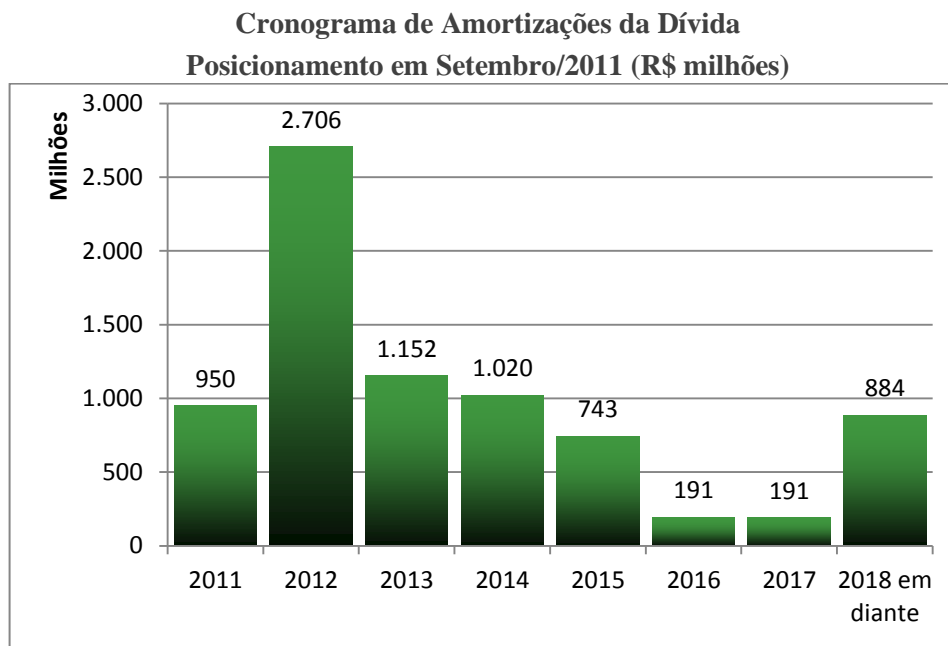
Os Diretores da Companhia continuam confiantes na continuidade do crescimento da economia brasileira nos próximos anos e na conseqüente expansão dos investimentos em infraestrutura, dos quais a disponibilização de energia elétrica é fundamental, em especial na área de geração e transmissão de energia elétrica. Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem um papel relevante neste processo, como empresa de energia que atende a parcela representativa dos grandes clientes industriais do Brasil.

Os Diretores da Companhia sustentam que a liquidez da empresa é adequada, dada a posição de caixa no nível de R\$2.282 milhões em 30 de setembro de 2011. O caixa montava R\$1.762 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.044 milhões em 31 de dezembro de 2009. Ademais, os Diretores da Companhia destacam a relativa estabilidade do fluxo de caixa advinda da diversificação dos clientes da transmissora e da cláusula de demanda mínima presente nos contratos de compra e venda de energia da geradora.

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 30 de setembro de 2011, por um endividamento de R\$7,8 bilhões, sendo 35% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 65% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de aproximadamente R\$7,6 bilhões, sendo 13,36% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 86,64% representado por dívidas de longo prazo. Já em 31 de dezembro de 2009, havia um endividamento de aproximadamente R\$ 6,8 bilhões, sendo 52,28% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 47,72% representado por dívidas de longo prazo. Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O endividamento da Companhia, em 30 de setembro de 2011, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3,4 anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2012, conforme gráfico abaixo, que deverá ser parcialmente refinanciada com uma operação de longo prazo, considerando o acesso resiliente da empresa ao mercado de capitais local. Nos demais anos, os pagamentos são de até R\$1.150 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.



O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (7,12% ao ano, a preços constantes, em 30 de setembro de 2011, e 6,77% ao ano, em 31 de dezembro de 2010), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 30 de setembro de 2011, os principais indexadores das dívidas da Companhia são: CDI (62% do total, e 63% do total em 31 de dezembro de 2010), IPCA (21% do total) e URTJ (16% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	30 de setembro de		31 de dezembro de	
	2011	2010	2010	2009
EBITDA / Juros	3,83	3,66	6,31	
Dívida Líquida / EBITDA	2,56	2,50	1,67	
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	53%	54%	46%	

Fonte: Companhia

Conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 007/2011, as informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não foram incluídas nos quadros comparativos do item 10 deste Formulário de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Referência, tendo em vista que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes e não contemplam os efeitos das normas estabelecidas pelos Pronunciamentos 15 a 43 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para fins de comparabilidade. Para mais informações sobre mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, vide item 10.4 (a) deste Formulário de Referência.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida). O Patrimônio Líquido da Companhia em 30 de setembro de 2011 era de R\$4.845 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$5.555 milhões. Já em 31 de dezembro de 2010, era de R\$5.051 milhões e de R\$5.874 milhões, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2009 era de R\$4.519 milhões e de R\$3.776 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 53% em 30 de setembro de 2011, 54% em 31 de dezembro de 2010 e 46% em 31 de dezembro de 2009.

- i) hipóteses de resgate;**
- ii) fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 30 de setembro de 2011, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$1.659 milhões de disponibilidades. Em 2010, foram gerados R\$1.776 milhões de disponibilidades, enquanto que em 2009 foram gerados R\$1.550 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$2.282 milhões em 30 de setembro de 2011, R\$1.762 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$3.044 e milhões em 31 de dezembro de 2009.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 30 de setembro de 2011 era de R\$5.555 milhões, em 31 de dezembro de 2010 era de R\$5.874 milhões e em 31 de dezembro de 2009 a dívida líquida era de R\$3.775 milhões. Os indicadores de 2011 e 2010 indicam que 2,5 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Já em 2009, a geração de caixa operacional (EBITDA) de 1,5 ano quitaria o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está perfeitamente escalonada ao longo dos anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2012, que será parcialmente refinanciada. Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 1ª emissão Notas Promissórias, em 26/07/2006, no valor de R\$900 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro/2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos, com a Eletrobrás e com a Fundação Forluminas, bem como ao resgate parcial da 2ª série da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 1ª emissão de debêntures simples, em 01/11/2006, no valor de R\$294,7 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 2ª emissão Notas Promissórias, em 21/12/2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição de caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida da Companhia ocorridos desde janeiro de 2007 e das dívidas vincendas até o final do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos e com a Eletrobrás;
- 3ª emissão Notas Promissórias, em 30/10/2009, no valor de R\$2.700 milhões destinados para aportes de capital, recomposição de caixa e investimentos;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 15/01/2010, no valor de R\$2.700 milhões destinados à rolagem da 3ª emissão Notas Promissórias;
- 4ª emissão Notas Promissórias, em 13/01/2012, no valor de R\$1.000 milhões destinados à rolagem da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia.

O passivo circulante era de R\$4.032 milhões em 30 de setembro de 2011, R\$1.591 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$6.031 milhões em 31 de dezembro de 2009. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Até 30 de setembro de 2011, a Companhia não captou recursos de financiamento.

Em 2010, foram captados pela Companhia R\$2.949 milhões, sendo R\$2.700 milhões por meio de uma emissão de debêntures para a quitação das notas promissórias de mesmo valor utilizadas na aquisição das ações da TAESA e outros investimentos, R\$242 milhões por meio de rolagem de dívidas bancárias e R\$7 milhões por meio de contratos celebrados com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP ("FINEP") para a realização de estudos de inventário de usinas. Para uma visão consolidada da Companhia, deve-se registrar a contratação de cerca de R\$1.061 milhões em financiamentos por parte de suas controladas e coligadas (valor proporcional à participação acionária da Companhia).

Foram captados, em 2009, R\$3.494 milhões, sendo R\$ 663 milhões por meio de operações de rolagem de dívidas bancárias, R\$130 milhões por meio de contratos celebrados com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e com a FINEP, para investimento na Usina Hidrelétrica Baguari e a realização de estudos de inventário de usinas, respectivamente, e R\$ 2.700 milhões por meio da emissão de notas promissórias, para utilização dos recursos na aquisição das ações da TAESA e outros investimentos. Além disso, foram prorrogados vencimentos de dívidas no

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

montante de R\$63 milhões, por meio de aditivos a contratos existentes. Para uma visão consolidada da Companhia, vale registrar a contratação de cerca de R\$423 milhões em financiamentos por parte de suas subsidiárias.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- *Aproveitar as condições favoráveis de mercado.* Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- *Manter alongado o cronograma de amortização da dívida.* Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- *Reduzir o custo financeiro.* Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- *Otimizar a exposição à moeda estrangeira.* Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A CEMIG, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.
- *Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG.* A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: Dívida / EBITDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- *Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores.* Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 30 de setembro de 2011, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$7,84 bilhões, sendo R\$5,56 bilhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$7,64 bilhões, sendo R\$5,87 bilhões a dívida líquida, e em 31 de dezembro de 2009, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 6,8 bilhões, sendo R\$3,78 bilhões a dívida líquida.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, sendo que a elevação do endividamento de 2009 para 2010 deveu-se ao financiamento do processo de aquisição de ativos:

	30 de setembro de	31 de dezembro de	
	2011	2010	2009
Endividamento do Patrimônio Líquido	2,21	1,90	2,13
Dívida Líquida / EBITDA	2,56	2,50	1,67
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	53%	54%	46%

Fonte: Companhia

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 30 de setembro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

Em 30 de setembro de 2011 (Consolidado)

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
(em milhares)						
MOEDA ESTRANGEIRA						
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	1.397	-	1.397
Dívida referente a Moeda Estrangeira	-	-	-	1.397	-	1.397
MOEDA NACIONAL						
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80 do CDI	R\$	280.685	484.111	764.796
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	28.177	36.986	65.163
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	1.606	30.000	31.606
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	48.786	900.000	948.786
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	52.182	67.532	119.714
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	782	775	1.557
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	8.010	105.558	113.568
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	45.122	63.591	108.713
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	593	910	1.503

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures ⁽¹⁾	2011	104,00 do CDI	R\$	265.043	-	265.043
Debêntures – Governo do Estado de M. G. ⁽¹⁾⁽³⁾	2031	IGP-M	R\$	-	45.535	45.535
Debêntures ⁽¹⁾⁽¹³⁾	2015	IPCA + 7,68 *	R\$	67.422	1.256.643	1.324.065
Debêntures ⁽¹⁾⁽¹³⁾	2015	0,042 **	R\$	(477)	(1.091)	(1.568)
Debêntures ⁽¹⁾⁽¹³⁾	2012	CDI + 0,90	R\$	1.705.366	-	1.705.366
Debêntures ⁽¹⁾⁽¹³⁾	2012	0,1051 **	R\$	(482)	-	(482)
ELETOBRAS	2013	FINEL + 7,50 A 8,50	R\$	11.658	15.898	27.556
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.588	7.429	15.017
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	47.030	49.087	96.117
FINEP	2015	TJLP + 5,00	R\$	3.005	10.407	13.412
Consórcio Pipoca ⁽⁶⁾	2011	IPCA	R\$	185	-	185
Unibanco S.A. ⁽²⁾	2020	TJLP + 2,55	R\$	192	5.748	5.940
Banco do Brasil S.A. ⁽²⁾	2020	TJLP + 2,55	R\$	683	22.768	23.451
BNDES ⁽⁴⁾	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	341.720	341.720
Debêntures ⁽⁴⁾	2013	IPCA	R\$	69.476	131.357	200.833
BNDES (Repasse) ⁽⁴⁾	2033	TJLP + 3,8	R\$	-	324.828	324.828
Banco da Amazônia ⁽⁴⁾	2029	TJLP + 4,0	R\$	-	75.754	75.754
BNDES ⁽⁵⁾	2024	TJLP + 2,5	R\$	3.054	37.671	40.725
CEF ⁽⁷⁾	2022	TJLP + 3,50	R\$	5.591	47.060	52.651
CEF ⁽⁸⁾	2021	TJLP + 3,50	R\$	6.825	58.580	65.405
CEF ⁽⁹⁾	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.160	87.020	96.180
BNDES ⁽¹⁰⁾	2018	TJLP	R\$	308	1.610	1.918
BNDES ⁽¹⁰⁾	2018	UMBND	R\$	1.762	9.166	10.928
CEF ⁽¹⁰⁾⁽¹³⁾	2016	117,5 do CDI *	R\$	2.458	8.905	11.363
CEF ⁽¹⁰⁾⁽¹³⁾	2016	0,059 **	R\$	(79)	(108)	(187)
Debêntures ⁽¹⁰⁾⁽¹⁾⁽¹³⁾	2015	CDI+1,30 *	R\$	5.436	195.592	201.028
Debêntures ⁽¹⁰⁾⁽¹⁾⁽¹³⁾	2015	0,013 **	R\$	(293)	(382)	(675)
Debêntures ⁽¹⁰⁾⁽¹⁾⁽¹³⁾	2015	IPCA+ 7,91 *	R\$	2.556	155.391	157.947
Debêntures ⁽¹⁰⁾⁽¹⁾⁽¹³⁾	2015	0,013 **	R\$	(230)	(301)	(531)
Debêntures ⁽¹⁰⁾⁽¹⁾⁽¹³⁾	2017	106 do CDI *	R\$	17.178	463.061	480.239
Debêntures ⁽¹⁰⁾⁽¹⁾⁽¹³⁾	2017	0,0069 **	R\$	(469)	(1.670)	(2.139)
Sindicato Bancos Novatrans ⁽¹³⁾	2013	CDI + 0,90	R\$	9.293	11.480	20.773
BNDES ⁽¹¹⁾	2024	TJLP+2,56	R\$	1.963	68.038	70.001
BNDES ⁽¹¹⁾	2019	4,50	R\$	1.437	10.146	11.583
Dívida referente a Moeda Nacional				2.708.582	5.126.805	7.835.387
Total Geral				2.709.979	5.126.805	7.836.784

⁽¹⁾ Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.⁽²⁾ Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.⁽³⁾ Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638”).⁽⁴⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.⁽⁵⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.⁽⁶⁾ Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.⁽⁷⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.⁽⁸⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.⁽⁹⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.⁽¹⁰⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA.⁽¹¹⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Empresa Brasileira de Transmissão de Energia (“EBTE”).⁽¹²⁾ 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia.⁽¹³⁾ Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

* Taxa contratual ** Taxa efetiva do custo de transação

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 30 de setembro de 2011:

Banco do Brasil S.A.

I. Cédulas de Crédito Bancário n^{os} 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu as Cédulas de Crédito Bancário n^{os} 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393, no valor de R\$ 100 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 500 milhões, utilizadas para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 33,3 milhões cada, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada uma dessas Cédulas de Crédito Bancário em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 105,4 milhões, totalizando R\$ 527,1 milhões.

II. Cédulas de Crédito Bancário n^{os} 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu as Cédulas de Crédito Bancário n^{os} 330.800.376, 330.800.387, 330.800.388, 330.800.389, 330.800.390, 330.800.391, 330.800.394 e 330.800.395, no valor de R\$ 35 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 280 milhões, utilizadas para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 11,6 milhões cada, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor de cada um dessas Cédulas de Crédito Bancário em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 35,0 milhões, totalizando, aproximadamente, R\$ 295,2 milhões.

III. Cédula de Crédito Bancário n^o 330.800.392

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário n^o 330.800.392, no valor de R\$ 120 milhões, para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o próprio Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização da Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 40 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014. O saldo devedor em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 126,5 milhões.

IV. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.257

Em novembro de 2004, a CEMIG e o Banco do Brasil S.A. firmaram um contrato de empréstimo, no valor de R\$104,8 milhões, destinados à rolagem de dívida da Companhia. Em decorrência do processo de desverticalização da CEMIG,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

50,56% do respectivo saldo devedor foi alocado na Companhia por meio do Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações celebrado entre a Companhia, a CEMIG (na qualidade de avalista) e o Banco do Brasil S.A. Os juros incidentes sobre a operação foram de 111% da variação do CDI e o respectivo vencimento se deu em novembro de 2009, quando o instrumento foi aditado sendo o vencimento final prorrogado para novembro de 2012 e os juros incidentes sobre a operação alterados para 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, foi celebrado o segundo aditivo a esse contrato, estendendo o prazo da parcela vencida em 2010 por mais 2 anos e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 30 de setembro de 2011 era de R\$55,7 milhões.

V. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591, no valor de R\$152,5 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da Companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 30 de setembro de 2011 era de R\$161,2 milhões.

VI. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592, no valor de R\$428,4 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 30 de setembro de 2011 era de R\$451,9 milhões.

VII. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.638

Em dezembro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.638, no valor de R\$57,1 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em dezembro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. O saldo devedor em 30 de setembro de 2011 era de R\$59,2 milhões.

Banco Bradesco S.A.

VIII. Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante

Em outubro de 2005, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A. o Instrumento Particular de Financiamento com Taxa Flutuante, no valor total de R\$ 83,1 milhões, cuja garantia foi a emissão de nota promissória, garantida por aval da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CEMIG. Sobre o saldo principal do contrato incidem juros à taxa 1,70% ao ano, acrescida de 100% da taxa média do CDI, calculado diariamente com base em um ano de 252 dias úteis. O financiamento foi concedido com a finalidade de efetuar o pagamento de dívidas da Companhia e será amortizado em quatro parcelas anuais, com início em outubro de 2010. O saldo devedor desse contrato em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 70,0 milhões.

Unibanco S.A. (antigo nome do Itaú Unibanco S.A.)

IX. Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734

Em agosto de 2005, a Companhia celebrou com o Unibanco S.A. (antigo nome do Itaú Unibanco S.A.) o Contrato de Promessa de Concessão de Empréstimos nº 734, com abertura de linha de crédito no valor de R\$ 925 milhões para rolagem de parte da dívida da Companhia. Desse valor, foram utilizados R\$ 157,9 milhões, liberados em diversos desembolsos por meio de cartas de adesão. A respectiva amortização será efetuada nos vencimentos pactuados nas cartas de adesão, sendo que o vencimento final se dará em novembro de 2013. Os encargos incidentes sobre o financiamento foram de 1,7% ao ano, acrescidos de 100% do CDI. O saldo devedor desse contrato em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 85,1 milhões.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

X. Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

Em março de 2009, a Companhia celebrou com o BNDES, um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari. O contrato teve como intervenientes a CEMIG e a Baguari Energia S.A.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorreu em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o saldo devedor em 30 de setembro de 2011 era de R\$113,6 milhões.

Banco Itaú BBA S.A.

XI. Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02

Em outubro de 2005, a Companhia emitiu em favor do Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”) a Cédula de Crédito Bancário nº TJ5.01/02 no valor de R\$ 81,8 milhões, sendo a CEMIG garantidora desta operação. Sobre o saldo principal incidem juros à taxa de 100% da taxa média do CDI acrescidos da taxa de 1,70% ao ano. A Cédula de Crédito Bancário deverá ser paga em quatro parcelas anuais, com início em outubro de 2010. O referido crédito foi concedido para o pagamento de dívidas da Companhia anteriormente contraídas junto ao Itaú BBA e para o pagamento de debêntures emitidas pela Companhia. O saldo devedor desse financiamento, em 30 de setembro de 2011 era de R\$ 68,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2010:

Em 31 de dezembro de 2010 (Consolidado)

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante (em milhares)	Total
MOEDA ESTRANGEIRA						
Banco do Brasil S.A. ⁽¹⁾	2009	3,90	JPY	-	-	-
B.N.P. Paribas	2010	Libor+1,875	US\$	-	-	-
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.568	1.241	3.809
UNIBANCO S.A. ⁽²⁾	2009	6,50	US\$	-	-	-
UNIBANCO S.A. ⁽³⁾	2009	5,00	US\$	-	-	-
Dívida referente a Moeda Estrangeira				2.568	1.241	3.809
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	254.741	484.111	738.852
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	24.549	44.638	69.187
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.208	30.000	32.208
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	17.842	900.000	917.842
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	46.143	84.215	130.358
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	854	1.551	2.405
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.055	111.281	119.336
Bradesco S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	36.603	68.192	104.795
Bradesco S.A.	2014	CDI+1,70	R\$	1	1.365	1.366
Bradesco S.A. ⁽¹⁵⁾	2010	CDI	R\$	-	-	-
Debêntures ⁽⁴⁾	2009	CDI+1,20	R\$	-	-	-
Debêntures ⁽⁴⁾	2011	104,00 do CDI	R\$	243.038	-	243.038
Debêntures – Governo do Estado de M. G. ⁽⁴⁾⁽⁶⁾	2031	IGP-M	R\$	-	37.083	37.083
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	IPCA+7,68 *	R\$	87.906	1.198.877	1.286.783
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	0,042 **	R\$	(475)	(1.448)	(1.923)
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2012	CDI+0,90 *	R\$	161.685	1.566.000	1.727.685
Debêntures ⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2012	0,1051 **	R\$	(1.643)	(68)	(1.711)
ELETROBRÁS	2013	Finel+7,50 a 8,50	R\$	12.591	24.133	36.724
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	8.112	14.857	22.969
UNIBANCO S.A.	2009	CDI+2,98	R\$	-	-	-
UNIBANCO S.A.	2013	CDI+1,70	R\$	49.431	89.531	138.962
Energ Power ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	-	-	-
FINEP ⁽⁹⁾	2015	TJLP+5,00	R\$	2.233	12.769	15.002
ORTENG Equipamentos e Sistemas ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	-	-	-
Construtora Quebec ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	-	-	-
Consórcio Pipoca	2011	IPCA	R\$	270	-	270

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Unibanco S.A. ⁽⁵⁾	2020	TJLP+2,55	R\$	712	5.748	6.460
Banco do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	2020	TJLP+2,55	R\$	2.732	22.768	25.500
BNDES ⁽⁷⁾	2033	TJLP+2,40	R\$	-	262.420	262.420
Debêntures ⁽⁷⁾	2013	IPCA	R\$	-	182.188	182.188
BNDES (Repasse) ⁽⁷⁾	2033	TJLP+3,8	R\$	-	247.502	247.502
Banco da Amazônia ⁽⁷⁾	2029	TJLP+4,0	R\$	-	68.656	68.656
BNDES ⁽⁸⁾	2024	TJLP+2,50	R\$	2.758	39.360	42.118
CEF ⁽¹⁰⁾	2022	TJLP+3,50	R\$	5.327	48.830	54.157
CEF ⁽¹¹⁾	2022	TJLP+3,50	R\$	6.496	60.632	67.128
CEF ⁽¹²⁾	2021	TJLP+3,50	R\$	7.992	88.609	96.601
BNDES ⁽¹³⁾	2018	TJLP	R\$	277	1.646	1.923
BNDES ⁽¹³⁾	2018	UMBND	R\$	1.770	10.455	12.225
CEF ⁽¹³⁾⁽¹⁶⁾	2016	117,5 do CDI I*	R\$	2.468	10.687	13.155
CEF ⁽¹³⁾⁽¹⁶⁾	2016	0,059 **	R\$	(84)	(168)	(252)
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	CDI+1,30 *	R\$	10.610	195.593	206.203
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	0,013 **	R\$	(299)	(612)	(911)
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	IPCA+7,91 *	R\$	4.696	147.595	152.291
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2015	0,01 3**	R\$	(226)	(461)	(687)
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2017	106 do CDI *	R\$	2.558	462.051	464.609
Debêntures ⁽¹³⁾⁽⁴⁾⁽¹⁶⁾	2017	0,0069 **	R\$	(475)	(1.965)	(2.440)
Sindicato Bancos Novatrans ⁽¹³⁾	2013	CDI+0,90	R\$	9.328	18.368	27.696
Sindicato Bancos ⁽¹³⁾	2010	CDI+1,50	R\$	-	-	-
BNDES ⁽¹⁴⁾	2024	TJLP + 2,56	R\$	5.452	67.016	72.468
BNDES ⁽¹⁴⁾	2019	4,50	R\$	1.335	10.385	11.720
Banco Pine ⁽¹⁴⁾	2010	CDI+4,80	R\$	-	-	-
Dívida referente a Moeda Nacional				1.017.571	6.614.390	7.631.961
Total Geral				1.020.139	6.615.631	7.635.770

⁽¹⁾ a ⁽³⁾ Foram contratados *swaps* com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os *swaps*: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

⁽⁴⁾ Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

⁽⁵⁾ Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

⁽⁶⁾ Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

⁽⁷⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

⁽⁸⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.

⁽⁹⁾ Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

⁽¹⁰⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

⁽¹¹⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.

⁽¹²⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

⁽¹³⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA.

⁽¹⁴⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE.

⁽¹⁵⁾ 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia.

⁽¹⁶⁾ Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2009:

Em 31 de dezembro de 2009 (Consolidado)

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros		Moedas	Circulante	Não Circulante	Total
		anuais (%)					

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

				(em milhares)		
MOEDA						
ESTRANGEIRA						
Banco do Brasil S.A. ⁽¹⁾	2009	3,9	JPY	-	-	-
BNP Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	5.877	-	5.877
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.957	4.189	7.146
UNIBANCO S.A. ⁽²⁾	2009	6,5	US\$	-	-	-
UNIBANCO S.A. ⁽³⁾	2009	5	US\$	-	-	-
Dívida referente a Moeda Estrangeira				8.834	4.189	13.023
MOEDA NACIONAL						
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	75.156	-	75.156
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	21.701	41.762	63.463
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	230.708	442.349	673.057
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	24.817	66.957	91.774
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	1.900	30.000	31.900
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	14.255	900.000	914.255
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	46.607	126.323	172.930
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	25.157	-	25.157
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	862	2.326	3.188
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	5.246	118.913	124.159
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.875	102.288	139.163
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	456	1.365	1.821
Bradesco S.A. ⁽¹⁵⁾	2010	113,00 do CDI	R\$	2.742.383	-	2.742.383
Debêntures ⁽⁴⁾	2009	CDI + 1,20	R\$	-	-	-
Debêntures ⁽⁴⁾	2011	104,00 do CDI	R\$	3.365-	238.816	242.181
Debêntures – Governo do Estado de M.G. ^{(4) (6)}	2031	IGP-M	R\$	-	37.053	37.053
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.323	35.942	48.265
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	8.185	22.286	30.471
UNIBANCO S.A.	2009	CDI + 2,98	R\$	-	-	-
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	49.708	134.296	184.004
Energ Power ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	218	655	873
FINEP ⁽⁹⁾	2015	URTJ+5,00	R\$	37	7.904	7.941
ORTENG Equipamentos e Sistemas ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	94	283	377
Construtora Quebec ⁽⁹⁾	2012	IPCA	R\$	301	901	1.202
UNIBANCO S.A. ⁽⁵⁾	2020	TJLP+2,55	R\$	715	6.437	7.152
Banco do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	2020	TJLP+2,55	R\$	2.731	25.501	28.232
BNDES ⁽⁷⁾	2033	TJLP+2,40	R\$	-	134.660	134.660
Debêntures ⁽⁷⁾	2013	IPCA	R\$	-	161.824	161.824
BNDES (Repasse) ⁽⁷⁾	2033	TJLP	R\$	-	79.649	79.649
Banco da Amazônia ⁽⁷⁾	2029	TJLP+4,0	R\$	-	28.913	28.913
BNDES ⁽⁸⁾	2024	TJLP + 2,5	R\$	-	25.248	25.248
CEF S.A. ⁽¹⁰⁾	2022	TJLP+3,50	R\$	4.789	59.381	64.170
CEF S.A. ⁽¹¹⁾	2022	TJLP+3,50	R\$	5.026	51.096	56.122
CEF S.A. ⁽¹²⁾	2022	TJLP+3,50	R\$	6.541	82.416	88.957
BNDES ⁽¹³⁾	2018	TJLP	R\$	32.228	244.952	277.180
BNDES ⁽¹³⁾	2018	UMBND	R\$	2.941	23.712	26.653
Sindicato Bancos Novatrans ⁽¹³⁾	2013	CDI + 0,90	R\$	5.311	15.683	20.994
Sindicato Bancos ⁽¹³⁾	2010	CDI + 1,50	R\$	180.472	-	180.472
Banco Pine ⁽¹⁴⁾	2010	CDI + 4,80	R\$	15.272	-	15.272

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívida em Moeda Nacional	3.556.380	3.249.891	6.806.271
Total Geral Consolidado	3.565.214	3.254.080	6.819.294

Fonte: Companhia

⁽¹⁾ a ⁽³⁾ Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (1) 111,00% do CDI; (2) CDI + 2,98% a.a.; (3) CDI + 3,01% a.a..

⁽⁴⁾ Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

⁽⁵⁾ Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

⁽⁶⁾ Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

⁽⁷⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

⁽⁸⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.

⁽⁹⁾ Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

⁽¹⁰⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

⁽¹¹⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.

⁽¹²⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.

⁽¹³⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA.

⁽¹⁴⁾ Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE.

⁽¹⁵⁾ Nota Promissória da Companhia.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii . Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 53,47% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da empresa *holding* CEMIG e cerca de 0,52% da dívida é garantido por recebíveis da empresa e das subsidiárias.

iv. Restrições impostas à C

Em alguns contratos financeiros firmados com o Itaú BBA há *covenants* financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Itaú BBA:

EBITDA/Despesas financeiras líquidas:	maior ou igual a 2,8
Dívida/(patrimônio líquido + dívida):	menor ou igual a 53
Dívida/EBITDA:	menor ou igual a 3,36
Dívida curto prazo/EBITDA:	menor ou igual a 90
Investimento/EBITDA:	menor ou igual a 60

A Companhia obteve do Itaú BBA dispensa para o cumprimento dos *covenants* financeiros até dezembro de 2012.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia requer a autorização prévia do BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Como já mencionado acima, não foram incluídas informações contábeis relativas ao ano de 2008 neste item, conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº007/2011, uma vez que as informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) até então vigentes e não contemplam os efeitos das normas estabelecidas pelos Pronunciamentos 15 a 43 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para fins de comparabilidade. Para mais informações sobre mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia, vide item 10.4 (a) deste Formulário de Referência.

Principais alterações nas contas de resultado

Os Diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos à demonstração de resultado consolidado para os períodos indicados, seguidos de sua análise sobre as principais variações ocorridas entre os períodos.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS PERÍODOS DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 30 DE SETEMBRO DE 2010

	<u>30/09/2011</u>	<u>V(%)</u> ¹	<u>30/09/2010</u>	<u>V(%)</u> ¹	<u>H(%)</u> ²
	(em milhares de reais)				
RECEITA	3.370.405	100%	2.903.023	100%	16%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(179.159)	(5%)	(192.809)	(7%)	(7%)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(428.971)	(13%)	(242.334)	(8%)	77%
	(608.130)	(18%)	(435.143)	(15%)	40%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(166.976)	(5%)	(167.778)	(6%)	0%
Materiais	(11.392)	0%	(14.220)	0%	(20%)
Serviços de Terceiros	(76.632)	(2%)	(100.124)	(3%)	(23%)
Depreciação e Amortização	(271.003)	(8%)	(283.044)	(10%)	(4%)
Provisões (Reversão) Operacionais	(9.323)	-	5.777	0%	(261%)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(107.768)	(3%)	(100.774)	(3%)	7%
Custo de Construção	(50.784)	(2%)	(134.304)	(5%)	(62%)
Outros custos de operação	(17.790)	(1%)	(31.851)	(1%)	(44%)
	(711.668)	(21%)	(826.318)	(28%)	(14%)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CUSTO TOTAL	(1.319.798)	(39%)	(1.261.461)	(43%)	5%
LUCRO BRUTO	2.050.607	61%	1.641.562	57%	25%
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	(108.210)	(3%)	(102.195)	(4%)	6%
Despesas com Vendas	-	0%	453	0%	(100%)
Outras Despesas Operacionais	(43.180)	(1%)	(20.504)	(1%)	111%
	<u>(151.390)</u>	<u>(4%)</u>	<u>(122.246)</u>	<u>(4%)</u>	<u>24%</u>
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)	1.899.217	56%	1.519.316	52%	25%
Despesas Financeiras Líquidas	(508.523)	(15%)	(361.560)	(12%)	41%
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.390.694	41%	1.157.756	40%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(363.092)	(11%)	(350.611)	(12%)	4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(38.450)	(1%)	16.605	1%	(332%)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>989.152</u>	<u>29%</u>	<u>823.750</u>	<u>28%</u>	<u>20%</u>

Lucro do Período

A Companhia apresentou, no período de janeiro a setembro de 2011, um lucro líquido de R\$989.152 mil em comparação ao lucro líquido de R\$823.750 mil no período de janeiro a setembro de 2010, o que representa um aumento de 20%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 16% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 6% nos Custos e Despesas Operacionais. O aumento da receita decorre principalmente do aumento da atividade de comercialização de energia, com um aumento no volume de vendas, e em menor participação pela entrada em operação das usinas de Baguari e Pipoca em maio e outubro de 2010, respectivamente.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.139.182 mil no período de janeiro a setembro de 2011 em comparação a R\$2.686.817 mil, no período de janeiro a setembro de 2010, representando um aumento de 17%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 9% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da maior atividade de comercialização de energia em 2011.

Adicionalmente, contribuiu para o aumento da receita o reajuste dos contratos de venda de energia, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M. Dessa forma a receita foi de R\$1.910.636 mil no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$1.553.434 mil, no período de janeiro a setembro 2010.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias não ter variado significativamente, houve um aumento de 7% na receita com energia vendida, R\$1.099.399 mil no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$1.032.260 mil no período de janeiro a setembro de 2010, em função do aumento de 5% no preço médio de venda da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

energia, R\$98,58 no período de janeiro a setembro de 2011 em comparação a R\$94,19 no período de janeiro a setembro de 2010.

Receita de Concessão da Transmissão

Esta receita refere-se basicamente à utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Companhia pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL.

A receita de concessão da transmissão foi de R\$1.017.697 mil no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$803.934 mil, no período de janeiro a setembro de 2010, um aumento de 27% em decorrência, principalmente, da atualização monetária do ativo de transmissão da TAESA, com um impacto no resultado da Companhia de R\$177.981 mil. Essa atualização foi decorrente da divulgação do índice de atualização da tarifa da TAESA a partir de julho de 2011, no percentual de 10%.

Receita de Construção

A receita de construção foi de R\$50.784 mil no período de janeiro a setembro de 2011 em comparação a R\$134.667 mil, no período de janeiro a setembro de 2010, representando uma redução de 62%. Esta receita é integralmente compensada pelo custo de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos de concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais foram reduzidas em 26%, quando comparados os valores de R\$15.218 mil no período entre janeiro e setembro de 2011 e R\$20.501 mil no mesmo período de 2010. Esta redução decorre basicamente de uma menor receita com prestação de serviços.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$852.476 mil no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$742.896 mil no período de janeiro a setembro de 2010, um aumento de 15%. As principais variações nos impostos e encargos incidentes sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível (“CCC”): A dedução à receita referente a CCC foi de R\$44.152 mil no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$28.892 mil, no período de janeiro a setembro de 2010, representando um aumento de 53%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”). A variação neste custo decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”): A dedução à receita referente a CDE foi de R\$27.487 mil no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$27.145 mil, no período de janeiro a setembro de 2010, um aumento de 1%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobras.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos com Energia Elétrica

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão: A despesa com encargos de uso da rede básica de transmissão foi de R\$179.159 mil no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$192.809 mil no período de janeiro a setembro de 2010, representando uma redução de 7%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL.

Energia Elétrica Comprada para Revenda: A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$428.971 mil no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$242.334 mil, no período de janeiro a setembro de 2010, representando um aumento de 77%. Essa variação decorre da maior atividade de comercialização de energia em 2011, com a compra de energia para revenda.

Custos de Operação

O custo de operação no período de janeiro a setembro de 2011 foi de R\$711.668 mil comparado a R\$826.318 mil no período de janeiro a setembro de 2010, o que representa uma redução de 14%.

As principais variações estão descritas a seguir:

Pessoal e Administradores: O custo com pessoal e administradores no período de janeiro a setembro de 2011 foi de R\$166.976 mil, comparado a R\$167.778 mil em 2010, o que representa uma redução de 0,48%. Este resultado decorre principalmente da maior transferência de custos de pessoal para as obras em andamento (R\$12.038 mil em 2011 e R\$9.773 mil em 2010), tendo em vista o maior programa de investimentos em 2011.

Materiais: As despesas com materiais no período de janeiro a setembro de 2011 foram de R\$11.392 mil comparados a R\$14.220 mil no período de janeiro a setembro de 2010, o que representa uma redução de 20%. A redução nas despesas com materiais em função de menor gasto nessa rubrica.

Serviços de Terceiros: No período de janeiro a setembro de 2011 os custos com serviços de terceiros foram de R\$76.632 mil comparados a R\$100.124 mil no período de janeiro a setembro de 2010, o que representa uma redução de 23%. A redução nas despesas com serviços de terceiros deve-se principalmente a redução nos gastos com consultoria.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Depreciação e Amortização: A despesa com depreciação e amortização não apresentou variação relevante na comparação entre os períodos, R\$271.003 mil de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$283.044 mil de janeiro a setembro de 2010, o que representa uma redução de 4%.

Provisões Operacionais: As provisões operacionais no período de janeiro a setembro de 2011 foram de R\$9.323 mil comparadas a uma reversão de provisão de R\$5.777 mil no período de janeiro a setembro de 2010. Esta variação decorre da maior provisão de contingências trabalhistas em 2011 no montante de R\$8.101 mil contra R\$257 mil em 2010. Algumas provisões foram revertidas em 2010 devido a redução da probabilidade de perda naquele ano.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos: A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos no período de janeiro a setembro de 2011 foi de R\$107.768 mil comparados a R\$100.774 mil no período de janeiro a setembro de 2010, o que representa um aumento de 7%. Esta compensação refere-se ao percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União. Este aumento decorre principalmente da maior geração de energia no período de 2011.

Custo de Construção: O custo de construção no período de janeiro a setembro de 2011 foi de R\$50.784 mil comparados a R\$134.304 mil no período de janeiro a setembro de 2010, o que representa uma redução de 62%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos de concessão.

Outros Custos de Operação: A despesa com outros custos de operação no período de janeiro a setembro de 2011 foi de R\$17.790 mil comparados a R\$31.851 mil no período de janeiro a setembro de 2010, o que representa uma redução de 44%. Esta variação refere-se basicamente a arrendamento e aluguéis, subvenções e doações, seguros, e outras despesas.

Despesas Operacionais

Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas no período de janeiro a setembro de 2011 foi de R\$108.210 mil comparados a R\$102.195 mil no período de janeiro a setembro de 2010, o que representa um aumento de 6%. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Despesas com Vendas: A despesa com vendas no período de janeiro a setembro de 2010 foi de R\$453 mil. Esta despesa refere-se, principalmente, à despesa com PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa).

Outras Despesas Operacionais: As outras despesas operacionais no período de janeiro a setembro de 2011 foram apuradas no valor de R\$43.180 mil comparado ao valor de R\$20.504 mil apurado no período de janeiro a setembro de 2010, o que representa um aumento de 111%. Este aumento decorre de um maior ganho na desativação de bens e direitos do ativo imobilizado e maior recolhimento de Taxa de Fiscalização.

Obrigações Pós-Emprego: A despesa com obrigação pós-emprego foi de R\$20.838 mil no período de janeiro a setembro de 2011, comparados a R\$18.944 mil no período de janeiro a setembro de 2010, representando um aumento de 10%. Esta

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

despesa representa a atualização da obrigação calculada em conformidade a laudo atuarial elaborado por consultores externos.

Despesas Financeiras Líquidas

O resultado financeiro de janeiro a setembro de 2011 foi uma despesa financeira líquida de R\$508.523 mil comparada a uma despesa financeira líquida de R\$361.560 mil de janeiro a setembro de 2010, o que representa um aumento de 41%.

Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento de 10% na receita de aplicações financeiras, R\$196.467 mil no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$178.687 mil, no período de janeiro a setembro de 2010. Essa redução decorre de maior volume de recursos aplicados em 2011 em relação a 2010.
- Aumento na despesa de encargos de empréstimos e financiamentos, R\$564.205 mil no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$467.224 mil, no período de janeiro a setembro de 2010. Esse aumento decorre basicamente da maior variação do CDI no primeiro semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, decorrencia do aumento na taxa Selic definida pelo Banco Central do Brasil.
- Aumento na despesa de variação monetária de empréstimos e financiamentos em moeda nacional de R\$65.343 mil no período de janeiro a setembro de 2011 comparados a R\$31.600 mil, apurada no período de janeiro a setembro de 2010. Esse aumento decorre do maior volume de empréstimos vinculados à variação do IPCA de janeiro a setembro de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2011, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$363.092 mil em relação ao lucro de R\$1.390.694 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 26%. No período de janeiro a setembro de 2010, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$350.611 mil em relação ao lucro de R\$1.157.756 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 30%.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2011, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R\$38.450 mil em relação ao lucro de R\$1.390.694 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 3%. No período de janeiro a setembro de 2010, a Companhia apurou receitas com Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido no montante de R\$16.605 mil em relação ao lucro de R\$1.157.756 mil, antes dos efeitos fiscais, o que representa um percentual de 1%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009.

	<u>31/12/2010</u>	<u>AV(%)</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>A</u> <u>V(%)</u>	<u>A</u> <u>H(%)</u>
	(em milhares de reais)				
RECEITA	3.914.669	100%	3.536.487	100%	11%
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(250.174)	-6%	(274.574)	-8%	-9%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(370.721)	-9%	(148.724)	-4%	149%
	(620.895)	-16%	(423.298)	-12%	47%
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	(229.794)	-6%	(213.906)	-6%	7%
Participação dos Empregados	(75.191)	-2%	(55.332)	-2%	36%
Materiais	(23.387)	-1%	(21.421)	-1%	9%
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-	0%	(4.070)	0%	-100%
Serviços de Terceiros	(132.466)	-3%	(102.612)	-3%	29%
Depreciação e Amortização	(373.491)	-10%	(444.558)	-13%	-16%
Reversões (Provisões) Operacionais	9.070	0%	(1.022)	0%	-987%
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(135.470)	-3%	(140.318)	-4%	-3%
Custo de Construção	(152.248)	-4%	(89.433)	-3%	70%
Outros custos de operação	(13.546)	0%	20.178	1%	-167%
	(1.126.523)	-29%	(1.052.494)	-30%	7%
CUSTO TOTAL	(1.747.418)	-45%	(1.475.792)	-42%	18%
LUCRO BRUTO	2.167.251	55%	2.060.695	58%	5%
DESPESA OPERACIONAL					
Reversões (Despesas) com Vendas	2.235	0%	(1.593)	0%	-240%
Despesas Gerais e Administrativas	(146.382)	-4%	(220.299)	-6%	-34%
Outras Despesas Operacionais	(43.782)	-1%	(25.393)	-1%	72%
	(187.929)	-5%	(247.285)	-7%	-24%
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)	1.979.322	51%	1.813.410	51%	9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	0%	-	0%	0%
Despesa Financeira Líquida	(512.953)	-13%	(277.347)	-8%	85%
Lucro antes dos Impostos	1.466.369	37%	1.536.063	43%	-5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(453.693)	-12%	(511.312)	-14%	-11%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	71.434	2%	78.405	2%	-9%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.084.110	28%	1.103.156	31%	-2%

Lucro do Período

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$1.084 mil em comparação ao lucro líquido de R\$1.103 mil no exercício de 2009, representando uma redução de 1,72%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue e estão expressas em milhões de reais:

Receita Operacional - R\$ milhões	2010	2009	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.703	3.621	2,26
Receita de uso da rede e Receita de concessão de transmissão – com impostos	883	667	32,38
Receita de Infraestrutura de transmissão – com impostos	152	89	70,79
Remuneração de ativos da concessão – com impostos	175	33	430,30
Outras receitas operacionais	28	25	12,00
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(1.026)	(899)	14,13
	3.915	3.536	10,72

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.703 milhões em 2010 em comparação a R\$3.621 milhões em 2009, representando um aumento de 2,26%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 13,80% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres em decorrência da recuperação da atividade industrial e pela migração de clientes do mercado cativo, compensada pela redução do preço médio por MWh em 2010. A receita, com consumidores livres, foi de R\$2.108 milhões em 2010 comparados a R\$1.765 milhões em 2009. A tarifa média de venda em 2010 foi de R\$112,75 na comparação com R\$107,48 em 2009, um aumento de 4,90%.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias, reduziu em 3,41%, com uma redução na receita advinda dessa venda no montante de R\$214 milhões. Esta redução decorre, principalmente, do menor volume de energia negociada no ACR, devido ao encerramento de contratos e o redirecionamento da energia para clientes livres.

Receita de uso da rede e Receita de Concessão de Transmissão

Esta receita refere-se, basicamente, a operação e manutenção à utilização, das instalações componentes da rede básica de transmissão da Companhia e suas controladas, pelos geradores e distribuidores de energia elétrica, participantes do Sistema Interligado Brasileiro, conforme valores definidos, por meio de Resolução, pela ANEEL.

Em função das novas práticas contábeis, para as concessões novas das controladas em conjunto da CEMIG, somente são registradas nessa rubrica a parcela da receita relacionada a operação e manutenção das linhas. Parte da receita da concessão foi registrada durante o período da concessão como receita de construção.

A receita de uso da rede e receita de concessão de transmissão foi de R\$883 milhões em 2010 na comparação com R\$667 milhões em 2009, um aumento de 32,38%. Este aumento deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa média de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

transmissão e da aquisição da controlada em conjunto TAESA no final de 2009, sendo a receita originada dessa controlada reconhecida integralmente no resultado de 2010 em comparação a apenas dois meses de 2009.

Mais explicações, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$1.026 milhões comparados a R\$899 milhões em 2009, um aumento de 14,13%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

CCC: Os gastos com CCC foram de R\$46 milhões em 2010 comparados a R\$25 milhões em 2009, representando um aumento de 84,00%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

CDE: Os gastos com CDE foram de R\$37 milhões em 2010 na comparação com R\$29 milhões em 2009, com aumento de 27,59% e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Companhia é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos totais e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.935 milhões em 2010 na comparação com R\$1.723 milhões em 2009, representando um aumento de 12,30%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Pessoal: A despesa com pessoal em 2010 foi de R\$307 milhões em 2010 na comparação com R\$309 milhões em 2009, sem apresentar variação relevante. Deve ser destacada a redução de 10,68% no quadro de empregados da Companhia, que passou de 2.041 em 2009 para 1.823 em 2010. Essa redução foi obtida em função do Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia, que teve uma despesa relacionada a sua implementação de R\$41 milhões em 2009 contra R\$16 milhões no mesmo período de 2010 (ajuste da provisão de 2009).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Energia Elétrica Comprada para Revenda: A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$371 milhões em 2010 comparados a R\$149 milhões em 2009, representando um aumento de 148,99%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Serviços de Terceiros: A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$149 milhões em 2010 na comparação com R\$151 milhões em 2009, sem apresentar variação expressiva. Os principais custos estão relacionados à meio ambiente, Manutenção e Conservação de Instalações e equipamentos elétricos e conservação, vigilância e limpeza de prédios.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Depreciação/Amortização: A despesa com Depreciação e Amortização foi de R\$374 milhões em 2010 na comparação com R\$445 milhões em 2009, uma redução de 15,96%.

Outras Despesas Operacionais: As outras despesas operacionais foram de R\$82 milhões em 2010 na comparação com R\$52 milhões em 2009, um aumento de 57,69%. Este resultado decorre do aumento dos gastos com arrendamento e aluguéis, seguros e taxa de fiscalização.

LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou um aumento de 4,21% em 2010 na comparação com 2009, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ milhões	2010	2009	Var %
Lucro Líquido	1.084	1.103	(1,72)
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	382	433	(11,78)
+ Resultado Financeiro	513	277	85,20
+ Amortização e Depreciação	374	445	(15,96)
= LAJIDA	2.353	2.258	4,21
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV	15	41	(63,41)
= LAJIDA AJUSTADO	2.368	2.299	3,00

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$513 milhões em 2010 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$277 milhões em 2009, um aumento de 85,20%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 62% na Receita de Aplicações Financeiras: R\$243 milhões em 2010 na comparação com R\$150 milhões em 2009. Este aumento decorre do maior volume de recursos aplicados em 2010 na comparação com 2009 tendo em vista o maior volume de recursos disponíveis;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$642 milhões em 2010 comparados a R\$358 milhões em 2009. Este aumento decorre do aumento do endividamento da Companhia no final de 2009, com a emissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (*commercial papers*), no montante de R\$2.700 milhões, liquidadas em março de 2010 através da captação de recursos, por meio de emissão de debêntures no mesmo valor;
- despesa de variação monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional, de R\$67 milhões em 2010 na comparação com R\$5 milhões em 2009, decorrente da maior variação em 2010 dos índices inflacionários utilizados como indexadores dos Contratos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures da Companhia;
- receita líquida de ajuste a valor presente, no montante de R\$37 milhões em 2010 na comparação a uma despesa de R\$6 milhões em 2009. Este resultado decorre da variação do IGPM nos períodos comparados. Em 2010, o IGPM apresentou variação positiva de 11,32% e, no mesmo período do ano anterior, apresentou variação negativa de 2,58%.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$382 milhões em relação ao lucro de R\$1.466 milhões, representando um percentual de 26,06%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$433 milhões em relação ao lucro de R\$1.536 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,19%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Demonstrações Financeiras para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

A análise e discussão apresentadas a seguir sobre a estrutura patrimonial baseiam-se nas informações financeiras resultantes das informações trimestrais da Companhia revisadas para os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009.

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL NOS PERÍODOS ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

<u>ATIVO</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>AV(%)</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>AV(%)</u>	<u>AH(%)</u>
CIRCULANTE			(em milhares de reais)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.281.724	15%	1.761.817	12%	30%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Títulos e Valores Mobiliários	80.477	1%	319.277	2%	-75%
Consumidores e Revendedores	438.816	3%	397.301	3%	10%
Concessionários - Transporte de Energia	126.367	1%	109.092	1%	16%
Ativos Financeiros - Concessão	550.880	4%	360.508	2%	53%
Tributos Compensáveis	49.192	0%	48.412	0%	2%
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	397.942	3%	153.719	1%	159%
Revendedores - Transações Energia Livre	90.347	1%	29.959	0%	202%
Estoques	5.982	0%	4.585	0%	30%
Outros Créditos	82.482	1%	87.240	1%	-5%
TOTAL DO CIRCULANTE	4.104.209	26%	3.271.910	22%	25%
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	563.803	4%	569.885	1%	-1%
Tributos Compensáveis	10.809	0%	9.732	0%	11%
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	3.828	0%	3.319	0%	15%
Depósitos Vinculados a Litígio	152.625	1%	125.923	1%	21%
Créditos com Pessoas Ligadas	4.286	0%	4.529	0%	-5%
Outros Créditos	22.839	0%	49.967	0%	-54%
Ativos Financeiros - Concessão	3.045.548	20%	3.127.866	23%	-3%
Investimento	0	0%	0	0%	0%
Imobilizado	7.147.475	46%	7.024.474	45%	2%
Intangível	482.420	3%	477.719	3%	1%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.433.633	74%	11.393.414	78%	0%
ATIVO TOTAL	15.537.842	100%	14.665.324	100%	6%

PASSIVO	30/09/2011	AV(%)	31/12/2010	AV(%)	AH(%)
CIRCULANTE			(em milhares de reais)		
Empréstimos e Financiamentos	579.453	4%	512.764	3%	13%
Debêntures	2.130.526	14%	507.375	3%	320%
Fornecedores	208.307	1%	175.792	1%	18%
Impostos, Taxas e Contribuições	104.174	1%	60.254	0%	73%
Impostos de Renda e Contribuição Social	372.142	2%	8.235	0%	4419%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	370.410	2%	46.819	0%	691%
Salários e Encargos Sociais	55.840	0%	57.346	0%	-3%
Encargos Regulatórios	76.121	0%	97.148	1%	-22%
Participações nos Lucros	16.185	0%	27.495	0%	-41%
Dívidas com Pessoas Ligadas	15.140	0%	15.396	0%	-2%
Obrigações Pós-Emprego	17.892	0%	17.033	0%	5%
Outras Obrigações	86.184	1%	65.313	0%	32%
TOTAL DO CIRCULANTE	4.032.374	26%	1.590.970	11%	153%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.882.670	19%	2.830.798	19%	2%
Debêntures	2.244.135	14%	3.784.833	26%	-41%
Provisões para Contingências	23.233	0%	7.010	0%	231%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações Pós-Emprego	419.570	3%	413.310	3%	2%
Impostos, Taxas e Contribuições	149.126	1%	133.769	1%	11%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	703.170	5%	691.048	5%	2%
Encargos Regulatórios	58.161	0%	32.341	0%	80%
Outras Obrigações	180.856	1%	130.600	1%	38%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	6.660.921	43%	8.023.709	55%	-17%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	3.296.785	21%	3.296.785	22%	0%
Reservas de Lucros	320.319	2%	844.198	6%	-62%
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	783.130	5%	908.269	6%	-14%
Ajuste Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa	1.064	0%	1.393	0%	-24%
Lucros Acumulados	443.249	3%	0	0%	100%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.844.547	31%	5.050.645	34%	-4%
PASSIVO TOTAL	15.537.842	100%	14.665.324	100%	6%

ATIVO**Circulante**

Caixa e Equivalentes de Caixa: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Caixa e Equivalentes de Caixa atingiu R\$2.281.724 mil, o que representa uma redução de 30% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.761.817 mil. Esta variação decorre basicamente de maior caixa gerado nas operações em 2010.

Títulos e Valores Mobiliários: Nesta rubrica são classificadas as aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias, que representaram, em setembro de 2011, um montante de R\$80.477 mil, o que representa uma redução de 75% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$ 319.277 mil. Esta variação decorre do menor volume de aplicações financeiras com estas características.

Consumidores e Revendedores: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R\$438.816 mil, o que representa um aumento de 10% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$397.301 mil. Esta variação decorre principalmente do aumento do faturamento da Companhia em 2011.

Concessionários - Transporte de Energia: Em 30 de setembro de 2011, a conta Transporte de Energia atingiu R\$126.367 mil, o que representa um aumento de 16% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$109.092 mil. Esta variação decorre basicamente do aumento do faturamento com concessionárias em 2011.

Ativos Financeiros da Concessão: Em 30 de setembro de 2011, a conta Ativos Financeiros da Concessão atingiu R\$550.880 mil, o que representa um aumento de 53% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$360.508 mil. Esta variação decorre basicamente da capitalização de novos ativos no exercício de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos Compensáveis: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$49.192 mil, o que representa uma redução de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$48.412 mil. A conta tributos compensáveis é composta por ICMS a recuperar, PASEP e COFINS. A variação no saldo não é considerada relevante para a Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar atingiu R\$397.942 mil, o que representa um aumento de 159% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$153.719 mil. Esta variação decorre da compensação do imposto de renda a recuperar com o imposto de renda a recolher em função da apuração do imposto efetivo, realizada anualmente no mês de dezembro, justificando a redução deste valor.

Revendedores – Transações de Energia Livre: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Revendedores – Transações de Energia Livre atingiu R\$90.347 mil, o que representa um aumento de 202% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$29.959 mil. Esta variação decorre de recálculo da ANEEL de valores a receber dos distribuidores, RTE.

Estoques: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Estoques atingiu R\$5.982 mil, o que representa uma redução de 30% em comparação com 31 de dezembro de 2010, ano em que atingiu R\$4.585 mil. O saldo desta conta representa basicamente menor quantidade de materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Outros Créditos: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Outros Créditos atingiu R\$82.482 mil, o que representa uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2010, ano em que atingiu R\$87.240 mil. A redução desta conta se deve substancialmente à redução das obrigações com serviços de terceiros, principalmente com serviços de O&M em 2011. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos atingiu R\$563.803 mil, o que representa uma redução de 1% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$569.885 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Tributos Compensáveis: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$10.809 mil, o que representa um aumento de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$9.732 mil. A conta tributos compensáveis é composta por ICMS a recuperar, PASEP e COFINS.

Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar atingiu R\$3.828 mil, o que representa um aumento de 15% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$3.319 mil. Esta variação decorre da compensação do imposto de renda a recuperar com o imposto de renda a recolher em função da apuração do imposto efetivo, realizada anualmente no mês de dezembro, justificando a redução deste valor.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Depósitos Vinculados a Litígios: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R\$152.625 mil, o que representa um aumento de 21% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$125.923 mil. O saldo decorre basicamente de novos depósitos em juízo relativos a questionamentos tributários da Companhia referente a incidência de PASEP/COFINS sobre ICMS.

Créditos com Pessoas Ligadas: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Créditos com Pessoas Ligadas atingiu R\$4.286 mil, o que representa uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$4.529 mil. Refere-se a valores recebidos por outras empresas e ainda não repassados à Companhia. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Outros Créditos: Em 30 de setembro de 2011, a conta Outros Créditos atingiu R\$22.839 mil, o que representa uma redução de 54% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$49.967 mil. O saldo desta conta refere-se a um aumento de prêmio de seguros, créditos de estudos e projetos e demais créditos em 2010.

Ativos Financeiros – Concessão: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Ativos Financeiros - Concessão atingiu R\$3.045.548 mil, o que representa uma redução de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$3.127.866 mil. Os valores nesta rubrica referem-se a valores a serem ressarcidos pela Companhia decorrentes de ativos de concessão não amortizados até o final do contrato da concessão.

Imobilizado: Em 30 de setembro de 2011 a conta de Imobilizado atingiu R\$7.147.475 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$7.024.474 mil. A variação no saldo decorre de novas controladas consolidadas no exercício de 2011 e novas aquisições do ativo imobilizado da Companhia.

Intangível: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Intangível atingiu R\$482.420 mil, o que representa aumento de 1% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$477.719 mil. A variação no saldo decorre basicamente da amortização do intangível no período comparado. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$579.453 mil, o que representa um aumento de 13% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$512.764 mil. A variação no saldo decorre principalmente de amortizações no período.

Debêntures: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Debêntures atingiu R\$2.130.526 mil, o que representa um aumento de 320% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$507.375 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da Companhia com vencimento em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Fornecedores atingiu R\$208.307 mil, o que representa um aumento de 18% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$175.792 mil. A variação no saldo decorre do aumento nos valores a pagar referente a contratação de materiais e serviços para os empreendimentos em construção de suas controladas.

Impostos, Taxas e Contribuições: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$104.174 mil, o que representa um aumento de 73% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$60.254 mil. A variação no saldo decorre basicamente do aumento da receita em 2011.

Imposto de Renda e Contribuição Social: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social atingiu R\$372.142 mil, o que representa um aumento de 4419% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$8.235 mil. A variação no saldo decorre basicamente da compensação das demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante que serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar. Essa compensação ocorre ao final do exercício.

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R\$370.410 mil, o que representa um aumento de 691% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$46.819 mil. A variação no saldo decorre principalmente do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos no montante de R\$347.451 mil e declaração de dividendos no montante de R\$ 671.042 mil no ano de 2010.

Salários e Encargos Sociais: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Salários e Encargos Sociais atingiu R\$55.840 mil, o que representa uma variação negativa de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$57.346 mil. O saldo desta conta decorre de reajuste salarial dos empregados em novembro de 2010, decorrente do acordo coletivo 2010/2011, compensado pela redução da quantidade de empregados que passou de 1.860 em setembro de 2010 para 1.803 em setembro de 2011.

Encargos Regulatórios: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R\$76.121 mil, o que representa uma redução de 22% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$97.148 mil. A variação no saldo decorre do menor valor de receita em vista do menor período de comparação, e consequentemente menor recolhimento.

Participações nos Lucros: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Participações nos Lucros atingiu R\$16.185 mil, o que representa uma redução de 41% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$27.495 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Dívidas com Pessoas Ligadas: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Dívidas com Pessoas Ligadas atingiu R\$15.140 mil, o que representa uma redução de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$15.396 mil. Esta variação decorre de transações comerciais entre as empresas do grupo CEMIG. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Obrigações Pós-Emprego: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$17.892 mil, o que representa um aumento de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$17.033 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Outras Obrigações: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Outras Obrigações atingiu R\$86.184 mil, o que representa um aumento de 32% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$65.313 mil. Esta variação decorre principalmente de obrigações contratadas pela sua coligada Lightger em 2011.

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$2.882.670 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$2.830.798 mil. A variação no saldo decorre basicamente da amortização da contratação de novos empréstimos em 2011.

Debêntures: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Debêntures atingiu R\$2.244.135 mil, o que representa uma redução de 41% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$3.784.883 mil. A variação no saldo decorre de transferência do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante em função dos vencimentos das obrigações.

Provisões para Contingências: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Provisões para Contingências atingiu R\$23.233 mil, o que representa um aumento de 231% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$7.010 mil. A variação no saldo decorre de atualização monetária dos saldos das ações provisionadas e constituição de novas provisões em 2011 no montante de R\$16.223 mil.

Obrigações Pós-Emprego: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$419.570 mil, o que representa um aumento de 2% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$413.310 mil. A variação do saldo decorre principalmente da atualização dos valores da referida obrigação.

Impostos, Taxas e Contribuições: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$149.126 mil em comparação a R\$133.769 mil, em 31 de dezembro de 2010. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a Companhia recebe os valores. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Encargos Regulatórios: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R\$58.161 mil, o que representa um aumento de 80% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$32.341 mil. Esta redução decorre da transferência do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante em função dos prazos de vencimentos das obrigações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras Obrigações: Em 30 de setembro de 2011, a conta de Outras Obrigações atingiu R\$180.856 mil, o que representa um aumento de 38% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$130.600 mil. A variação no saldo decorre, em maior parte, de atualizações monetárias das obrigações, principalmente das concessões onerosas da Companhia.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a conta do Capital Social atingiu R\$3.296.785 mil.

Reserva de Lucros: Em 30 de setembro de 2011, a conta Reserva de Lucros atingiu R\$320.319 mil, o que representa uma redução de 62% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$844.198 mil. Esta variação decorre do efeito da realização de reserva legal em dezembro de 2010 no valor de R\$523.879 mil.

Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial: Em 30 de setembro de 2011, a conta Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial atingiu R\$783.130 mil, o que representa uma redução de 14% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$908.269 mil. Esta variação decorre da realização da reserva nos montantes de R\$30.500 mil no terceiro trimestre de 2010 e R\$125.139 mil no período de janeiro a setembro de 2011.

Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa: Em 30 de setembro de 2011, a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa essa conta atingiu R\$1.064 mil, o que representa uma redução de 24% em comparação com 31 de dezembro de 2010, quando atingiu R\$1.393 mil. Esta variação decorre da realização da reserva nos montantes de R\$ 600 mil no terceiro trimestre de 2010 e R\$329 mil no período de janeiro a setembro de 2011.

COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ATIVO	31/12/2010	AV%	31/12/2009	AV%	AH%
CIRCULANTE			(em milhares de reais)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.761.817	12%	3.043.715	22%	-42%
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	319.277	2%	-	0%	0%
Consumidores e Revendedores	397.301	3%	564.688	4%	-30%
Concessionários - Transporte de Energia	109.092	1%	67.727	0%	61%
Ativo Financeiro da Concessão	360.508	2%	41.207	0%	775%
Tributos Compensáveis	48.412	0%	67.587	0%	-28%
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	153.719	1%	177.997	1%	-14%
Revendedores - Transações com Energia Livre	29.959	0%	46.028	0%	-35%
Estoques	4.585	0%	4.707	0%	-3%
Outros Créditos	87.240	1%	91.895	1%	-5%
TOTAL DO CIRCULANTE	3.271.910	22%	4.105.551	29%	-20%
NÃO CIRCULANTE					
Consumidores e Revendedores	-	0%	46.188	0%	-100%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	569.885	4%	195.584	1%	191%
Tributos Compensáveis	9.732	0%	10.823	0%	-10%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	3.319	0%	1.250	0%	166%
Depósitos Vinculados a Litígios	125.923	1%	89.245	1%	41%
Crédito com Pessoas Ligadas	4.529	0%	18.244	0%	-75%
Outros Créditos	48.396	0%	16.798	0%	188%
Ativo Financeiro da Concessão	3.127.866	21%	2.214.029	16%	41%
Investimentos	1.571	0%	1.743	0%	-10%
Imobilizado	7.024.474	48%	6.921.206	49%	1%
Intangíveis	477.719	3%	500.845	4%	-5%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.393.414	78%	10.015.955	71%	14%
TOTAL DO ATIVO	14.665.324	100%	14.121.506	100%	4%

PASSIVO	31/12/2010	AV%	31/12/2009	AV%	AH%
	(em milhares de reais)				
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	512.764	3%	4.616.973	33%	-89%
Debêntures	507.375	3%	3.365	0%	14.978%
Fornecedores	175.792	1%	147.553	1%	19%
Impostos, Taxas e Contribuições	60.254	0%	67.964	0%	-11%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.235	0%	26.136	0%	-68%
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	46.819	0%	917.054	6%	-95%
Salários e Encargos Sociais	57.346	0%	75.900	1%	-24%
Encargos Regulatórios	97.148	1%	44.449	0%	119%
Participações nos Lucros	27.495	0%	22.896	0%	20%
Dívidas com Pessoas Ligadas	15.396	0%	43.917	0%	-65%
Obrigações Pós-Emprego	17.033	0%	18.895	0%	-10%
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	-	0%	3.149	0%	-100%
Outras Obrigações	65.313	0%	42.679	0%	53%
TOTAL DO CIRCULANTE	1.590.970	11%	6.030.930	43%	-74%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.830.798	19%	1.761.263	12%	61%
Debêntures	3.784.833	26%	437.693	3%	765%
Provisões para Contingências	7.010	0%	9.659	0%	-27%
Obrigações Pós-Emprego	413.310	3%	411.064	3%	1%
Impostos, Taxas e Contribuições	133.769	1%	47.263	0%	183%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	691.048	5%	723.202	5%	-4%
Encargos Regulatórios	32.341	0%	59.266	0%	-45%
Concessões a Pagar	-	0%	73.441	1%	-100%
Outras Obrigações	130.600	1%	48.884	0%	167%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.023.709	55%	3.571.735	25%	125%
TOTAL DO PASSIVO	9.614.679	66%	9.602.665	68%	0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES					
Capital Social	3.296.785	22%	2.896.785	21%	14%
Reservas de Lucros	844.198	6%	666.112	5%	27%
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	908.269	6%	1.030.269	7%	-12%
Ajuste Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	1.393	0%	-	0%	0%
Lucros (Prejuízo) Acumulados	-	0%	(74.325)	-1%	-100%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.050.645	34%	4.518.841	32%	12%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

<u>14.665.324</u>	<u>100%</u>	<u>14.121.506</u>	<u>100%</u>	<u>4%</u>
-------------------	-------------	-------------------	-------------	-----------

ATIVO**Circulante**

Caixa e Equivalentes de Caixa: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Caixa e Equivalentes de Caixa atingiu R\$1.761.817 mil, o que representa uma redução de 42% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$3.043.715 mil. Esta variação decorre basicamente do caixa proveniente das atividades operacionais no montante de R\$ 1.776.094 mil, saída de caixa líquida derivado das atividades de financiamento no montante de R\$967.947 mil e uma saída de caixa para investimento no montante de R\$2.090.045 mil.

Títulos e Valores Mobiliários: Nesta rubrica são classificadas as aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias de vencimento e representaram em setembro de 2010 um montante de R\$319.277 mil.

Consumidores e revendedores: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Consumidores e Revendedores atingiu R\$397.301 mil, o que representa uma redução de 30% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$564.688 mil. Esta variação decorre principalmente do recebimento de suprimento a outras concessionárias.

Concessionários - Transporte de Energia: Em 31 de dezembro de 2010, a conta Transporte de Energia atingiu R\$109.092 mil, o que representa um aumento de 61% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$67.727 mil. Esta variação decorre basicamente do aumento do faturamento com concessionárias em 2010.

Ativos Financeiros da concessão: Em 31 de dezembro de 2010, a conta Ativos Financeiros da Concessão atingiu R\$360.508 mil, o que representa um aumento de 775% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$41.207 mil. Esta variação decorre basicamente da capitalização de novos ativos no exercício de 2010.

Tributos Compensáveis: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$48.412 mil, o que representa uma redução de 28% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$67.587 mil. A conta tributos compensáveis é composta por ICMS a recuperar, PASEP e COFINS.

Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar atingiu R\$153.719 mil, o que representa uma redução de 14% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$177.997 mil. Esta variação decorre da menor expectativa de realização dos créditos tributários da Companhia nos próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da Companhia e da natureza dos créditos.

Revendedores – Transações de Energia Livre: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Revendedores – Transações de Energia Livre atingiu R\$29.959 mil, o que representa uma redução de 35% em comparação com 31 de dezembro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2009, quando atingiu R\$46.028 mil. Esta variação decorre de recálculo da ANEEL de valores a receber dos distribuidores, RTE.

Estoques: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Estoques atingiu R\$4.585 mil, o que representa uma redução de 3% em comparação com 31 de dezembro de 2009, ano em que atingiu R\$4.707 mil. O saldo desta conta representa basicamente menor quantidade de materiais que serão utilizados nas atividades de manutenção do sistema elétrico.

Outros Créditos: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Outros Créditos atingiu R\$87.240 mil, o que representa uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2009, ano em que atingiu R\$91.895 mil. A variação desta conta se deve substancialmente a redução das obrigações com serviços de terceiros, principalmente com serviços de O&M em 2010.

Não Circulante

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos atingiu R\$569.885 mil, o que representa um aumento de 191% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$195.584 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de realização dos créditos tributários da Companhia nos próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da Companhia e da natureza dos créditos.

Tributos Compensáveis: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Tributos Compensáveis atingiu R\$9.732 mil, o que representa uma redução de 10% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$10.823 mil. A conta tributos compensáveis é composta por ICMS a recuperar, PASEP e COFINS.

Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar atingiu R\$3.319 mil, o que representa um aumento de 166% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.250 mil. Esta variação decorre da maior expectativa de realização dos créditos tributários da Companhia nos próximos 12 meses, em conformidade à projeção de lucros tributáveis da Companhia e da natureza dos créditos.

Depósitos Vinculados a Litígios: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Depósitos Vinculados a Litígios atingiu R\$125.923 mil, o que representa um aumento de 41% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$89.245 mil. O saldo decorre basicamente de novos depósitos em juízo relativos a questionamentos tributários da Companhia referente a incidência de PASEP/COFINS sobre ICMS.

Créditos com Pessoas Ligadas: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Créditos com Pessoas Ligadas atingiu R\$4.529 mil, o que representa uma redução de 75% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$18.244 mil. Refere-se a valores recebidos por outras empresas e ainda não repassados a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros Créditos: Em 31 de dezembro de 2010, a conta Outros Créditos atingiu R\$48.396 mil, o que representa um aumento de 188% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$16.798 mil. O saldo desta conta refere-se a um aumento de fundos vinculados da TAESA.

Ativos Financeiros – Concessão: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Ativos Financeiros - Concessão atingiu R\$3.127.866 mil, o que representa uma aumento de 41% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$2.214.029 mil. A variação no saldo refere-se principalmente ao aumento da participação na TAESA. Os valores nesta rubrica referem-se a valores a serem ressarcidos pela Companhia decorrentes de ativos de concessão não amortizados até o final do contrato da concessão.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2010 a conta de Imobilizado atingiu R\$7.024.474 mil, o que representa um aumento de 1% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$6.921.206 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Intangível: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Intangível atingiu R\$477.719 mil, o que representa uma redução de 5% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$500.845 mil. A variação no saldo decorre basicamente da amortização do intangível no período comparado.

PASSIVO

Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$512.764 mil, o que representa uma redução de 89% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$4.616.973 mil. A variação no saldo decorre principalmente de amortizações no período.

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Debêntures atingiu R\$507.375 mil, o que representa um aumento de 14.978% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$3.365 mil. A variação no saldo decorre basicamente da transferência para o circulante de debêntures da Companhia com vencimento em 2012.

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Fornecedores atingiu R\$175.792 mil, o que representa um aumento de 19% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$147.553 mil. A variação no saldo decorre do aumento nos valores a pagar referente a suprimento de energia elétrica.

Impostos, Taxas e Contribuições: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$60.254 mil, o que representa uma redução de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$67.964 mil. A variação no saldo decorre basicamente da redução da receita em 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social atingiu R\$8.235 mil, o que representa uma redução de 68% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$26.136 mil. A variação no saldo decorre basicamente da redução do resultado da Companhia em 2010 em relação a 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar atingiu R\$46.819 mil, o que representa uma redução de 95% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$917.054 mil. A variação no saldo decorre principalmente do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos no montante de R\$1.478.169 mil e declaração de dividendos no montante de R\$ 607.934 mil, no ano de 2010.

Salários e Encargos Sociais: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Salários e Encargos Sociais atingiu R\$57.346 mil, o que representa uma redução de 24% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$75.900 mil. A variação no saldo decorre basicamente da provisão para o Programa de Desligamento Voluntário implantado em 2009.

Encargos Regulatórios: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R\$97.148 mil, o que representa um aumento de 119% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$44.449 mil. A variação no saldo decorre de transferência do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante em função dos vencimentos das obrigações.

Participações nos Lucros: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Participações nos Lucros atingiu R\$27.495 mil, o que representa um aumento de 20% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$22.896 mil. A variação no saldo decorre basicamente de acordo coletivo que concedeu maior remuneração aos empregados no ano de 2010.

Dívidas com Pessoas Ligadas: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Dívidas com Pessoas Ligadas atingiu R\$15.396 mil, o que representa uma redução de 65% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$43.917 mil. Esta variação decorre de transações comerciais entre as empresas do grupo CEMIG.

Obrigações Pós-Emprego: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$17.033 mil, o que representa uma redução de 10% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$18.895 mil. A variação no saldo é decorrente da amortização das obrigações.

Outras Obrigações: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Outras Obrigações atingiu R\$65.313 mil, o que representa um aumento de 53% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$42.679 mil. Esta variação decorre principalmente da contribuição a Previdência Privada de empregados.

Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Empréstimos e Financiamentos atingiu R\$2.830.798 mil, o que representa um aumento de 61% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.761.263 mil. A variação no saldo decorre principalmente da obtenção de novos empréstimos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Debêntures atingiu R\$ 3.784.833 mil, o que representa um aumento de 765% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$437.693 mil. A variação no saldo decorre basicamente da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples pela Companhia em março de 2010.

Provisões para Contingências: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Provisões para Contingências atingiu R\$7.010 mil, o que representa uma redução de 27% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$9.659 mil. A variação no saldo decorre essencialmente pela redução das Provisões das Ações Ambientais.

Obrigações Pós-Emprego: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Obrigações Pós-Emprego atingiu R\$413.310 mil, o que representa um aumento de 1% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$411.064 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Impostos, Taxas e Contribuições: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Impostos, Taxas e Contribuições atingiu R\$133.769 mil em comparação a R\$47.263 mil, em 31 de dezembro de 2009, o que representa um aumento de 183%. Compõem o saldo da conta os impostos incidentes sobre os ativos regulatórios que são pagos a medida que a Companhia recebe os valores. A variação no saldo decorre essencialmente em função da adoção de novas práticas de IFRS. Houve aumento do imposto diferido em função do custo atribuído.

Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos atingiu R\$691.048 mil, o que representa uma redução de 4% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$723.202 mil. A variação no saldo não é considerada relevante pela Companhia.

Encargos Regulatórios: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Encargos Regulatórios atingiu R\$32.341 mil, o que representa uma redução de 45% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$59.266 mil. Esta redução decorre da transferência do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante em função dos prazos de vencimentos das obrigações.

Outras Obrigações: Em 31 de dezembro de 2010, a conta de Outras Obrigações atingiu R\$130.600 mil, o que representa um aumento de 167% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$48.884 mil. A variação no saldo decorre, em maior parte, de atualizações monetárias das obrigações, principalmente das concessões onerosas da Companhia.

Patrimônio Líquido

Capital Social: Em 31 de dezembro de 2010, a conta Capital Social atingiu R\$3.296.785 mil, o que representa um aumento de 14% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$2.896.785 mil. Esta variação decorre do aumento de capital com aplicação de saldo de reserva de lucros de acordo com Comunicação Resolução do Conselho de Administração de dezembro de 2009.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reserva de Lucros: Em 31 de dezembro de 2010, a conta Reserva de Lucros atingiu R\$844.198 mil, o que representa um aumento de 27% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$666.112 mil. Esta variação decorre do efeito da Reserva de Retenção de Lucros constituída em dezembro de 2010 no valor de R\$523.880 mil e do uso da Reserva de Investimento e Participação para aumento de capital.

Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial: Em 31 de dezembro de 2010, a conta Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial atingiu R\$908.269 mil, o que representa uma redução de 12% em comparação com 31 de dezembro de 2009, quando atingiu R\$1.030.269 mil. Esta variação decorre da realização da reserva nos montantes de R\$122.000 mil em dezembro de 2010.

Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa; Em 31 de dezembro de 2010, a conta Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa atingiu R\$1.393 mil decorrente da contratação de Hedge de fluxo de caixa pela Madeira Energia S.A.

Prejuízo Acumulado: Vide comentário da comparação dos resultados operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais fatores que impulsionam o desempenho financeiro da Companhia e suas controladas são disponibilidade de comercialização de energia, com um aumento no volume de vendas, suas despesas operacionais e o custo de financiamento.

Praticamente todas as receitas do Grupo Geração e Transmissão são oriundas do fornecimento bruto de energia elétrica por classes de consumidores e receita de uso de rede.

A receita proveniente do fornecimento bruto de energia elétrica refere-se ao faturamento proveniente da transmissão de energia elétrica às classes de consumidores industrial, comercial, suprimento, outras concessionárias (com inclusão de contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulado e contratos bilaterais com outros agentes), transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia elétrica e vendas no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

A receita de uso de rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. O fornecimento de energia ao Sistema Nacional Interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão. A Companhia reconhece os reembolsos destas concessões conforme o contrato estabelecido. Anualmente ocorre a revisão tarifária da receita de transmissão, conforme publicação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Essas receitas estão sujeitas aos seguintes reajustes, revisões e reduções:

Reserva Global de Reversão: Cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Os valores são recolhidos mensalmente em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), responsável pela administração dos recursos, e devem ser empregados também no Procel.

Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”): Fonte de subsídio criado para tornar competitivas fontes alternativas de energia, como eólica e biomassa, e promover a universalização dos serviços de energia elétrica. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Companhia é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobras

Quota para Conta de Consumo de Combustível (“CCC”): A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Companhia é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobras.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Pesquisa Expansão Sistema Energético: Encargos destinados à prestação de serviços na área de estudos e pesquisas referentes ao planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Encargo de Aquisição Emergencial: Valor pago pelos consumidores de energia para custear o aluguel de 58 usinas termelétricas com capacidade de geração de até 2.154 MW em caso de risco de falta de energia.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Todos os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia encontram-se descritos no item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS). Dessa forma, o resultado de 2009 foi alterado para refletir essas modificações e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a . introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social em curso.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de participação acionária – Lightger S.A.

A Companhia adquiriu da Light S.A. (“Light”), em 18 de agosto de 2010, 49% do capital social total e votante da Lightger S.A., sociedade de propósito específico, controlada da Light, detentora da autorização da exploração do empreendimento PCH Paracambi. A Companhia pagou pela aquisição o valor de R\$19.960 mil.

Aquisição de participação complementar na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”)

A Companhia realizou, no dia 6 de maio de 2010, oferta pública de aquisições de ações e *units* da TAESA detidas pelos acionistas não controladores, por meio da Transmissora Alterosa de Energia Elétrica S.A., que resultou na aquisição de 86,17% destas ações, o que corresponde a 29,42% do capital total da TAESA, pelo valor de R\$1.001.851 mil (R\$15,57 por ação).

Foi apurado um ágio de R\$523.367 mil, correspondente à rentabilidade futura em função da exploração das concessões no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Com esta operação, a Companhia, juntamente com o Fundo de Investimentos em Participação Coliseu, concluiu o processo de aquisição da TAESA. Parte dos acionistas não controladores não aderiu à oferta pública de aquisições de ações, permanecendo 4,72% das ações da TAESA em circulação no mercado.

O ágio na aquisição da TAESA, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no patrimônio líquido da TAESA e decorre da rentabilidade futura em função da exploração da concessão no prazo previsto pelo regulador. A amortização do ágio, registrado no Intangível, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

Aquisição de participação acionária na Norte Energia por parte da Amazônia Energia

Em 25 de outubro de 2011, foi concluída a aquisição, pela Amazônia Energia, da Norte Energia, sociedade por ações titular da concessão para construção e exploração da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A Amazônica Energia tem como acionistas a Light S.A. (que detém 51% do capital votante e 25,5% do capital social total) e a Companhia (que detém 49% do capital votante e 74,5% do capital social total).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A Amazônia Energia adquiriu das vendedoras, a seguir discriminadas, as seguintes participações acionárias no capital social da Norte Energia:

Vendedora	Participação Adquirida (%)
Construtora Queiroz Galvão S.A.	2,51
Construtora OAS Ltda.	2,51
Contern Construções e Comércio Ltda.	1,25
Cetenco Engenharia S.A.	1,25
Galvão Engenharia S.A.	1,25
J. Malucelli Construtora de Obras S.A.	1
Total	9,77

A Amazônia Energia pagou pela aquisição da participação acionária de 9,77% na Norte Energia o valor total de R\$118.691.102,79, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pelas vendedoras, reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo até a data de 26 de outubro de 2011.

Aquisição de participação acionária em empresas de transmissão do Grupo Abengoa pela TAESA

A TAESA concluiu em 30 de novembro de 2011 a aquisição de (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no Capital Social da Abengoa Participações Holding S.A. que, por sua vez, é titular de 100% (cem por cento) de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A., e (ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

c. eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram eventos ou operações não usuais na Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Mudanças significativas das práticas contábeis

Os Diretores da Companhia esclarecem que as primeiras demonstrações contábeis da Companhia preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) foram em 2010.

Assim, os Diretores da Companhia informam que as políticas contábeis foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Principais impactos e alterações nas demonstrações contábeis em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas IFRS

Os Diretores da Companhia descrevem, a seguir, os principais efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC de n°s 15 a 43, das Interpretações Técnicas de n°s 1 a 16 e das orientações técnicas de n° de 3 a 5 além das normas IFRS:

Interpretação Técnica ICPC.01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance, a saber:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
- o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, os Diretores constataram que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de transmissão de energia e de geração eólica, não se aplicando aos contratos de geração hidráulica e térmica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no ativo intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do ativo financeiro.

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia, os Diretores esclarecem que foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre ativo intangível e ativo financeiro.

Aplicação na atividade de transmissão

Na atividade de transmissão, a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (i) parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da Receita Anual Permitida (“RAP”) durante o prazo de concessão; e (ii) parte como indenização (para os casos que existe o direito contratual) dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão, os Diretores da Companhia esclarecem que a receita decorre apenas da disponibilização da rede, sendo que para a infraestrutura não utilizada até o final da concessão existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, a infraestrutura utilizada na concessão foi integralmente registrada como um ativo financeiro.

Os Diretores da Companhia apresentam a seguir os critérios de aplicação da ICPC 01 na atividade de transmissão para as concessões antigas, referentes aos ativos da Companhia, e para as concessões de transmissão novas, referentes aos ativos das demais empresas controladas em conjunto:

Concessões de transmissão novas

Para as novas concessões de transmissão, os Diretores da Companhia esclarecem que os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor justo, que inclui, para alguns contratos, margem de lucro.

Os Diretores da Companhia ressaltam, ainda, que deve ser ressaltado que o registro no resultado dos custos de infraestrutura somente ocorreu para os ativos que serão utilizados durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão foi registrada como um ativo financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Também para as novas concessões foi registrada no ativo, durante o período da construção, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, ajustada pelo valor justo.

Após a adoção inicial, os ativos financeiros das concessões novas passaram a gerar uma receita financeira pela atualização da receita registrada com base na taxa efetiva de retorno.

Concessões de transmissão antigas

Para as concessões de transmissão antigas, os Diretores da Companhia consideram que em função do volume e idade dos ativos, não haveria condições de aplicar a ICPC.01 de forma retroativa. Dessa forma, com base na aprovação do Conselho de Administração em 28 de março de 2011, foram utilizados na adoção os saldos contábeis dos ativos.

Os ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, foram integralmente alocados como um ativo financeiro.

Os impactos no patrimônio líquido em função da adoção do ICPC.01 para as novas concessões de transmissão estão demonstrados. sendo que para as concessões de transmissão antigas não ocorreu impacto, tendo em vista que foram utilizados na adoção os saldos contábeis originalmente registrados.

Aplicação na atividade de geração eólica

Os Diretores da Companhia esclarecem que a interpretação técnica ICPC.01 (IFRIC 12) é aplicável para a atividade de geração eólica em função da infraestrutura ser utilizada durante a concessão, ou seja, os ativos são, em sua maior parte, integralmente depreciados durante o período de vigência da concessão.

Adicionalmente, o preço de venda da energia é definido em conformidade ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), ou seja, a venda da energia proveniente das usinas eólicas não é realizada em mercado de livre negociação.

Dessa forma, os saldos dos ativos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, foram transferidos para o ativo intangível.

Os cálculos foram feitos de forma retroativa ao início de vigência do contrato de concessão, sendo os custos relacionados à construção da infraestrutura registrados no resultado quando da sua apuração e registrando-se uma receita de construção a valor presente que inclui os impostos incidentes sobre a receita e margem de lucro.

Pronunciamento CPC. 27 (IAS 16) e Interpretação Técnica ICPC.10 – Ativo Imobilizado

Os Diretores da Companhia fizeram uma avaliação do valor justo dos seus ativos de geração mais antigos registrados nas controladas e controladas em conjunto Sá Carvalho, Rosal, Horizontes, Light e Cemig PCH, sendo contratada empresa especializada para avaliação dos ativos de geração e Light Energia e a definição do seu valor justo pelo custo de reposição.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que a Companhia adotou aquelas estimadas e definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Para os demais ativos de geração, os Diretores da Companhia entendem que os valores contábeis refletem basicamente o seu valor justo, não sendo feita nova avaliação dos ativos.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do patrimônio líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, com o ajuste também reflexo no patrimônio líquido da Companhia.

Orientação OCPC.05 – Contratos de Concessão - Outorgas onerosas

Os Diretores da Companhia esclarecem que, na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhecia as despesas incorridas de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido.

Entretanto, a partir do exercício de 2010, a Companhia alterou, de forma retroativa, a prática contábil para registro dessas outorgas onerosas, por entender que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, sendo registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

O ativo intangível é amortizado a partir da entrada em operação da usina, sendo que a obrigação registrada a valor presente no passivo também é atualizada mensalmente com base nas premissas financeiras que foram utilizadas para registro inicial dessa obrigação.

Pronunciamento CPC.20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em função do pronunciamento mencionado, foram alterados os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a obras específicas.

Esse procedimento implica na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Pronunciamento CPC.27 (IAS 16) e ICPC.01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

Os Diretores da Companhia esclarecem que, até o exercício de 2009 a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, através de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$2.204.

Pronunciamento CPC.33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC.33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, determina que na adoção do Pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 ainda não reconhecidos e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$147.646 em contrapartida ao patrimônio líquido, referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 01 de janeiro de 2009.

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC.33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$111.550.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual

Os Diretores da Companhia esclarecem que a definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Internacionais – IASB desde 2005, através de consecutivas reuniões do IFRIC (Comitê de Interpretações de Normas Contábeis).

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

recebimento de contribuições. Em 2010, devido ao número expressivo de contribuições recebidas, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para o último trimestre de 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis.

Pronunciamento CPC 32 (IAS 12) – Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em decorrência dos ajustes mencionados, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes para as Demonstrações Contábeis do exercício de 2010, apenas as seguintes ênfases:

- Conforme descrito na nota explicativa 2.1 das demonstrações financeiras, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.
- A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$7.077,9 milhões, de acordo com as expectativas da administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$707,8 milhões no ativo imobilizado.

No que se refere à primeira ênfase, os Diretores da companhia entendem que é um ponto de atenção dos auditores, não representando um eventual erro na aplicação das práticas contábeis pela Companhia ou que possa implicar em distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis e na consequente análise pelos leitores das demonstrações.

A segunda ênfase representa, na opinião da Administração da Companhia, o destaque dos auditores externos referente aos gastos relacionados com a construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio da controlada em conjunto Madeira Energia S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor-Presidente e o Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle Financeiro de Participações, é responsável por estabelecer e manter um Sistema de Controles Internos eficiente que assegure a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Esse sistema contempla um conjunto de procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Os Diretores da Companhia enfatizam que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos.

Os Diretores da Companhia utilizaram os critérios estabelecidos no documento *Integrated Internal Control Framework*, emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, para avaliar a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis e concluiu que, em 31 de dezembro de 2010, o Sistema de Controles Internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências relevantes de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir (posição em setembro de 2011):

Tabela 1: Empréstimos e Financiamentos e Contratos de compra de energia para entrega futura (compromissos) (R\$ mil)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	949.577	2.705.776	1.151.742	1.020.089	743.266	191.359	1.074.975	7.836.784
Compra de energia para revenda	654.305	620.171	999.420	1.197.010	890.915	860.271	20.448.335	25.670.427

A Companhia possui também contratos de venda de energia para entrega futura, conforme demonstrado na tabela a seguir (posição em setembro de 2011):

Tabela 2: Contratos de venda de energia para entrega futura (direitos) (R\$ mil)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Energia vendida – ACR	1.326.592	1.437.261	1.515.890	743.464	776.920	686.281	25.175.670	31.662.077
Energia vendida – ACL	2.614.424	2.640.962	2.299.667	2.548.122	2.202.928	2.243.786	13.816.706	28.366.595

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os itens mencionados na tabela 1 constante do item 10.8, ainda não registrados nas demonstrações financeiras, que terão impacto no balanço patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra e venda de energia.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro operacional em função dessas operações. Por outro lado, já foram vendidos montantes de energia decorrentes dessas compras ou não, de forma que uma boa parte dessa receita futura já está assegurada através dos contratos futuros de venda já firmados, conforme registrado na tabela 2.

b) natureza e o propósito da operação

As operações de compra de energia para entrega futura são feitas para permitir à Companhia o aumento de seu *market share*, uma vez que as possibilidades de vendas futuras levam a volumes totais maiores do que os recursos provenientes apenas de suas usinas de geração. Com a garantia da energia adquirida através de contratos, a Companhia pode fazer vendas futuras sem o risco de não ter a energia suficiente para entregar no futuro.

As operações de venda de energia futura são feitas para atender as necessidades de contratos de longo prazo de clientes da Companhia, ao mesmo tempo que já permite à empresa colocar no mercado parte do volume de energia já adquirido para revenda. Além disso, na parcela da venda que é lastreada por sua própria energia, a venda futura contribui para a previsibilidade das receitas.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Esses itens já estão contemplados na no item 10.8 (a) acima.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Taxas, Depreciação e Amortização), ou EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA, garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros dois anos do horizonte máximo de cinco abrangido pelo *Guidance*.

O prazo de validade é de um ano ou até a data de uma revisão do *Guidance* justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do *Guidance* são baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

Algumas declarações e estimativas contidas neste material podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitos a riscos e conhecidos ou não. Não há garantia de que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam nas suposições e análises atuais do ponto de vista da Diretoria da Companhia, de acordo com a sua experiência e outros fatores tais quais o ambiente macroeconômico, as condições de mercado do setor elétrico e os resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob controle da Companhia.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as projeções a respeito de eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileiras e internacionais, tecnologia, estratégia financeira da Companhia, alterações no setor elétrico, condições hidrológicas, condições dos mercados financeiro e de energia, incerteza a respeito dos resultados de operações futuras da Companhia, planos e objetivos bem como outros fatores. Em razão desses e outros fatores os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos em tais declarações.

As informações e opiniões aqui contidas não devem ser entendidas como recomendação a potenciais investidores e nenhuma decisão de investimento deve se basear na veracidade, atualidade ou completude dessas informações ou opiniões. Nenhum dos profissionais da Companhia ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização do conteúdo desta apresentação.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Para avaliação dos riscos e incertezas, tal como eles se relacionam com a Companhia, e obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diversos daqueles estimados pela Companhia, favor consultar item “4.1. - Fatores de Riscos” neste Formulário de Referência e no “Form 20F” arquivado na U. S. Securities and Exchange Commission – SEC.

Principais Premissas

- Planejamento das empresas existentes, sem novas aquisições ou participações em leilões.
- As projeções refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional *International Financial Reporting Standards*, incluindo o ICPC-01 (Concessões).
- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros foram elaborados pela consultoria especializada MCM Consultores, e tiveram como foco principal os desempenhos da economia mineira, nacional e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA), taxa de juros (Selic), variação do Produto Interno Bruto, Taxa de Juros de Longo Prazo e cotação do dólar.
- Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores livres.
- Expectativa de preços de venda futuros para contratos firmados com consumidores livres.
- Estratégias de comercialização.
- Evolução da receita de transmissão.
- Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
- Comportamento dos custos gerenciáveis de Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional (“PMSO”), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória (negócio transmissão) e melhores práticas de mercado (negócio geração).
- Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).
- Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- EBITDA e Lucro Líquidos das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária e que são registrados no demonstrativo de resultado da Companhia através dos métodos de equivalência patrimonial ou consolidação plena .

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

- Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos custos gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados.

Além disso, ressalta-se que os valores verificados relativos a 2009 e 2010 foram apurados de acordo com o padrão contábil vigente à época, para que fosse mantida a comparabilidade dos dados, tendo em vista que as projeções dos referidos *Guidance* foram elaboradas antes da adoção plena dos IFRS no exercício de 2010. Dessa forma, os valores considerados como verificados neste item do Formulário de Referência necessariamente devem ser diferentes dos valores divulgados nas demonstrações de resultados oficiais do Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010. Ressalta-se ainda que, a partir de 2010, as faixas de LAJIDA do *Guidance* da Companhia são apresentadas no formato consolidado e que o LAJIDA da Companhia projetado como mais provável para 2011 ainda não foi oficialmente divulgado no padrão IFRS, tendendo para valor na faixa prevista no *Guidance* 2011.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas**d. valores dos indicadores que são objeto da previsão**

ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE

CEMIG

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO -

GT

INDICADOR : LAJIDA

(EBITDA)

GUIDANCE 2008															
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS												REALIZADO		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	2008		2009		2010		2011		2012		2013		2008		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Geração e Transmissão	1.745	1.885	1.760	1.900									1.922	10,2%	2,0%

GUIDANCE 2009															
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS												REALIZADO		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	2009 (antes de IFRS)		2010		2011		2012		2013		2014		2009 (antes de IFRS)		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig Geração e Transmissão	2.267	2.501	2.143	2.313									2.362	4,2%	-5,5%

GUIDANCE 2010															
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS												REALIZADO		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	2010 (antes de IFRS)		2011		2012		2013		2014		2015		2010 (antes de IFRS)		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	2.182	2.666	2.479	3.030									2.311	5,9%	-13,3%

GUIDANCE 2011															
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS												REALIZADO		
LAJIDA (R\$ Milhões Correntes)	2011		2012		2013		2014		2015		2016		2011		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	2.603	3.182	2.716	3.319											

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Fonte: Guidance Anual
Cemig
Superintendência de Planejamento e
Controle Corporativo - PP
Gerência de Planejamento Corporativo e
Orçamento - PP/PC

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada nas próprias tabelas detalhadas no item 11.1.d. deste Formulário de Referência. O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2008

Os principais fatores que impactaram os resultados de 2008 na Companhia são:

- Aumento do mercado de consumidores industriais em função do bom desempenho da atividade industrial até o 3º trimestre de 2008; e
- Ações estratégicas de comercialização adotadas pela Companhia.

Guidance 2009

Os principais fatores que impactaram os resultados de 2009 são:

- Dificuldades regulatórias;
- Redução da receita de transmissão determinada pela ANEEL em R\$ 40 milhões;
- Aumento do PMSO (Pessoal, Materiais, Serviços e Outros);
- Programa de Desligamento Voluntário – PDV;
- Aquisição da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (expectativa de incremento equivalente a 100,0% do LAJIDA/Lucro Líquido da TAESA foi reduzida para 61,4%, em decorrência da aquisição de participação societária inferior ao esperado, representando uma queda de R\$ 60 milhões em relação à expectativa do *Guidance*).

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Guidance 2010

Para o ano de 2010, primeiro ano das projeções do Guidance 2010, o LAJIDA verificado na Cemig GT ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 5,9% acima do limite inferior e 13,3% inferior ao limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA da Cemig Consolidada também ficou situado na faixa projetada do Guidance (6,3% superior ao limite inferior e 7,6% inferior ao limite superior), diferente do ocorrido no Guidance 2009, não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Cemig GT a serem discriminados em relação aos resultados de 2010.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

O Guidance 2011-2015 foi divulgado no XVI Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte, em 3 de junho de 2011. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal de caráter permanente.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, conforme alterado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias determinadas por lei:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social;
- c) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos e demais negócios jurídicos entre a Companhia e partes relacionadas, ou seja, a parte que está relacionada com a Companhia: (i) direta, ou, indiretamente, por meio de um ou mais intermediários quando a parte: (A) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (B) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade, ou, (C) tiver controle conjunto sobre a entidade; (ii) se for coligada da entidade; (iii) se for *joint venture* (empreendimento conjunto) em que a entidade seja um investidor; (iv) se for membro pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora; (v) se for membro próximo da família ou de qualquer pessoa referida nos itens (i) ou (iv); (vi) se for entidade controlada, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, direta ou indiretamente, qualquer pessoa referida nos itens (iv) ou (v); ou (vii) se for plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja parte relacionada dessa entidade;
- d) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00;
- e) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou controlada em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00, inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- f) convocar a Assembleia Geral;
- g) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- h) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- i) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a auditar companhias abertas;
- j) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00;
- k) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00;
- l) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “*commercial papers*” e outros;
- m) aprovar o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico (conforme abaixo definido) e o orçamento anual (conforme abaixo definido), bem como suas alterações e revisões;
- n) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o orçamento anual aprovado;
- o) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- p) aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições no Estatuto Social, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;
- q) aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;
- r) aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante: (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e
- s) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00, mediante proposta da Diretoria Executiva.

Os limites financeiros estabelecidos nos itens (d), (e), (j), (k) e (s) acima serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”).

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração, nos termos da legislação e mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de transmissão, inclusive entre partes relacionadas.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Diretoria Executiva

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, especialmente:

- a) aprovar o plano de organização da Companhia, bem como a emissão e modificação das normas correspondentes;
- b) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o plano plurianual e estratégico, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- c) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o orçamento anual da Companhia, o qual deverá refletir o plano plurianual e estratégico então vigente, assim como suas revisões;
- d) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no orçamento anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00, com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado o plano plurianual e estratégico e o orçamento anual;
- e) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00;
- f) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no orçamento anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- g) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, devendo as deliberações observarem as disposições do no estatuto social da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;
- h) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$2.800.000,00 e inferior a R\$14.000.000,00;
- i) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00;
- j) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00, mediante proposta do Diretor de Finanças e Relações com Investidores;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- k) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado;
- l) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembleia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o orçamento anual da Companhia aprovado; e
- m) examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria.

Os limites financeiros estabelecidos nos itens (d), (e), (f), (h), (i) e (j) serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo IGP-M, FGV.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é permanente, composto por um Presidente e por mais dois a quatro membros efetivos e respectivos suplentes. O Conselho Fiscal terá as atribuições fixadas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Pelo menos um dos membros do Conselho Fiscal assistirá às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que deva opinar.

O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer de seus membros, poderá solicitar aos auditores independentes esclarecimentos ou informações necessários à apuração de fatos específicos.

Comitês

Os comitês da Companhia não têm função executiva ou poder de decisão. Os comitês, instalados em 30 de agosto de 2006, são compostos por membros, efetivos e suplentes, do Conselho de Administração, e visam assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e, se necessário, pareceres ao Conselho de Administração. As recomendações e orientações resultantes das atividades dos comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

Atualmente, estão instalados os seguintes comitês:

Comitê de Apoio ao Conselho

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Este comitê tem como objetivo: (i) avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções aos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta; (ii) examinar a documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros; (iii) confirmar a quantidade, qualidade e conteúdo do material disponível; (iv) verificar a necessidade de apresentações e/ou esclarecimentos; (v) detalhar as matérias; (vi) verificar a conformidade com o Estatuto Social; e (vii) outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões.

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade

Este comitê tem por objeto: (i) propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de comitês; (ii) conduzir a avaliação periódica do Conselho de Administração, dos comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho; (iii) promover ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração; (iv) estabelecer critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade da Companhia; (v) definir as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas (entre si e com a Companhia); e (vi) revisar as responsabilidades dos comitês e reavaliar a sua estrutura, o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração.

Comitê de Recursos Humanos

Este comitê tem por objeto examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração.

Comitê de Estratégia

Este comitê tem por objeto: (i) examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores e a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do plano diretor, o acompanhamento do planejamento estratégico e do orçamento anual; (ii) estabelecer os critérios para avaliação dos resultados da Companhia; e (iii) antecipar as tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Companhia no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração.

Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos

Este comitê tem por objeto: (i) examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos e refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, *covenants*, BSC, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; (ii) identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; (iii) acompanhar o desempenho dos controles internos da Companhia, de acordo com a Lei Sarbanes Oxley; (iv) acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; (v) acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; (vi) propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; (vii) emitir pareceres para o Conselho de Administração; e (viii) promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração,

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

referente aos assuntos da auditoria interna e externa.

Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas

Este comitê tem por objeto: (i) examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; (ii) avaliar e propor premissas para investimentos (taxa interna de retorno (“TIR”), *pay back*, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); (iii) avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; (iv) opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; (v) opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; (vi) analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; (vii) identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; (viii) opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; (ix) opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; (x) opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores ouvidas as demais Diretorias; (xi) analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; (xii) identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; e (xiii) opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada, emitindo pareceres para o Conselho de Administração.

Cada Comitê deverá:

- ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;
- buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições;
- ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;
- atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;
- buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;
- informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;
- adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornado-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;
- estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais; e
- atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Caberá ao Diretor-Presidente:

- a) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;
- b) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- c) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;
- d) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- e) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- f) admitir e demitir pessoal da Companhia;
- g) conduzir as atividades de auditoria interna, ouvidoria, secretaria geral e planejamento estratégico;
- h) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia; e
- i) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios.

Caberá ao Diretor Vice-Presidente:

- a) substituir o Diretor-Presidente nos casos de ausência, licença, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- b) propor a melhoria das políticas e diretrizes de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;
- c) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;
- d) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e à gestão estratégica de tecnologia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- e) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- f) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; e
- g) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

Caberá ao Diretor de Finanças e Relações com Investidores:

- a) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme orçamento anual, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;
- b) coordenar a elaboração e a consolidação do orçamento anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- c) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios;
- d) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- e) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;
- f) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia;
- g) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no Plano Plurianual e Estratégico da Companhia e no orçamento anual;
- h) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;
- i) coordenar a elaboração e a negociação das tarifas de fornecimento e de distribuição de energia elétrica junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”);
- j) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;
- k) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais;
- l) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;
- m) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;
- n) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia: (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- o) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;
- p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes; e
- q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

Caberá ao Diretor de Gestão Empresarial:

- a) prover pessoal adequado à Companhia;
- b) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;
- c) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;
- d) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;
- e) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;
- f) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;
- g) prover a Companhia de recursos e serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;
- h) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;
- i) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;
- j) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;
- k) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- l) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- m) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- n) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- o) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00;
- p) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;
- q) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador; e
- r) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

O limite financeiro estabelecido na aliena “o” acima será corrigido, em janeiro de cada ano, pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, da Fundação Getúlio Vargas.

Caberá ao Diretor de Geração e Transmissão:

- a) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;
- b) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;
- c) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- d) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- e) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;
- f) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;
- g) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGEE e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;
- h) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;
- i) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;
- j) propor e implementar as medidas que visem assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;
- k) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;
- l) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;
- m) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão e cogeração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;
- n) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e cogeração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos; e
- o) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

Caberá ao Diretor Comercial:

- a) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
- b) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda proveniente das fontes de geração próprias;
- c) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;
- d) coordenar a prestação de serviços intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;
- e) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsabilizando-se pelas

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;

f) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;

g) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;

h) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;

j) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;

k) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia; e

l) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

Caberá ao Diretor de Desenvolvimento de Negócios:

a) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

b) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;

c) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;

d) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do orçamento anual no que tange às coligadas e controladas;

e) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;

f) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

g) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;

h) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;

i) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;

j) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;

k) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País;

l) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, *pay back*, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);

m) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

n) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;

o) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;

p) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

q) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia;

r) representar a Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 11 no Estatuto Social da Companhia, nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas; e

s) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.

Caberá ao Diretor de Gás:

a) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;

b) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;

c) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;

d) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;

e) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig (“Gasmig”);

f) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;

g) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;

h) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;

i) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria; e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

j) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

Caberá ao Diretor Jurídico:

- a) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei das Sociedades por Ações, compreendendo: a organização e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e, a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;
- b) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei das Sociedades por Ações, nos assuntos legais e jurídicos;
- c) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução; e
- d) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei das Sociedades por Ações; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

Caberá ao Diretor de Relações Institucionais e Comunicação:

- a) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;
- b) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;
- c) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente com as Diretorias envolvidas;
- d) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação das informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;
- e) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais, juntamente com as Diretorias envolvidas;
- f) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;
- g) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;
- h) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Companhia de forma a garantir uma reputação forte e positiva;
- i) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;

j) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

k) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;

l) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo; e

m) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes.

Caberá ao Diretor sem designação específica:

a) praticar atos próprios previstos na legislação e no Estatuto Social, e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Frederico Pacheco de Medeiros		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013	0
666.838.586-91	Advogado	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não		Diretor de Gestão Empresarial			
José Raimundo Dias Fonseca		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013.	0
261.986.576-04	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não		Diretor Comercial			
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013.	0
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	12 - Diretor de Relações com Investidores	05/05/2010	Sim	0%
Não.					
Luiz Henrique de Castro Carvalho		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013.	0
315.051.986-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não		Diretor de Geração e Transmissão			
Luiz Henrique Michalick		Pertence apenas à Diretoria	20/01/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013.	0
177.342.826-87	Jornalista	19 - Outros Diretores	20/01/2011	Sim	0%
Não		Diretor de Relações Institucionais e Comunicação			
Maria Celeste Morais Guimarães		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013.	0
374.076.436-87	Contadora	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%
Não		Diretora Jurídica			
José Carlos de Mattos		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013.	0
070.853.896-72	Professor	19 - Outros Diretores	05/05/2010	Sim	0%
Não		Diretor de distribuição e comercialização			

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
FUAD JORGE NOMAN FILHO		Pertence apenas à Diretoria	03/01/2011	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013.	0
009.880.816-87	Economista	19 - Outros Diretores	03/01/2011	Sim	0%
Não		Diretor de Gás			
Arlindo Porto Neto		Pertence apenas à Diretoria	05/05/2010	Até a 1a. RCA após a AGO de 2013.	0
007.940.236-49	Administrador	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	05/05/2010		0%
Não.					
Adriano Magalhães Chaves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
086.051.928-79	Engenheiro Eletricista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2010	Sim	0%
Membro do comitê de Apoio ao C.A.					
Antonio Adriano Silva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
056.346.956-00	Administrador e publicitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim	0%
Membro do comitê de RH.					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
539.109.746-00	Técnico Administrativo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim	0%
Não					
Cezar Manoel de Medeiros		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
006.688.346-68	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2010	Sim	0%
Membro dos Comitês: "Fin. Aud. Risco"; "Estrat." e "de Apoio ao C.A."					
Eduardo Borges de Andrade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/08/2010	Até AGO de 2013.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/08/2010	Sim	0%
Não					
Francelino Pereira dos Santos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
000.115.841-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim	0%
Membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade					
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
754.988.556-72	Tecnólogo em processamento de dados	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2010	Sim	0%
Empregado e Membro do Com. de Gov. Corp. e Sustentabilidade.					
Guilherme Horta Gonçalves Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
266.078.757-34	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2010	Sim	0%
Não					
Guy Maria Villela Pachcoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim	0%
Membro do Com. Des. Neg. e Contr. Empr. de Contr. e Colig.					
João Camilo Penna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
000.976.836-04	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim	0%
Membro dos Comitês de RH e de Estratégia.					
Lauro Sérgio Vasconcelos David		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
603.695.316-04	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2010	Sim	0%
Empregado e Membro dos Comitês: "Fin. Aud. Risco"; "Des.Neg.Contr.Empr. Contr.Col."					
Maria Estela Kubitschek Lopes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
092.504.987-56	Arquiteta	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2010	Sim	0%
Não					
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/08/2010	Até a AGO de 2013.	0
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/08/2010	Sim	0%
Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/08/2010	Até a AGO de 2013.	0
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/08/2010	Sim	0%
Não					
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/08/2010	Até a AGO de 2013.	0
269.960.226-49	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/08/2010	Sim	0%
Não					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/08/2010	Até a AGO de 2013.	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/08/2010	Sim	0%
Membro dos Comitês: "Fin.Aud.Risco"; "RH"; "Estrat"; "Des.Neg.e Cont. de Cont.Colig."					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Paulo Sérgio Machado Ribeiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
428.576.006-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2010	Sim	0%
Membros dos comitês: "Apoio ao CA"; "RH"; "Fin.Aud.Risco"					
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/08/2010	Até a AGO de 2013.	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/08/2010	Sim	0%
Membro dos Comitês: "Gov.Corp."; e "Des.Neg.e Cont. de Cont.Colig."					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/08/2010	Até a AGO de 2013.	0
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/08/2010	Sim	0%
Membro dos Comitês: "Apoio ao C.A."; "Estratégia"; "Des.Neg.e Cont. de Cont.Colig."					
Tarcisio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/08/2010	Até a AGO de 2013.	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/08/2010	Sim	0%
Membro do Comitê de RH.					
Marco Antonio Rodrigues da Cunha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
292.581.976-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	29/04/2010	Sim	0%
Membro dos Comitês: "Apoio ao CA"; "RH"; "Fin.Aud.Risco"					
Dorothea Fonseca Furquim Werneck		Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/01/2011	Até a AGO de 2013.	0
261.863.817-49	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/01/2011	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.					
Leonardo Maurício Colombini Lima		Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/05/2011	Até a AGO de 2013.	0
065.276.716-87	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	12/05/2011	Sim	0%
Membro do Comitê de Apoio ao C.A.					
Joaquim Francisco de Castro Neto		Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/12/2011	Até a AGO de 2013.	0
026.491.797-91	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21/12/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
José Augusto Gomes Campos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/12/2011	Até a AGO de 2013.	0
505.516.396-87	Físico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/12/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Bruno Magalhães Menicucci		Pertence apenas ao Conselho de Administração	21/12/2011	Até a AGO de 2013.	0
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21/12/2011	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Djalma Bastos Morais		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
006.633.526-49	Engenheiro	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	29/04/2010	Sim	0%
Diretor Presidente					
Fernando Henrique Schuffner Neto		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2010	Até a AGO de 2013.	0
320.008.396-49	Engenheiro	39 - Outros Conselheiros / Diretores	29/04/2010	Sim	0%
Dir. de Des.de Neg. e Membro dos Comitês: "Des.Neg.e Cont. de Cont.Colig"; "Apoio ao CA"; "Estratégia."		Conselheiro Suplente			

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	29/04/2010	Até a AGO de 2012.	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2010	Sim	0%
Não					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012.	0
006.124.137-72	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
026.939.257-20	Jornalista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Helton da Silva Soares		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
000.185.326-08	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012.	0
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
001.909.696-87	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Newton de Moura		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
010.559.846-15	Bancário e Economiário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Rafael Cardoso Cordeiro		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
037.496.966-32	Engenheiro Civil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%
Não					
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Não

Vicente de Paulo Barros Pegoraro		Conselho Fiscal	29/04/2011	Até AGO de 2012	0
004.826.419-91	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2011	Sim	0%

Não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1992. Foi assessor jurídico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de 1989 a 1998. Atuou como Secretário Parlamentar na Câmara dos Deputados de 1993 a 2002. Trabalhou como Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2008 e Secretário-Geral do Governador de Minas Gerais entre 2008 a 2010. Na data deste Formulário de Referência, ocupa o cargo de Diretor de Gestão Empresarial da Companhia. O Sr. Frederico Pacheco de Medeiros não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Concluiu o curso de especialização em Engenharia de Manutenção pela FUPAI/EFEI (Escola Federal de Engenharia de Itajubá). Concluiu o curso de Pós-graduação em Gestão Estratégica de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas, e o curso de especialização em Management of Electric Power Utilities em Estocolmo, Suécia.

Experiência nos últimos 5 anos:

Período de 2008 a 2009

Vice-Presidente da ABRACEEL – Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica, associação que atua junto à sociedade em geral, formadores de opinião, órgãos de Governo, outras organizações das áreas de energia elétrica, etanol, gás natural e créditos e agentes econômicos em geral e que tem como escopo promover a livre concorrência no mercado de energia elétrica, discutir e divulgar as melhores práticas na comercialização de energia, defender o aperfeiçoamento do marco legal e regulatório entre outros.

Período 01/05/2007 a 19/01/2011

Superintendente de Compra e Venda de Energia no Atacado da Cemig.

Atividade Principal: responsável pela coordenação, gestão, execução, controle e liquidação das operações de compra e venda de energia e potência no atacado nos mercados brasileiros e sul-americano visando atender às necessidades de energia da Corporação; responsável pela gestão, coordenação e controle de créditos, dívidas e garantias das operações de compra e venda de energia no atacado e pela comercialização de créditos de carbono das empresas da Corporação.

Desde 2011 ocupa o cargo de Diretor Comercial da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. José Raimundo Dias Fonseca não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. administrativo da CVM; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974. Iniciou sua carreira na Companhia em 1974 e ocupou o cargo de Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e project finance. Foi Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de Relações com Investidores pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec e, ainda, pela IR Magazine, em 2006. Na data deste Formulário de Referência, é Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Companhia. O Sr. Luiz Fernando Rolla não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1982. Concluiu Pós Graduação pela mesma instituição em Análise de Sistemas com ênfase em Suporte Mainframe em 1983. Em fevereiro de 2000, concluiu, também, o MBA Executivo Internacional em Gestão de Negócios e Tecnologia da Informação Fundação Getúlio Vargas – FGV. Sua experiência profissional iniciou-se no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás – CPQD, como Engenheiro Eletricista no período de 1983 a 1984. Iniciou sua carreira na Companhia como Analista de Suporte no Grupo Software e Apoio em 1984 tendo sido também, Líder de Grupo na Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Adjunto da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Assistente do Departamento de Apoio a Informática, Gerente da Divisão de Apoio a Usuários de Microinformática, Gerente do Departamento de Apoio e Suporte a Usuários de Informática, Superintendente de Telecomunicações e Informática, Superintendente de Material, Logística e Serviços, Superintendente de Material e Serviços, Assessor da Presidência da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig, no ano de 2008, Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia e é na data deste Formulário de Referência é Diretor de Geração e Transmissão da Companhia, Cemig Distribuição e da Cemig GT. Além das suas atribuições na Companhia, é Diretor da Horizontes Energia S.A., desde 2002, assumindo o cargo de Diretor Presidente em 2010, que exerce até a presente data. É membro do Conselho de Administração da Central Termelétrica de Cogeração S.A. desde 2004 e membro efetivo do Conselho de Administração da Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia - CGET desde 2005. É membro suplente do Conselho de Administração da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. desde 2005 e ocupa o cargo de Diretor Técnico desde 2011. Dentre outras funções, exerceu os cargos de Diretor Administrativo do Clube de Investimentos dos Empregados da Cemig – CLIC no período de 1999 a 2003, Diretor de Ação Social na Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Minas Gerais – SUCESU/MG, de 2000 a 2002, Diretor Presidente da Associação Intergerencial da Cemig – AIC, de 2005 a 2007, Diretor Presidente da Sá Carvalho S.A. desde 2009, Diretor Presidente da Rosal Energia S.A. desde 2011 e Diretor Presidente da UTE Barreiro S.A. desde 2010. É Diretor da Cemig Capim Branco Energia S.A. desde 2011, Diretor da Cemig PCH S.A. desde 2010, Diretor da UTE Ipatinga desde 2009 e Diretor da Cemig Baguari Energia S.A. desde 2009. O Sr. Luiz Henrique de Castro Carvalho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Graduou-se em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou como jornalista econômico da Sucursal do Jornal Folha de São Paulo, em Belo Horizonte, entre 1979 e 1985. Integrou a editoria econômica do Jornal Estado de Minas, entre 1986 e 1987. Foi assessor de imprensa da Fundação Dom Cabral entre 1984 e 1985 e Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Minas Gerais entre 1985 e 1987. Profissional de carreira da Companhia, ingressou na empresa em 1985, onde ocupou os cargos de jornalista e Gerente de Imprensa, Relações Públicas e Publicidade, assumindo em 2003 o cargo de Superintendente de Comunicação Empresarial, no qual permaneceu de 2003 a 2011. Na data deste Formulário de Referência, ocupa o cargo de Diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Companhia. O Sr. José Luiz Henrique Michalick não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (“UFMG”) em 1983, em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1987 e em Administração pela mesma instituição em 1985. Concluiu o curso de especialização em Direito Comercial pela UFMG em 1997 e concluiu Mestrado em Direito pela mesma instituição em 2002. Concluiu Doutorado em Direito pela mesma instituição. Foi Auditora-Geral do Estado de Minas Gerais entre 2003 e 2010, membro do Comitê de Governança Corporativa do Estado de Minas Gerais entre 2008 e 2010, membro do Colegiado dos Órgãos de Defesa Social entre 2005 e 2010, presidente do Conselho de Corregedores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual – CONREGGE entre 2004 e 2010 e presidente do Conselho Nacional dos Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – CONACI entre 2007 e 2009. É colaboradora e membro da Comissão de Energia da Comissão de Direito da Energia da Ordem dos Advogados do Brasil. É, também, conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil. Desde 2010, é conselheira certificada do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Desde 1988, é professora adjunta das Faculdades Milton Campos. Foi professora assistente da UFMG de 2006 a 2008. Entre 2006 e 2008 foi diretora do departamento de direito empresarial do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Na data deste Formulário de Referência, ocupa o cargo de Diretora Jurídica da Companhia. A Sra. Maria Celeste Morais Guimarães não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

É professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa. Foi Superintendente Regional (Minas Gerais/São Paulo/Rio de Janeiro) na Caixa Econômica Federal entre 1983 e 1992, tendo assumido o cargo de Diretor Financeiro entre 1992 e 1994. Nesse mesmo período, ocupou a diretoria do BIAPE – Banco Interamericano de Poupança e Empréstimo. De 1995 a 1996, foi Vice-Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE e, entre 2003 e 2005, atuou como Diretor Financeiro da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMIG. Foi Diretor-Presidente da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - PREVIMINAS, de 2005 a 2006, Diretor-Presidente da Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais – Gasmig, entre 2007 a 2009 e Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Companhia, Cemig Distribuição e da Cemig GT de 2007 a 2010. Desde 2010, exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia, Cemig Distribuição e da Cemig GT. O Sr. José Carlos de Mattos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Graduou-se em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (Ceub). Concluiu Pós-Graduação em Programação Econômica e Execução Orçamentária pela Universidade de Brasília. Iniciou sua carreira profissional como funcionário de carreira do Banco Central do Brasil. Foi secretário-executivo-adjunto e secretário de Haveres e Riscos da Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda. Também foi secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República e consultor do Fundo Monetário Internacional - FMI, quando prestou assessoria para o Governo de Cabo Verde. Foi presidente da BrasilPrev Previdência Privada, da Associação das Empresas de Previdência Privada - Anapp e do Conselho de Administração do Banco do Nordeste. Em 2002, foi eleito líder empresarial do ano no Setor de Previdência pelo Fórum Nacional de Líderes. Já em 2003, assumiu a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, onde conquistou o prêmio Desempenho Governamental, em 2004, pelo Instituto Brasileiro Executivo de Finanças. Foi Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas até 2010. Foi membro do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) de 2007 a 2011. É membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A., desde 2008. É Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig desde 2011. É Diretor de Gás da Companhia, da Cemig Distribuição e Companhia desde 2011. O Sr. Fuad Jorge Noman Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Graduou-se em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Desde 2004, ocupa a Vice Presidência da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - CODEMIG. Foi Senador da República pelo Estado de Minas Gerais de 1995 a 2003. Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, de 1996 a 1998. De 1991 a 1994, foi Vice-Governador do Estado de Minas Gerais. Foi, também, Prefeito de Patos de Minas, de 1983 a 1988. O Sr. Arlindo Porto Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Concluiu Pós-Graduação em Gestão de Projetos pelo Instituto de Educação Tecnológica – IETEC e MBA em Gestão de Negócios no Centro Universitário Newton Paiva. De 2003 a 2006, foi gestor do Projeto Estruturador de Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro da Companhia. De 2007 a 2009, foi assessor do vice-governador do Estado de Minas Gerais, interagindo com o Governo as Secretarias de Estado, empresas da administração direta e indireta, entidades de classe e empresas privadas, em busca de um alinhamento estratégico em todas as áreas de interesse do governo de Minas Gerais. De 2009 a 2010, foi presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI. Em janeiro de 2011, foi nomeado secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais. O Sr. Adriano Magalhães Chaves não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer..

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Graduou-se em Administração de Empresas com Especialização em Marketing. Trabalhou na Mesbla S.A., na Empresa Brasileira de Varejo S.A. – Embrava. Trabalhou, também, na Agência Jornalística Imagem, na Associação Comercial de Minas, na Asa Criação de Publicidade e na Companhia de Tecidos Norte de Minas. Foi chefe do gabinete da Vice-Presidência da República, de maio/2003 a 31-12-2010. Na data deste Formulário de Referência é membro do Conselho de Administração da Companhia, da Cemig Distribuição e da Cemig GT. O Sr. Antonio Adriano Silva não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Graduou-se em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH em 1992. Trabalha na Cemig Distribuição desde 1988, onde ocupa o cargo de Técnico Administrativo. De 2006 a 2010, foi membro titular do Comitê do Prosaúde da Forluminas de Seguridade Social – Forluz, fundo de pensão do Grupo Cemig. Atualmente, é Diretor do Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais e dos Trabalhadores na Indústria de Gás Combustível do Estado de Minas Gerais – SINDIELETRO/MG, e, desde 2009, é membro do Conselho de Administração da Companhia, da Cemig Distribuição e da Cemig GT. O Sr. Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Graduou-se em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Concluiu Mestrado em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais – CEDEPLAR e Doutorado em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou na Companhia Vale do Rio Doce, antiga denominação social da Vale S.A., de 2003 a 2005, como membro do Comitê de Planejamento Estratégico; na Acesita, de 2003 a 2005, como membro do Conselho de Administração; na Arcelor de 2006 a 2008, como membro do Conselho de Administração. No período de 2008 a 2009, foi bolsista sênior do IPEA. Desde 2009, exerce a função de Consultor de Estratégias para o Conselho de Administração da Devex Tecnologia e Sistemas S.A., empresa líder do mercado brasileiro no segmento de soluções para controle de operações de mina. Na data deste Formulário de Referência, é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, da Cemig Distribuição e da Cemig GT. O Sr. Cezar Manoel de Medeiros não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Concluiu Pós Graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou sua carreira na construtora Andrade Gutierrez em 1961, tendo exercido diversas funções na empresa. Em 1969, passou a atuar como Diretor de Obras e, em 1973, como Diretor de Operações. Entre 1978 e 2001, exerceu a função de Diretor Superintendente, cargo correspondente ao de principal executivo da Construtora Andrade Gutierrez, liderando, a partir de 2001, a atuação da empresa no setor de investimentos em infraestrutura. Atualmente exerce a função de membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez e Presidente do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões S.A., da Companhia de Concessões Rodoviárias S.A. – CCR, da Light S.A. e da Administradora São Miguel, holding que possui 33% do Grupo Andrade Gutierrez. É, também, membro do Conselho de Administração da Companhia e membro do Conselho Curador da Fundação Dom Cabral. O Sr. Eduardo Borges de Andrade não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

- Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1949. Foi senador de Minas Gerais, de 1995 a 2003 e governador de Minas Gerais de 1979 a 1983. Foi também deputado federal por quatro mandatos sucessivos, de 1963 a 1979, e vereador da cidade de Belo Horizonte de 1951 a 1955. De 1961 a 1966, foi Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Minas Gerais de Assuntos Internos e da Justiça, Chefe do Departamento de Administração Geral do Estado de Minas Gerais, Conselheiro Chefe de Assuntos Municipais do Gabinete do Governador. Foi, também, advogado da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cargo do qual se licenciou em 1962 para assumir sua cadeira de Deputado Federal. De 1985 a 1990, foi vice-presidente da administração do Banco do Brasil S.A. e Diretor Presidente da Acesita, de 1983 a 1984. Foi, também, professor e diretor da Escola Municipal de 2º Grau de Contabilidade, em Belo Horizonte, de 1955 a 1959. Desde 2003, é membro do Conselho de Administração da Companhia, da Cemig Distribuição e da Cemig GT. É, ainda, membro da Academia Brasileira de Letras e membro titular da Academia Nacional de Agricultura. O Sr. Francelino Pereira dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Graduou-se em Processamento de Dados pelo Unicentro Newton Paiva. Trabalha na Cemig Distribuição no cargo de Técnico de Operação Sistema Elétrico. É membro do Conselho de Administração das empresas do Grupo TBE. Na data deste Formulário de Referência, é membro suplente do Conselho de Administração da Cemig, da Companhia e da Cemig Distribuição. O Sr. Franklin Moreira Gonçalves não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia do Instituto Bennet de Ensino – RJ. Concluiu Pós Graduação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Nos últimos 5 anos, exerceu as seguintes atividades:

2008/2010

- Assessor Especial do Governador do Estado de Minas Gerais;
- Membro do Conselho Fiscal do BDMG.

2011/2012

- Membro do Conselho Fiscal da MGI;

. Respondendo pela Coordenadoria Especial de Gestão das Unidades de Atendimento Integrado - UAI/SEPLAG-MG.

2008/2012: •

- . Assessor Especial do Presidente da CODEMIG;
- . Membro do Conselho de Administração da CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Na data deste Formulário de Referência, é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, Cemig Distribuição e da Cemig GT. O Sr. Guilherme Horta Gonçalves Junior não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

Graduou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No período 2003-2008 exerceu as funções de membro da Câmara de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Minas Gerais. Trabalhou em Furnas onde participou da Junta de Consultores dos Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira e na Eletrobrás onde foi Consultor da Presidência e membro do Comitê Diretor do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Desde 2008, é Presidente do Conselho e Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE (Brasília), membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros, membro do Conselho Consultivo da Memória da Eletricidade do Brasil (Rio de Janeiro) e membro do Conselho Superior da Fundação Selice Rosso (Hospital Felício Rocho). Trabalhou na Cemig por 28 anos onde chegou a exercer o cargo de consultor para os aproveitamentos de Santo Antônio e Jirau., e, finalmente, alcançou a Presidência da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, da Cemig Distribuição e da Cemig GT. O Sr. Guy Maria Villela Paschoal não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Graduou-se em Engenharia pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Não ocupou cargo em companhias abertas nos últimos 5 anos além de cargo de conselheiro na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A. Na data deste Formulário de Referência, é membro suplente da Companhia, da Cemig Distribuição e da Cemig GT.

Atuou como engenheiro de obras na Companhia Vale do Rio Doce de 1949 a 1951, como engenheiro de Planos Projetos e Obras na Companhia de 1951 a 1961, como diretor técnico da Companhia, de 1961 a 1967. Foi presidente da Companhia, de 1967 a 1975. Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais de 1975 a 1979. Foi ministro de Estado da Indústria e Comércio do Brasil de 1979 a 1984. Foi presidente de Furnas Centrais Elétricas, de 1985 a 1989. Durante os períodos relatados, foi, interinamente, secretário de Administração de Minas Gerais, membro do Conselho Monetário Nacional, membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vice presidente da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Diretor do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e do Núcleo Brasileiro da Conferência Mundial de Energia. A partir de 1990, exerceu funções de consultor e membro de conselhos em empresas como a Companhia Siderúrgica Manesmann, Fundação Dom Cabral, Copersucar S.A., Companhia Siderúrgica do Pará, Companhia Força e Luz Cataguazes – Leopoldina, Biobrás, Copasa Águas Minerais de Minas S.A., Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG. De 1984 a 1992, foi Membro do Conselho de Administração da Itaipu Bi – Nacional, Presidente do Conselho do Instituto Horizontes na Atech- SIVAM. Membro da Comissão de Ética da Presidência da República, de 2000 a 2005 e do Conselho de Ética Pública do governo de Minas Gerais entre 2004 e 2005. O Sr. João Camilo Penna não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade Champagnat. Concluiu o curso de especialização em Administração Financeira pela Fundação Dom Cabral. Concluiu Mestrado em Gestão Empresarial pela Amana Key – São Paulo. Concluiu Pós-Graduação em Finanças e Controladoria.

Experiência nos últimos 5 anos:

- Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da CEMIG – CLIC (2005-2011);
- Membro do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A. (desde março/2003);
- Membro do Conselho Fiscal da FUNCOGE, entidade jurídica de direito privado cujo objeto social é prover conhecimento e soluções de gestão empresarial no setor elétrico (desde dezembro/2008)
- Membro Suplente dos Conselhos de Administração da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. Lauro Sérgio Vasconcelos David não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maria Estela Kubitschek Lopes - 092.504.987-56

Graduou-se em Arquitetura. É sócia gerente da DF Consultores Ltda. e da Santa Júlia Importação, Exportação e Participações. É também conselheira do presidente da Fundação Municipal de Teatro da Cidade do Rio de Janeiro, e do presidente dos Amigos do Estado do Rio de Janeiro – AME-RIO, e vice presidente do conselho da Casa Santa Ignez (uma entidade filantrópica responsável pela nutrição e educação de crianças e de famílias de baixa renda no bairro da Rocinha, no Rio de Janeiro). Foi uma das fundadoras do Memorial JK, uma organização fundada em memória de Juscelino Kubitschek de Oliveira (ex-presidente do Brasil), exercendo o cargo de vice presidente, de 1981 a 2000, e de presidente executiva desde 2000. Foi também presidente do conselho do Instituto Cultural Cesgranrio, vice presidente do conselho do Banco da Mulher, presidente de outras instituições beneficentes do Estado do Rio de Janeiro e membro do conselho da Casa das Palmeiras, um instituto cultural. Recebeu diversas honras ao mérito cultural e social. É, também, membro do Conselho da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR, do Conselho Cultural do Instituto Light, do Conselho Cultural da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Além disso, é presidente do Instituto Pensando o Brasil e vice presidente da Associação Brasileira dos Amigos Familiares e Portadores de Glaucoma – ABRAG-RJ. É membro do Conselho de Administração da Companhia, da Cemig Distribuição e da Cemig GT. A Sra. Maria Estela Kubitschek Lopes não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Graduou-se em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Concluiu Pós-Graduação em Administração pela Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC. Concluiu MBA em Finanças pela Fundação Dom Cabral. Entre 1993 e 1994, atuou como supervisor na Branaço produtos Siderúrgicos S.A. Entre 1994 e 1995, atuou como Gerente de Setor pelo Carrefour Comércio e Indústria Ltda. Atuou como contador na ARG Ltda. entre 1995 e 1996 e como perito contábil entre 1996 e 1997. De 1997 a 1998, exerceu a função de Gerente Administrativo Financeiro da Visoconsult Engenharia Ltda. e desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões S.A., exercendo o papel de membro dos Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR. O Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Graduou-se em Engenharia. Concluiu Pós-Graduação em Engenharia Econômica pela Universidade Federal de Minas Gerais e Planejamento Estratégico pela Fundação Getúlio Vargas.

Experiência nos últimos 5 anos:

Desde 2007 até a presente data: Andrade Gutierrez S.A.

Holding do Grupo Andrade Gutierrez, especializado em Infraestrutura.

Cargo: Presidente;

Oi - Concessionária Operadora de Telecomunicações

. Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011

Telemar Participações - Controladora do Grupo Oi

. Presidente do Conselho de Administração desde 2008

Contax - Operadora de Call Center

. Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011

CTX - Controladora da Contax

. Presidente do Conselho de Administração desde 2008

É Membro dos Conselhos de Administração da CEMIG- Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão.

O Sr. Otávio Marques de Azevedo não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Concluiu Pós-Graduação em Direção de Empresa pela Universidade Pan-Americana na Cidade do México. Concluiu MBA na Universidade de São Paulo. Concluiu Mestrado em Finanças pelo Instituto de Estudos Superiores de Monterrey.

Experiência nos últimos 5 anos:

Desde 2000 até a presente data: Andrade Gutierrez Concessões S.A.

Cargo: Gerente Financeiro;

Atividades exercidas: Membro do Conselho de Administração da Telemar Norte Leste Participações; Membro do Conselho de Administração da Contax Participações SA; Membro do Conselho de Administração da Quiport, concessionária do aeroporto internacional de Quito, Equador.

É Membro suplente, desde 2010, dos Conselhos de Administração da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. Paulo Márcio de Oliveira Azevedo não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Concluiu MBA Empresarial pela Fundação Dom Cabral. Atuou como auxiliar técnico na M. Roscoe Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. em 1982, e na Construtora Sultepa S.A. entre 1983 e 1991, onde exerceu os cargos de Engenheiro Auxiliar a Engenheiro Supervisor, assumindo a Superintendência Operacional do Consórcio Conesul pela Construtora Sultepa S.A. em 1991. Entre 1993 e 1999 atuou como Gerente de Projetos na Construtora Andrade Gutierrez, exercendo, desde 2000, o cargo de Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A. Representa a Andrade Gutierrez Concessões S.A. nos Conselhos de Administração da CCR – Cia de Concessões Rodoviárias S.A., Dominó Holdings S.A., WaterPort S.A. e Companhia Operadora de Rodovias S.A. O Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Graduou-se em Engenharia de Minas/Geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e em História pela mesma instituição. Concluiu MBA Executivo em Gestão Empresarial Marketing e Finanças. Experiência nos últimos 5 anos:

Atua como Subsecretário de Política Mineral e Energética na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais desde 2008. O Subsecretário de Política Mineral e Energética desenvolve ações relativas à utilização de recursos hídricos, energéticos e minerais, desde a gestão e desenvolvimento dos sistemas de produção, passando pela transformação e expansão até a distribuição e comércio dos bens minerais e energéticos. A Subsecretaria acompanha os Conselhos Estaduais de Energia (Coner) e de Geologia e Mineração (Cegem), que reúnem representantes dos setores público e privado, com o objetivo de discutir e formular políticas públicas para o desenvolvimento de Minas Gerais.

É membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. Paulo Sérgio Machado Ribeiro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade de Minas Gerais. Concluiu Pós-Graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Experiência nos últimos 5 anos:

Desde 2000 até a presente data: Andrade Gutierrez Concessões S.A.

Cargo: Presidente e membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez

Atividades exercidas: representa a Andrade Gutierrez Concessões nos conselhos de administração da CCR – holding de Concessionárias de Rodovias, da DOMINÓ – holding que possui participação acionária na SANEPAR – Cia. de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador, da CEMIG – concessionária de serviços de energia elétrica de Minas Gerais, do Conselho Consultivo da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A..

É Membro, desde 2010, dos Conselhos de Administração da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. Ricardo Coutinho de Sena não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Concluiu Pós-Graduação em Planejamento Orçamentário de Obras e Serviços pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e em Gestão Administrativa Executivo pela Universidade Federal da Bahia. Concluiu MBA Empresarial na Fundação Dom Cabral. Iniciou sua carreira como estagiário no Centro de Operações da Companhia em 1993. Em 1995, ingressou na Construtel Projetos e Construções Ltda., atuando como engenheiro de planejamento e de coordenação orçamentária de obras. Em 1998, assumiu a Superintendência da Unidade de Negócios da empresa na Bahia. Em 2000, iniciou suas atividades no Grupo Andrade Gutierrez como principal gestor de contratos da Construtora Andrade Gutierrez S.A. na área de Telecomunicações no estado do Rio de Janeiro. Desde 2004, atua como Diretor Comercial da Construtora Andrade Gutierrez S.A., no desenvolvimento de novos negócios com foco no setor elétrico. Desde 2007, passou a exercer funções na Andrade Gutierrez Concessões S.A. participando ativamente da consolidação do grupo no setor elétrico. O Sr. Saulo Alves Pereira Junior não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1983. Concluiu MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC. Concluiu Pós-Graduação em Ciências Contábeis para Não Contadores na Fundação Getúlio Vargas.

Experiência nos últimos 5 anos:

É funcionário do Grupo Andrade Gutierrez desde 1988, onde atuou na Construtora Andrade Gutierrez S.A., no Departamento de Concorrências, na área de estudos econômicos financeiros até dezembro de 1999.

Em janeiro de 1999, foi transferido para a Andrade Gutierrez Concessões S.A., onde atua como executivo da empresa. No ano de 2011, atuou como membro suplente da CCR S.A., passando a ser membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A. em mês de novembro do mesmo ano.

É Membro Suplente, desde 2010, dos Conselhos de Administração da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. Tarcisio Augusto Carneiro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais ("UFMG") em 1978 e pós-graduado em Engenharia Econômica pelo Instituto de Engenharia Econômica e Administração ("INEA") da Universidade Federal de Minas Gerais e Fundação Christiano Ottoni, em 1979. Concluiu MBA em 2003 pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC. Coursou o treinamento em nível de MBA, curso orientado para a gestão do setor da Eletricidade no ano de 2008 na instituição HEC Montreal situada na cidade de Quebec, no Canadá.

Experiência nos últimos 5 anos:

Subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços de Minas Gerais, subordinado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, desde 2011.

Presidente da Instituição de Treinamento, Ensino e Pesquisa do Setor Elétrico - Fundação COGE de 2008 a 2010.

Diretor de Gestão Empresarial da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2007 a 2011.

Diretor Presidente da Sá Carvalho S.A., de 2007 a 2011.

Diretor Vice-Presidente da Rosal Energia S.A. de 2007 a 2011.

Diretor da Capim Branco Energia S.A., da Central Termelétrica de Cogeração S.A. e da Cemig Telecomunicações de 2007 a 2011.

Membro do Conselho de Administração da Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. de 2007 a 2011.

Diretor Administrativo da Cemig Serviços S.A. de 2008 a 2011

É Membro Suplente dos Conselhos de Administração da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. Marco Antonio Rodrigues da Cunha não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Graduou-se em Economia. Concluiu Mestrado na Escola de Pós Graduação em Economia pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, e o Curso de Doutorado pela Boston College USA. Foi Ministra da Indústria, do Comércio e do Turismo de 1995 a 1996 e Ministra do Trabalho de 1989 a 1990. Foi Gerente Especial da APEX (de 1999 a 2002), Secretária Executiva do Ministério da Fazenda (durante 1992), Secretária Nacional de Economia (de 1991 a 1992), Secretária de Planejamento Econômico Social (de 1988 a 1989), Secretária de Emprego e Salários (de 1985 a 1988) e Técnica do IPEA (de 1975 a 2003). Nos anos 1993 e 1994 e 1998 e 1999, foi diretora da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade, além de membro dos Conselhos da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX e da Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB. Foi, ainda, Professora do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (de 1983 a 1984) e Professora do Instituto de Economia Industrial e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (de 1978 a 1980). Desde janeiro de 2011, ocupa o cargo de Secretária de Estado de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, da Cemig Distribuição e da Cemig GT. Não ocupou cargo em companhias abertas nos últimos 5 anos além de cargo de conselheiro na Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A. A Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Graduou-se em ciências contábeis pela Universidade Professor Antônio Carlos, Barbacena, com Especialização em Administração Financeira e Economia pelo Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, e especialização em Auditoria, Administração, Economia e Finanças pela USP, São Paulo.

Experiência nos últimos 5 anos:

No Governo de Minas Gerais, a partir de 2003, exerceu as funções de Assessor Especial da Secretaria de Estado de Fazenda, Subsecretário do Tesouro Estadual e Secretário-Adjunto da Fazenda e, desde maio de 2010, é o Secretário de Estado de Fazenda, fazendo também parte dos Conselhos de Administração do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, da MGI – Minas Gerais Participações, e da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig. No Governo Federal, foi Assessor Especial do Ministro da Casa Civil da Presidência da República. Servidor de carreira do Banco Central do Brasil, exerceu, dentre outros cargos, o cargo de Auditor-Chefe de Divisão, Chefe Adjunto do Departamento de Administração Financeira, Delegado Adjunto e Delegado Regional do Banco Central em Minas Gerais. Foi ainda presidente do Conselho Fiscal da Fundação Banco Central de Previdência. Na iniciativa privada foi consultor nas áreas financeira, administrativa e contábil de diversas empresas de Brasília e de Minas Gerais, como a Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje Arcelor-Mittal, onde foi membro do Conselho Administrativo durante, e também em empresas de Goiás e Distrito Federal.

É Membro Suplente dos Conselhos de Administração da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. Leonardo Mauricio Colombini Lima não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

Graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e fez especialização em Administração de Vendas e em Marketing e Desenvolvimento de Novos Produtos pela IMEDE em Lausane, Suíça.

Experiência nos últimos 5 anos:

Ocupou os cargos de Diretor Executivo Coordenador, Vice-Presidente e Presidente (de 1974 a 2004) no Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A., membro do Conselho de Administração do Unibanco União de Bancos Brasileiros S.A. (de 2004 a 2008), membro do Conselho de Administração do Magazine Luiza (de 2007 a 2008), membro do Conselho de Administração da Jereissati Holding presidente do Conselho de Administração da Redecard S.A. (de 2008 a 2010), presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza (de 2008 a 2011) e membro do Conselho de Administração da ABodyTech (de 2008 a 2011).

É Membro, desde 2010, dos Conselhos de Administração da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O Sr. Joaquim Francisco de Castro Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Graduou-se em engenharia. Trabalhou na Corporación Quiport S.A., concessionária de aeroportos, de 2006 a 2008, como Diretor de Project Finance. Trabalha na Andrade Gutierrez Concessões S.A. como Gerente de Project Finance (de 2008 até outubro de 2009) e, posteriormente, como Gerente de Desenvolvimento de Projetos. É representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S.A. desde março de 2008. O Sr. José Augusto Gomes Campos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Graduou-se em engenharia. É Engenheiro Assistente, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008. Atualmente, atua em Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos com controle acionário da Andrade Gutierrez Participações (85.00%). O Sr. Bruno Magalhães Menicucci não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Djalma Bastos Morais - 006.633.526-49

Graduou-se em Engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia – IME. Concluiu Pós-Graduação em Telefonia e Informática pelo Instituto Militar de Engenharia – IME. De 1995 a 1998, foi Vice-Presidente da Petrobrás Distribuidora S.A. e de 1999 a 2004, foi Diretor Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig. Foi, ainda, membro do Conselho de Administração da Transmissora do Atlântico, de novembro a dezembro de 2009, sociedade incorporada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”). Na data deste Formulário de Referência, é: (i) Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig (desde 1999); (ii) Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (iii) Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. (“Cemig Distribuição”) e da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (“Cemig GT”) (desde 2004); (iv) Presidente do Conselho de Administração da Taesa (desde 2009), que em conjunto com a Cemig Distribuição e a Cemig GT integram o mesmo grupo econômico, cujas principais atividades são a exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e gás natural, por meio de empresas do Grupo Cemig; e (v) membro do Conselho de Administração da Light S.A. e da Light Serviços de Eletricidade S.A. (desde 2006). O Sr. Djalma Bastos Morais não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1982. Concluiu Mestrado em Automação e Controle pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP em 1984. Kursou MBA em Gestão de Negócios pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC. Participou de diversos programas de educação executiva, dentre os quais Finance for Executives na instituição INSEAD, na França. Foi Professor do curso de Engenharia Elétrica da PUC – MG (1985/1986 e 2003/2005). Foi membro do Conselho do CREA-MG entre 1999 e 2001 e hoje é membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema – NOS, desde 2008, membro do Conselho de Administração da Light, desde 2010, e membro do Conselho de Administração da Renova desde 2011. Na Cemig Distribuição, exerce as funções de Diretor de Distribuição e Comercialização e Membro Suplente do Conselho de Administração desde 2007. Na Cemig Telecomunicações S.A., exerce as funções de membro efetivo do Conselho de Administração desde 2005. Na Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig exerce a função de membro do Conselho de Administração, desde 2007. Na Sociedade Mineira de Engenheiros, é membro do Conselho Deliberativo desde 2005. Foi Presidente do Clube de Investimentos dos Empregados da Cemig – CLIC de 2002 a 2005. Trabalha na Companhia, tendo exercido diversos cargos, dentre eles: Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da Distribuição e Superintendente de Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos, de 1985 a 2007, Diretor de Distribuição e Comercialização, desde 2007, e membro suplente do Conselho de Administração, de 2002 a 2004 e de 2007 até hoje. Desde 2010 exerce a função de Diretor de Desenvolvimento de Negócios. O Sr. Fernando Henrique Schuffner Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Economista com especialização em gestão de empresas de energia elétrica pela Universidade Federal do Paraná e mercado de capitais pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, professor de diversas disciplinas ligadas à área de finanças em cursos de Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e membro suplente dos conselhos fiscais da Light S.A., dos conselhos fiscais da Companhia, da Cemig Distribuição, da Cemig GT e da Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig, e membro titular do conselho fiscal da Cemig Telecomunicações S.A.. O Sr. Aliomar Silva Lima não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Graduou-se em Administração de Empresas e em Ciências Contábeis. Nos últimos 5 anos exerceu as seguintes atividades:

- FURNAS (empresa do sistema Eletrobras) – desde 15 de março de 2011 - Assistente do Presidente com atribuições voltadas para os assuntos das áreas de controle interno, auditoria, CGU, TCU, Eletrobras e outros;
 - Eletrobras – de junho de 2008 a fev. 2011- Assessorando a Diretoria de Distribuição, nas seis empresas distribuidoras da Eletrobras, com responsabilidade na orientação e acompanhamento relativos ao controle interno e auditoria dessas seis distribuidoras, além de CGU, TCU, Eletrobras e outros;
 - INCAE- Investimentos Canadenses em Energia Ltda. (Grupo Brascan) – de junho de 2006 a agosto de 2008 - Diretor;
 - Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig D, Cemig GT, Light S.A. e Light SESA
- O Sr. Ari Barcelos da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Membro do Conselho de Administração da CEMAT – MT

Membro do Conselho Fiscal da Ligth S.A.

Diretor da Trad. Ass. e Consultoria

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Distribuição S.A..

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Graduou-se em Engenharia Civil pelas Faculdades Integradas de Uberaba em 1978. Concluiu os cursos básicos de Administração de Empresas, O&M e Marketing pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Participou dos cursos de liderança e relações humanas pela SERE/RJ. Foi Diretor do CAIO – Centro Acadêmico Avelino Inácio de Oliveira e Diretor da CIU – Associação Comercial e Industrial de Uberaba. No período compreendido entre 1989 e 1992, atuou como Secretário Municipal de Indústria e Comércio – Secretário Municipal de Turismo. De 1990 a 1992, foi Secretário Municipal de Planejamento. Foi Membro do Conselho Nacional da Presidência da Caixa Econômica Federal. Em janeiro de 1993, foi eleito pelo Partido da Frente Liberal – PFL a Prefeito Municipal de Uberaba. Atua como vice-presidente do Diretório Regional de Minas Gerais do PFL. É vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macrorregional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM. No período de 2003 a 2010 foi primeiro suplente do Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo. É sócio diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 2003, da RCG-Engenharia e Empreendimentos Ltda., desde 2000, e da Guaritá Guaritá Participações Ltda., desde 2006. Participa, na data deste Formulário de Referência, como empresário cotista das seguintes empresas: Agropecuária Rodrigues da Cunha Guaritá, Agropecuária 7 Estrelas Ltda., Dujato-Comercio dos Drogas Uberaba Ltda. É Diretor da Jaguará Shoppings e da 7 Estrelas Agropecuária. Além disso, é membro do Conselho de Administração do Jaguará Shoppings desde 2009 e membro do Conselho Estadual de Habitação. Desde março de 2003, é membro do Conselho Fiscal da Cemig, da Cemig Distribuição e da Companhia. O Sr. Luiz Guaritá Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Experiência nos últimos 5 anos:

2007/2010: Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Transportes e Obras Públicas, Órgão do Governo de Minas Gerais encarregado de executar as políticas públicas relacionadas aos transportes rodoviários e as obras públicas, tais como estradas, pontes, viadutos, pistas de pousos e decolagens, taxiamentos, estações de embarque e desembarque; construção, ampliação, reforma de estabelecimentos de ensino, penitenciárias, hospitais, postos de saúde, delegacias, guarnições militares estádios desportivos e outras obras similares, através de seus órgãos vinculados: Departamento de Estradas de Rodagem-DER e Departamento de Obras Públicas-DEOP.

Desde abril/ 2011: Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais.

É Membro Suplente dos Conselhos de Administração da Companhia, da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A..

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Newton de Moura - 010.559.846-15

Foi diretor vice presidente da Cooperativa Agropecuária de Divinópolis Ltda

Exploração de atividades relacionadas com o setor energético, sendo geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, através de empresas do Grupo CEMIG.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rafael Cardoso Cordeiro - 037.496.966-32

Executivo da Andrade Gutierrez Concessões (AGC) há cinco anos.

/

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Graduou-se em Medicina pela Universidade Federal de Juiz de Fora e em Administração de Empresas pela Faculdade Machado Sobrinho de Juiz de Fora. É Diretor do Hospital Dr. João Felício Ltda., em Juiz de Fora, Minas Gerais. É sócio gerente da Zenite Empreendimentos Imobiliários. É membro do Conselho Fiscal da Companhia, da Cemig GT e da Cemig Distribuição. O Sr. Thales de Souza Ramos Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

Graduou-se em Administração pela Universidade de Brasília e em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná. Foi Conselheiro Fiscal do Banco do Brasil, de 2001 a 2003 e conselheiro fiscal/membro do Comitê de Auditoria da TIM Participações S.A. em 2006. O Sr. Vicente de Paulo Barros Pegoraro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Frederico Pacheco de Medeiros - 666.838.586-91

José Raimundo Dias Fonseca - 261.986.576-04

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Luiz Henrique de Castro Carvalho - 315.051.986-15

Luiz Henrique Michalick - 177.342.826-87

Maria Celeste Morais Guimarães - 374.076.436-87

José Carlos de Mattos - 070.853.896-72

FUAD JORGE NOMAN FILHO - 009.880.816-87

Arlindo Porto Neto - 007.940.236-49

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guilherme Horta Gonçalves Junior - 266.078.757-34

Guy Maria Villela Pachoaal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Maria Estela Kubitschek Lopes - 092.504.987-56

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Paulo Márcio de Oliveira Monteiro - 269.960.226-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Joaquim Francisco de Castro Neto - 026.491.797-91

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Djalma Bastos Moraes - 006.633.526-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Helton da Silva Soares - 000.185.326-08

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Newton de Moura - 010.559.846-15

Rafael Cardoso Cordeiro - 037.496.966-32

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Vicente de Paulo Barros Pegoraro - 004.826.419-91

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Adriano Magalhães Chaves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		02/06/2011	Até AGO de 2013
086.051.928-79	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro Eletricista		02/06/2011	0	0%
Empregado e membro suplente do C.A.						
Antonio Adriano Silva	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		05/05/2010	Até AGO de 2013
056.346.956-00	Comitê de Recursos Humanos	Administrador e publicitário		05/05/2010	0	0%
Membro efetivo do C.A.						
Cezar Manoel de Medeiros	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		02/06/2011	Até AGO de 2013
006.688.346-68	Comitê Finanças, Auditoria e Risco/Comitê de Estratégia/Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Economista		02/06/2011	0	0%
Membro suplente do C.A.						
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		20/01/2011	Até AGO de 2013
261.863.817-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Economista		20/01/2011	0	0%
Coordenadora/ Presidente do C.A						
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		05/05/2010	Até AGO de 2013
320.008.396-49	Comitê de Estratégia	Engenheiro		05/05/2010	0	0%
Coordenador / Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Membro suplente do C.A.						
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		05/05/2010	Até AGO de 2013
320.008.396-49	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro		05/05/2010	0	0%
Coordenador/Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Membro suplente do C.A.						
Fernando Henrique Schuffner Neto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		05/05/2010	AGO/2013
320.008.396-49	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		05/05/2010	0	0%
Coordenador/Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Membro suplente do C.A.						
Francelino Pereira dos Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		02/06/2011	Até AGO de 2013

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
000.115.841-49	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Advogado		02/06/2011	0	0%
Não						
Franklin Moreira Gonçalves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		02/06/2011	Até AGO de 2013
754.988.556-72	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Tecnólogo em processamento de dados		02/06/2011	0	0%
Empregado						
Guy Maria Villela Pachcoal	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		02/06/2011	Até AGO de 2013
000.798.806-06	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro		02/06/2011	0	0%
Não						
João Camilo Penna	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		05/05/2010	Até AGO de 2013
000.976.836-04	Comitê de Recursos Humanos/Comitê de Estratégia	Engenheiro		05/05/2010	0	0%
Não						
Lauro Sérgio Vasconcelos David	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		05/05/2010	Até AGO de 2013
603.695.316-04	Comitê Finanças, Auditoria e Riscos/Comitê Desenv Negócios e Controle Emp Controladas e Coligadas	Administrador		05/05/2010	0	0%
Coordenador do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração/ Empregado e membro suplente do C.A.						
Leonardo Maurício Colombini Lima	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		02/06/2011	Até a AGO de 2013
065.276.716-87	Comitês de Apoio Conselho de Administração	Contador		02/06/2011	0	0%
Coordenador/ Membro suplente do C.A.						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		05/05/2010	Até AGO de 2013
292.581.976-15	Comitês de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro		05/05/2010	0	0%
Coordenador dos Comitês de RH e de Finanças, Auditoria e Riscos/ Membro suplente do C.A.						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Marco Antonio Rodrigues da Cunha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		05/05/2010	Até AGO de 2013
292.581.976-15	Comitê de Recursos Humanos / Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro		05/05/2010	0	0%
Coordenador dos Comitês de RH e de Finanças, Auditoria e Riscos/ Membro suplente do C.A.						
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		04/08/2010	Até AGO de 2013
813.975.696-20	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador		04/08/2010	0	0%
Membro suplente do C.A						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2013
400.540.200-34	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro Civil		04/08/2010	0	0%
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2013
400.540.200-34	Comitê Recursos Humanos / Comitê Estratégia	Engenheiro Civil		04/08/2010	0	0%
Não						
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		04/08/2010	Até AGO de 2013
400.540.200-34	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro Civil		04/08/2010	0	0%
Não						
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		05/05/2010	Até AGO de 2013
428.576.006-15	Comitê Apoio Conselho Adm/Comitê Recursos Humanos/Comitê Finanças, Auditoria e Riscos	Engenheiro		05/05/2010	0	0%
Membro suplente do C.A						
Ricardo Coutinho de Sena	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		02/06/2011	Até AGO de 2013

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
090.927.496-72	Comitê Gov Corporativa e Sustentabilidade/Comitê Desenv Negócios e Contr Empr Controladas e Coligada	Engenheiro Civil		02/06/2011	0	0%
Não						
Saulo Alves Pereira Junior	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		02/06/2011	Até AGO de 2013
787.495.906-00	Comitê Apoio Cons Adm/Comitê Estratégia/Comitê Desenv Negócios Contr Empr Controladas e Coligadas	Engenheiro Eletricista		02/06/2011	0	0%
Não						
Tarcísio Augusto Carneiro	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		02/06/2011	Até AGO de 2013
372.404.636-72	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro Civil		02/06/2011	0	0%
Membro suplente do C.A.						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79						
Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00						
Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68						
Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49						
Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49						
Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49						
Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49						
Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49						

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachoaal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Adriano Magalhães Chaves - 086.051.928-79

Antonio Adriano Silva - 056.346.956-00

Cezar Manoel de Medeiros - 006.688.346-68

Dorothea Fonseca Furquim Werneck - 261.863.817-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Francelino Pereira dos Santos - 000.115.841-49

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

João Camilo Penna - 000.976.836-04

Lauro Sérgio Vasconcelos David - 603.695.316-04

Leonardo Maurício Colombini Lima - 065.276.716-87

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

Marco Antonio Rodrigues da Cunha - 292.581.976-15

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Paulo Sérgio Machado Ribeiro - 428.576.006-15

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

A Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), controladora da Companhia, adota as seguintes práticas de governança corporativa recomendadas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (“Código”) publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”):

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
1.1	Cada sócio deve ser um dos proprietários da empresa.	Cada sócio é um dos proprietários da empresa.
1.3	Os acordos entre acionistas devem estar disponíveis a todos os demais sócios e arquivados na sede social, juntamente com as respectivas alterações ou rescisões.	A CEMIG não possui acordo de acionistas vigente.
1.5	A Assembleia Geral deve ser o órgão soberano da empresa	A Assembleia Geral é o órgão soberano da empresa.
1.5.1	Devem ser competências exclusivas da Assembleia Geral: aumento ou redução do capital social e outras reformas do Estatuto; eleger ou destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa.	As referidas matérias são competência exclusiva da Assembleia Geral.
1.5.3	O local, a data e a hora das Assembleias Gerais devem ser escolhidos de forma a facilitar a presença do maior número possível de sócios.	O local, a data e a hora das Assembleias Gerais são escolhidos de forma a facilitar a presença do maior número possível de sócios.
1.5.4	A pauta da Assembleia Geral e documentação pertinente – a mais detalhada possível – devem estar disponibilizadas, na data da primeira convocação. A existência de votos dissidentes deve constar em ata, quando requerido.	Juntamente com a convocação da Assembleia Geral, a CEMIG disponibiliza uma "Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral", a qual contém informações e documentos explicativos adicionais relacionados aos temas que serão deliberados.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
1.8	Deverá ser vedada aos sócios, conselheiros de administração, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como qualquer pessoa que, em razão de seu cargo, tenha acesso a informação privilegiada, a utilização de informação privilegiada. A empresa deve ter política de divulgação de divulgação de informações relevantes e política de negociação de valores	O Código de Ética da CEMIG veda aos sócios, conselheiros de administração, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como qualquer pessoa que, em razão de seu cargo, tenha acesso a informação privilegiada, a utilização de informação privilegiada. A Cemig possui política de divulgação de divulgação de informações relevantes e política de negociação de valores.
1.11	As empresas devem se esforçar para manter o maior número possível de ações em circulação.	O <i>free-float</i> da CEMIG é de 76.67%
2.1	A empresa deve ter um Conselho de Administração eleito pelos acionistas.	Pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a CEMIG é obrigada a ter Conselho de Administração.
2.3	O Conselho de Administração deve proteger e valorizar o patrimônio da empresa, além de prevenir e administrar conflitos de interesse ou divergência de opiniões.	O Conselho de Administração da CEMIG protege e valoriza o patrimônio da empresa, bem como previne e administra conflitos de interesse ou divergência de opiniões.
2.8	Deve haver comitês para assessorar o Conselho de Administração. Os comitês recomendados são: comitê de auditoria, de remuneração, de finanças, de governança, entre outros.	A Cemig possui Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, de Governança, de Recursos Humanos, de finanças e de auditoria e riscos. Não possui, no entanto, Comitê de Auditoria <i>stricto sensu</i> .
2.10	O número de membros do Conselho de Administração deve variar entre cinco e nove conselheiros. A nova versão do Código de Melhores Práticas do IBGC já reconhece o número de conselheiros é relativo à complexidade das atividades da organização, setor de atuação, estágio de ciclo de vida da organização, porte da empresa ou necessidade de criação de um número maior de comitês.	O Conselho de Administração da CEMIG possui 14 conselheiros.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
2.14	Pessoas-chave da empresa, assessores técnicos ou consultores podem ser chamados ocasionalmente para as reuniões do Conselho de Administração.	Há possibilidade de o Conselho de Administração convidar pessoas-chave da empresa, assessores técnicos ou consultores para participarem da reunião.
2.25	O Conselho de Administração deve escolher o diretor-presidente.	O Conselho de Administração escolhe o diretor-presidente.
2.29	O Conselho de Administração deve indicar anualmente o secretário do Conselho de Administração.	A CEMIG possui secretário do Conselho de Administração.
2.32	As atas das reuniões devem ser redigidas com clareza, constando todas as decisões tomadas, abstenções de voto por conflito de interesses, responsabilidades e prazos, e ser assinadas por todos os presentes.	As atas das reuniões do Conselho de Administração da CEMIG são redigidas com clareza, constando todas as decisões tomadas, abstenções de voto por conflito de interesses, responsabilidades e prazos, e ser assinadas por todos os presentes.
2.33	Cabe ao Conselho de Administração escolher os auditores independentes, aprovar os respectivos honorários e planos de trabalho, bem como avaliar seu desempenho.	O Conselho de Administração escolhe os auditores independentes, aprova os respectivos honorários e planos de trabalho, bem como avalia seu desempenho.
2.40	A empresa deve divulgar anualmente, com prévia autorização do Conselho de Administração, suas políticas e práticas sociais, ambientais, de segurança do trabalho e de saúde.	A CEMIG divulga, por meio do Relatório Anual suas políticas e práticas sociais, ambientais, de segurança do trabalho e de saúde.
3.1	O diretor-presidente deve prestar contas ao Conselho de Administração e deve ser responsável pela execução das diretrizes por este fixadas.	O diretor-presidente da CEMIG presta contas ao Conselho de Administração e é responsável pela execução das diretrizes por este fixadas.
3.5	O Relatório Anual deve envolver todos os aspectos da atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados os assuntos de justificada confidencialidade.	O Relatório Anual da CEMIG envolve todos os aspectos da atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados os assuntos de justificada confidencialidade.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
3.5.1	O Relatório Anual deve mencionar as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela sociedade ou que serão implementadas a curto prazo.	O Relatório Anual menciona as práticas de governança corporativa que estão sendo adotadas pela sociedade ou que serão implementadas a curto prazo.
3.5.2	O Relatório Anual deve especificar a participação no capital da empresa e a remuneração individual ou agregada dos administradores, destacando as mudanças havidas nessa participação ao longo do ano, explicitando mecanismos de remuneração variável.	O Relatório Anual especifica a participação no capital e a remuneração agregada dos conselheiros e diretores.
3.5.3	As empresas devem preparar suas demonstrações financeiras também de acordo com padrões de contabilidade internacionalmente aceitos.	A CEMIG está se preparando para divulgar sua próxima demonstração financeira de acordo com IFRS.
3.6	O diretor-presidente deve ser responsável pela criação de sistemas de controles internos que organizem e monitorem um fluxo de informações corretas, reais e completas sobre a empresa.	O Diretor Comercial da CEMIG é responsável pela criação de sistemas de controles internos que organizem e monitorem um fluxo de informações corretas, reais e completas sobre a empresa.
4.1	Toda empresa deve ter auditoria independente.	A CEMIG possui auditoria independente.
4.2	Os auditores independentes devem expressar, de forma clara, opinião se as demonstrações financeiras elaboradas pela diretoria apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e os resultados do período.	A KPMG Auditores Independentes (“ <u>KPMG</u> ”), auditores independentes da CEMIG, expressam, de forma clara, opinião se as demonstrações financeiras elaboradas pela diretoria apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira e os resultados do período.
4.5	Os auditores devem ser contratados por período pré-definido, podendo ser recontratados após avaliação formal a documentada, efetuada pelo CA, de sua independência e desempenho.	A KPMG, auditora externa, foi contratada por cinco anos, conforme Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.
4.6	O Conselho de Administração deve estabelecer critérios formais para se assegurar de que as condições de independência dos auditores externos sejam mantidas	Os critérios que a CEMIG atende são a contratação dos auditores por período pré-definido e a divulgação, às partes interessadas,

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
		da proporcionalidade entre os honorários pagos aos auditores pelos serviços de auditoria e os eventuais pagamentos por outros serviços.
4.7	O auditor independente deve assegurar anualmente, por escrito ao CA, a sua independência em relação à sociedade	A asseguaração anual por escrito, pelo auditor independente ao Conselho de Administração, a sua independência em relação à sociedade é obrigatória, conforme Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.
5.1	O Conselho Fiscal deve fiscalizar os atos da administração, opinar sobre determinadas questões e dar informações aos acionistas.	O Conselho Fiscal da CEMIG fiscaliza os atos da administração, opina sobre determinadas questões e dá informações aos acionistas.
5.2	Controladores e minoritários devem ter uma participação paritária.	No Conselho Fiscal da CEMIG, dentro os cinco conselheiros, dois são eleitos por acionistas preferenciais.
5.3	O Conselho Fiscal deve introduzir um regimento interno, que não iniba a liberdade de ação individual dos conselheiros.	O Conselho Fiscal da CEMIG possui um regimento interno, que não inibe a liberdade de ação individual dos conselheiros.
5.4	A responsabilidade dos conselheiros fiscais deve ser perante a empresa, independentemente daquele que o tiver indicado.	A responsabilidade dos conselheiros fiscais da CEMIG é perante a empresa, independentemente daquele que o tiver indicado.
5.6	O Conselho Fiscal deve acompanhar o trabalho dos auditores independentes.	O Conselho Fiscal acompanha o trabalho dos auditores independentes.
5.7	O Conselho Fiscal deve acompanhar o trabalho da auditoria interna.	O Conselho Fiscal acompanha o trabalho da auditoria interna.
6.1	A empresa deve ter código de conduta/código de ética que comprometa administradores e funcionários. Esse código deve ser elaborado pela diretoria de acordo com os princípios e políticas definidos pelo Conselho de Administração e por este aprovado.	A CEMIG possui código de ética, o qual compromete administradores e funcionários.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Item do Código	Prática Recomendada pelo IBGC	Prática Adotada pela CEMIG
6.1.1	O código de conduta/código de ética deve abranger o relacionamento entre conselheiros, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes relacionadas.	O código de ética da CEMIG abrange o relacionamento entre conselheiros, sócios, funcionários, fornecedores e demais partes relacionadas.
6.2	Qualquer pessoa que tiver conflito de interesse em relação a uma determinada matéria deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesse ou interesse particular.	Pelo código de ética da CEMIG, qualquer pessoa que tiver conflito de interesse em relação a uma determinada matéria deverá manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesse ou interesse particular.
6.2.2	Tão logo tenha sido identificado o conflito de interesses em relação a um tema, a pessoa envolvida deve afastar-se.	Na CEMIG, caso seja identificado um conflito de interesses em relação a um tema, a pessoa envolvida deve afastar-se.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos últimos três exercícios sociais, bem como no exercício social corrente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi/é suportada integralmente pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, controladora da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**a. Termos e condições gerais**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Principais objetivos do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f. Número máximo de ações abrangidas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

h. Condições de aquisição de ações

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

k. Forma de liquidação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

l. Restrições à transferência das ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

a) Modelo de precificação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Documento ainda não preenchido!

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Nos últimos três exercícios sociais, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi suportada integralmente pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, controladora da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. índice de rotatividade

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Política de benefícios

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Energética de Minas Gerais						
17.155.730/0001-64	Brasileira	Não	Sim	13/01/2010		
2.896.785.330	100,000	0	0,000	2.896.785.330	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
28	0,000	0	0,000	28	0,000	
TOTAL						
2.896.785.358	100,000	0	0,000	2.896.785.358	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
Ações em Tesouraria					
		Não	Não	29/04/2010	
0	0,000	290.920	0,076	290.920	0,043
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
AGC Energia S.A					
11.221.326/0001-65	Brasileira	Sim	Não	16/06/2010	
98.321.592	32,964	0	0,000	98.321.592	14,408
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
BlackRock, Inc.					
	Norte Americana	Não	Não	01/12/2009	
0	0,000	36.104.343	9,399	36.104.343	5,291
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Energética de Minas Gerais				17.155.730/0001-64		
Estado de Minas Gerais						
18.715.615/0001-60	Brasileiro	Sim	Sim	29/04/2010		
151.993.292	50,958	0	0,000	151.993.292	22,273	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Lazard Asset Management LLC						
	Norte Americana	Não	Não	31/12/2011		
0	0,000	28.266.233	7,358	28.266.233	4,142	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
47.954.784	16,078	319.483.418	83,167	367.438.202	53,844	
TOTAL						
298.269.668	100,000	384.144.914	100,000	682.414.582	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AGC Energia S.A				11.221.326/0001-65		
OUTROS						
98.321.592	100,000	0	0,000	98.321.592	100,000	
TOTAL						
98.321.592	100,000	0	0,000	98.321.592	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BlackRock, Inc.					
OUTROS					
0	0,000	36.104.343	100,000	36.104.343	100,000
TOTAL					
0	0,000	36.104.343	100,000	36.104.343	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Estado de Minas Gerais				18.715.615/0001-60	
OUTROS					
151.993.292	100,000	0	0,000	151.993.292	100,000
TOTAL					
151.993.292	100,000	0	0,000	151.993.292	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lazard Asset Management LLC					
OUTROS					
0	0,000	28.266.233	100,000	28.266.233	100,000
TOTAL					
0	0,000	28.266.233	100,000	28.266.233	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	21/12/2011
Quantidade acionistas pessoa física	28
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7 Outras informações que a Companhia julga relevantes

A Companhia não possui outras informações relevantes que julgue relevantes.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cemig distribuição S.A.	31/12/2010	10.039.000,00	10.039.000,00	10.039.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	34.739.000,00	34.739.000,00	34.739.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	14.495.000,00	14.495.000,00	14.495.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica, decorrente do leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	25.296.000,00	25.296.000,00	25.296.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica, decorrente do leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	122.722.000,00	122.722.000,00	122.722.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica, decorrente do leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	226.474.000,00	226.474.000,00	226.474.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	4.748.000,00	4.748.000,00	4.748.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Despesa - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	4.970.000,00	4.970.000,00	4.970.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Despesa - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	14.327.000,00	14.327.000,00	14.327.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo- Encargos de Uso da Rede Elétrica – Forneç.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	13.429.000,00	13.429.000,00	13.429.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	3.163.000,00	3.163.000,00	3.163.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	4.093.000,00	4.093.000,00	4.093.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	129.647.000,00	129.647.000,00	129.647.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não Há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	106.966.000,00	106.966.000,00	106.966.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	61.276.000,00	61.276.000,00	61.276.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Despesa - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	76.566.000,00	76.566.000,00	76.566.000,00	Mensal.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Despesa - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2010	476.000,00	476.000,00	476.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2009	12.225.000,00	12.225.000,00	12.225.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	30/09/2011	9.854.000,00	9.854.000,00	9.854.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo – Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	30/09/2011	18.182.000,00	18.182.000,00	18.182.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo – Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	30/09/2011	76.431.000,00	76.431.000,00	76.431.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita – Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	30/09/2011	3.865.000,00	3.865.000,00	3.865.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Despesa – Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	30/09/2011	13.806.000,00	13.806.000,00	13.806.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo – Encargos de Uso de Rede Elétrica – Fornecimento					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	30/09/2011	2.785.000,00	2.785.000,00	2.785.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo – Encargos de Uso de Rede Elétrica – Fornecimento					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	30/09/2011	100.969.000,00	100.969.000,00	100.969.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita – Encargos de Uso de Rede Elétrica – Fornecimento					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	30/09/2011	31.390.000,00	31.390.000,00	31.390.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Despesa – Encargos de Uso de Rede Elétrica – Fornecimento					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Cemig Distribuição S.A.	30/09/2011	228.000,00	228.000,00	228.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo – Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia energetica de Minas Gerais	31/12/2009	668.000,00	668.000,00	668.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	917.054.000,00	917.054.000,00	917.054.000,00	Não aplicável, por se tratar de pagamento de JCP/Dividendos.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Passivo - Juros sobre Capital Próprio e Dividendos					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável, por se tratar de pagamento de JCP/Dividendos.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	5.357.000,00	5.357.000,00	5.357.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2009	5.715.000,00	5.715.000,00	5.715.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Passivo - Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energetica de Minas Gerais	31/12/2010	2.663.000,00	2.663.000,00	2.663.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Ativo - Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energética de Minas Gerais	30/09/2011	370.410.000,00	370.410.000,00	370.410.000,00	Não aplicável, por se tratar de pagamento de JCP/Dividendos.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato						
Passivo – Juros sobre Capital Próprio e Dividendos						
Garantia e seguros						
Não há.						
Rescisão ou extinção						
Não aplicável, por se tratar de pagamento de JCP/Dividendos.						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energética de Minas Gerais	30/09/2011	5.286.000,00	5.286.000,00	5.286.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato						
Passivo – Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.						
Garantia e seguros						
Não há.						
Rescisão ou extinção						
Não há.						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Companhia Energética de Minas Gerais	30/09/2011	2.673.000,00	2.673.000,00	2.673.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Ativo – Coligadas e Controladora. - Despacho ANEEL 3.924/2008 - Convenio de cooperação científica tecnológica e apoio recíproco entre Cemig Holding, Cemig D e Cemig GT; - Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig Holding às empresas do grupo; - Transferências de numerários sem caráter de empréstimo, em função de pagamentos equivocados de grandes clientes para companhia diferente daquela que, efetivamente, prestou o serviço.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2010	17.033.000,00	17.033.000,00	17.033.000,00	até 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego – Circulante					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2009	18.895.000,00	18.895.000,00	18.895.000,00	até 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego – Circulante					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2010	23.694.000,00	23.694.000,00	23.694.000,00	até 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Obrigações Pós-Emprego – Circulante					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2009	29.332.000,00	29.332.000,00	29.332.000,00	até 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Obrigações Pós-Emprego – Circulante					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2010	413.310.000,00	413.310.000,00	413.310.000,00	Até 2024	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante					
Garantia e seguros	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2009	411.064.000,00	411.064.000,00	411.064.000,00	Até 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo - Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2010	16.297.000,00	16.297.000,00	16.297.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Despesa de Pessoal Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2009	10.706.000,00	10.706.000,00	10.706.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Despesa - Despesa de Pessoal Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2010	3.180.000,00	3.180.000,00	3.180.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Custeio Administrativo Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	31/12/2009	3.476.000,00	3.476.000,00	3.476.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa - Custeio Administrativo Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	30/09/2011	17.892.000,00	17.892.000,00	17.892.000,00	Até 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo – Obrigações Pós- Emprego – Circulante					
Garantia e seguros	Não					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	30/09/2011	20.838.000,00	20.838.000,00	20.838.000,00	até 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa – Obrigações Pós- Emprego – Circulante					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	30/09/2011	5.174.000,00	5.174.000,00	5.174.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo – Outros – Circulante					
Garantia e seguros	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	30/09/2011	5.526.000,00	5.526.000,00	5.526.000,00	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Despesa – Outras					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	30/09/2011	1.554.727.000,00	419.570.000,00	351.835.000,00	Até 2024	6,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Passivo – Obrigações Pós- Emprego – Não Circulante					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Parte dos contratos da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.					
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	30/09/2011	2.105.000,00	2.105.000,00	2.105.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Despesa - Circulante. Recursos para o custeio administrativo anual do fundo de pensão, referente aos empregados da Companhia, em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha do pagamento da Companhia.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	30/09/2011	11.294.000,00	11.294.000,00	11.294.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada					
Objeto contrato	Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	35.109.000,00	35.109.000,00	35.109.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS. Decorrem das operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	42.069.000,00	42.069.000,00	42.069.000,00	Mensal.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS Decorrem das operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	27.914.000,00	27.914.000,00	27.914.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS Decorrem das operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	26.736.000,00	26.736.000,00	26.736.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS Decorrem das operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	369.361.000,00	369.361.000,00	369.361.000,00	Mensal.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita - Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS Decorrem das operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	322.003.000,00	322.003.000,00	322.003.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita - Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS Decorrem das operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	6.598.000,00	6.598.000,00	6.598.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Tributos Compensáveis – ICMS Decorrem das operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	7.742.000,00	7.742.000,00	7.742.000,00	Mensal.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo - Tributos Compensáveis – ICMS Decorrem das operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	120.000.000,00	37.083.000,00	120.000.000,00	Até o ano de 2031.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Debêntures					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	120.000.000,00	37.053.000,00	120.000.000,00	Até o ano de 2031.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo - Debêntures					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2010	120.000.000,00	29.000,00	120.000.000,00	Até o ano de 2031.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Despesa - Debêntures					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	31/12/2009	120.000.000,00	4.117.000,00	120.000.000,00	Até o ano de 2031.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energetica de Minas Gerais					
Objeto contrato	Despesa - Debêntures					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.					
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	30/09/2011	34.987.000,00	34.987.000,00	34.987.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo – Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS Sobre operações de venda de energia realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	30/09/2011	36.581.000,00	36.581.000,00	36.581.000,00	Mensal.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo – Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS Sobre operações de venda de energia realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	30/09/2011	298.305.000,00	298.305.000,00	298.305.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Receita – Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS Sobre operações de venda de energia realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	30/09/2011	7.917.000,00	7.917.000,00	7.917.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Ativo – Tributos Compensáveis – ICMS Sobre operações de venda de energia realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Governo do Estado de Minas Gerais	30/09/2011	120.000.000,00	45.535.000,00	120.000.000,00	Até o ano de 2031	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energética de Minas Gerais					
Objeto contrato	Passivo – Debêntures					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão Sem juros correção pelo IGPM.					
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	104.000,00	104.000,00	104.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2009	52.000,00	52.000,00	52.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	16.871.000,00	16.871.000,00	16.871.000,00	Mensal.	0,000000

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2009	25.701.000,00	25.701.000,00	25.701.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita - Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	106.000,00	106.000,00	106.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2009	72.000,00	72.000,00	72.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Ativo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2009	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	3.919.000,00	3.919.000,00	3.919.000,00	Mensal	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2009	661.000,00	661.000,00	661.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	31/12/2010	9.000,00	9.000,00	9.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Despesa - Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	30/09/2011	130.000,00	130.000,00	130.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo – Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	30/09/2011	19.558.000,00	19.558.000,00	19.558.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita – Fornecimento Bruto de Energia Elétrica decorrente de leilão público de energia.					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	30/09/2011	138.000,00	138.000,00	138.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Ativo – Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornecimento					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	30/09/2011	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Passivo – Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornecimento					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	30/09/2011	3.068.000,00	3.068.000,00	3.068.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Receita – Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornecimento					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Light S.A.	30/09/2011	12.000,00	12.000,00	12.000,00	Mensal.	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Despesa – Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornecimento					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Emitido				
13/01/2010	3.296.785.358,90		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Subscrito				
13/01/2010	3.296.785.358,90		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Integralizado				
13/01/2010	3.296.785.358,90		2.896.785.358	0	2.896.785.358

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 Outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes foram descritas acima.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	01/11/2006
Data de vencimento	01/11/2011
Quantidade	37.152
Unidade	
Valor total R\$	588.371.752,56
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	A primeira emissão pública de debêntures simples da Companhia contava com as seguintes principais características: (i) Séries: duas. (ii) Valor Nominal Unitário: (a) R \$349.556.035,80, para a 1ª série; e (b) R\$238.815.716,77, para a 2ª série. (iii) Prazo de Vencimento: (a) 36 meses, com data de vencimento em 1º de novembro de 2009, para a 1ª série; e (b) 60 meses, com data de vencimento em 1º de novembro de 2011, para a 2ª série. (iv) Remuneração: (a) CDI + 1,2% ao ano, para a 1ª série; e (b) 104% do CDI, para a 2ª série. A Remuneração é paga anualmente, em 1º de novembro. (v) Amortização do Principal: Na data de vencimento de cada série. (vi) Garantia: Fidejussória (fiança) prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”). (vii) Crédito: Quirografário. Para informações adicionais sobre esta emissão, vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação. Alterações nas condições de remuneração, repactuação, garantia e pagamento deverão ser aprovadas por debenturistas representando 100% das debêntures em circulação. A liberação da Companhia de obrigações e situações de vencimento antecipado deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos dois terços das debêntures em circulação.
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Planner Corretora de Valores S.A. Banco Mandatário: Banco Itaú S.A. Em 1º de novembro de 2009, as debêntures da 1ª série da emissão foram liquidadas na data de vencimento. Em 1º de novembro de 2011, as debêntures da 2ª série da emissão foram liquidadas na data de vencimento.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Nota Promissória
Data de emissão	21/12/2007
Data de vencimento	18/06/2008
Quantidade	20
Unidade	
Valor total R\$	200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A Oferta foi destinada, única e exclusivamente, a investidores qualificados, conforme definidos pelo artigo 109, inciso I da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá resgatar antecipadamente as notas promissórias, a seu exclusivo critério, desde que haja anuência expressa dos titulares das mesmas, nos termos da legislação aplicável. No caso de resgate antecipado parcial, este se realizará mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Características dos valores mobiliários de dívida	A segunda emissão pública de notas promissórias comerciais da Companhia em série única contava com as seguintes principais características: (i) Remuneração: 101,5% da taxa média dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. (ii) Garantia: Não há. (iii) Crédito: Quirografário. Para informações adicionais sobre esta emissão, vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Banco Mandatário: Banco Citibank S.A. Em 18 de junho de 2008, as Notas Promissórias Comerciais da 2ª Emissão da Companhia, foram integralmente liquidadas no seu vencimento.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Notas Promissórias
Data de emissão	30/10/2009
Data de vencimento	28/04/2010
Quantidade Unidade	270
Valor total R\$	2.700.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	A oferta teve como público alvo fundos de investimento (inclusive aqueles fundos de investimento cujos cotistas não são considerados investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004), bem como outros investidores caracterizados como investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/2004. As notas promissórias não foram consideradas adequadas a investidores que: (i) busquem retornos de médio e longo prazos; (ii) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das notas promissórias no mercado secundário; e/ou (iii) não estejam capacitados a compreender e assumir os riscos inerentes ao investimento nas notas promissórias.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá resgatar as notas promissórias em circulação antecipadamente, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, pelo seu valor nominal unitário, sem pagamento de qualquer prêmio aos titulares de notas promissórias, de acordo com os procedimentos previstos na cártula.
Características dos valores mobiliários de dívida	A terceira emissão pública de notas promissórias comerciais da Companhia contava com as seguintes principais características: (i) Remuneração: 113% da taxa média dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. (ii) Garantia: Aval da Companhia Energética de Minas Gerais -CEMIG. Para informações adicionais sobre esta emissão, vide item 18.10 deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A aprovação de qualquer deliberação em assembleia precisa da aprovação de titulares das notas promissórias que representem mais de 50% das notas promissórias em circulação, observados os quora qualificados estabelecidos na cártula. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às assembleias previstas na cártula dependerá da aprovação de titulares das notas promissórias que representem, no mínimo, 75% das notas promissórias em circulação e deverá ser aprovada pela Companhia. As alterações solicitadas pela Companhia relativas: (i) à remuneração das notas promissórias; (ii) ao prazo de vencimento das notas promissórias, (iii) ao aval; e/ou (iv) aos eventos de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da assembleia dos titulares das notas promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das notas promissórias que representem 90%, no mínimo, das notas promissórias em circulação.
Outras características relevantes	BANCO MANDATÁRIO: Banco Bradesco S.A. Em 10 de março de 2010, a Companhia efetuou o resgate antecipado total, de forma unilateral, das Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão da Companhia, conforme previsto nas cártulas.
<hr/>	
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	15/01/2010
Data de vencimento	15/01/2015
Quantidade	270.000
Unidade	
Valor total R\$	2.700.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	A segunda emissão pública de debêntures simples da Companhia contava com as seguintes principais características: (i) Séries: duas; (ii) Valor Nominal: (a) R \$1.566.000.000,00 debêntures, para a 1ª série; (b) R\$1.134.000.000,00 debêntures, para 2ª série; (iii) Data de Vencimento: (a) 2 anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2012, para a 1ª série; (b) 5 anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de janeiro de 2015, para a 2ª série. (iv) Remuneração: (a) CDI + 0,9% ao ano, para a 1ª série; (b) 7,6796% ao ano, para a segunda série. A remuneração é paga anualmente, em 15 de janeiro. (v) Amortização do Principal: (a) na data de vencimento da série, em 15 de janeiro de 2012, para a 1ª série; (b) em três parcelas anuais, em 15 de janeiro de 2013, 15 de janeiro de 2014 e 15 de janeiro de 2015 (33%, 33% e 34%, respectivamente), para a 2ª série. (vi) Correção Monetária: (a) as debêntures da 1ª série não terão correção monetária; (b) as debêntures da 2ª série serão corrigidas monetariamente pelo IPCA, pago juntamente com a amortização do principal. (vii) Garantia: Fidejussória (fiança) prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. (viii) Crédito: Quirografário. Para informações adicionais sobre esta emissão, vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As deliberações da assembleia geral de debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação. As alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das debêntures; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas; (iii) à espécie das debêntures; (iv) à cláusula VII da escritura (vencimento antecipado); (v) às autorizações ou permissões (waivers) com relação a obrigações da Companhia decorrentes da escritura; e/ou (vi) às disposições e/ou dos quora estabelecidos na escritura deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 4ª Emissão em série única ("NPs")
Data de emissão	13/01/2012
Data de vencimento	11/07/2012
Quantidade Unidade	100
Valor total R\$	1.000.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Oferta destinada, única e exclusivamente, a Investidores Qualificados. As NPs somente poderão ser negociadas no mercado secundário por meio do CETIP21, observado que sua negociação somente poderá ocorrer entre Investidores Qualificados e após decorridos 90 dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme art.13 e 15 da Instrução CVM 476/2009 ("Período de Restrição"). Após o Período de restrição e observado o disposto nessa Instrução, as NPs poderão ser negociadas nos mercados de balcão, organizado ou não, não podendo, porém, ser negociadas em bolsa de valores sem que a Emissora tenha o registro de que trata o art. 21 da Lei 6.385/76, conforme alterada.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, nos termos dos § 2º e 4º do art.7º da Instrução CVM 134/90, a partir de 30 dias da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as NPs em circulação, sem pagamento de qualquer prêmio aos Titulares das NPs. No caso de resgate antecipado parcial, será adotado o critério de sorteio, com base no número de cada NP, nos termos do § 4º do art.7º da Instrução CVM 134/90, observado o prazo mínimo previsto no inciso II, do art.7º dessa Instrução.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Características dos valores mobiliários de dívida**

Juros Remuneratórios: (i) 103% da Taxa DI, calculada desde o dia da emissão até o 60º dia, exclusive; (ii) 104% da Taxa DI calculada desde o 60º dia, inclusive, até o 120º dia, exclusive; e (iii) 105% da Taxa DI calculada desde o 120º dia, inclusive, até o 180º dia, exclusive. Garantia: aval da CEMIG. Crédito: sem preferência. Restrições ao emissor: não há. Hipóteses de Vencimento Antecipado: os titulares das NPs podem declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das NPs caso ocorra qualquer uma dessas hipóteses: (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou Avalista, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência formulado pela Emissora e/ou Avalista; ou, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e ou Avalista, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou Avalista, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50 milhões ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou Avalista, conforme aplicável, ou se for suspenso, cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data de vencimento da obrigação; (c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou Avalista decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões ou seu equivalente em outras moedas; (d) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou Avalista, sem a prévia anuência dos titulares das NPs que representem 75%, no mínimo, das NPs em Circulação, salvo se por determinação legal; (e) incorporação da Emissora e/ou Avalista por outra empresa, cisão ou fusão da Emissora e/ou Avalista, salvo se por determinação legal ou regulatória, ou se vinculada à eventual transferência da participação acionária da Emissora na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA para a Avalista, ou se relacionada a operação de swap de ativos (otimização societária), ou, ainda, se não provocar a alteração do rating da Emissora e/ou Avalista existente na Data da Emissão; (f) privatização da Emissora e/ou Avalista; (g) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e/ou Avalista que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora e/ou Avalista; e (h) inadimplemento injustificado pela Emissora e/ou Avalista, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50 milhões ou seu equivalente em outras moedas.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Assembleia de Titulares das NPs: A Emissora, os titulares de NPs que representem 10%, no mínimo, das NPs em Circulação e/ou a CVM poderão convocar assembleia geral dos titulares das NPs ("Assembleia") a qualquer momento, quando julgarem necessário. Nas deliberações da Assembleia, a cada NP caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, detentor de NP da Oferta Restrita ou não. A aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia precisa da aprovação de titulares das NPs que representem mais de 50% das NPs em Circulação, observados os quoruns qualificados. Toda e qualquer alteração às regras relacionadas às Assembleias dependerá da aprovação de titulares das NPs que representem, no mínimo, 75% das NPs em Circulação e deverá ser aprovada pela Emissora. As alterações solicitadas pela Emissora relativas a: (i) Remuneração das NPs; (ii) prazo de vencimento das NPs; (iii) aval; e/ou (iv) hipóteses de vencimento antecipado, deverão ser aprovadas, em primeira convocação da Assembleia dos titulares das NPs ou em convocação subsequente, por titulares das NPs que representem, no mínimo, 90% das NPs em Circulação.

Outras características relevantes

Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A. Destinação dos Recursos: os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram destinados ao pagamento de parte da dívida correspondente à primeira série da segunda emissão de debêntures simples da Emissora, vincenda em 15 de janeiro de 2012.

Valor mobiliário**Debêntures****Identificação do valor mobiliário**

Terceira emissão de debêntures simples.

Data de emissão

15/02/2012

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	15/02/2022
Quantidade	1.350.000
Unidade	
Valor total R\$	1.350.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	<p>Atualização monetária: (i) 1ª série: não há; (ii) 2ª e 3ª séries: pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA – IBGE.</p> <p>Juros remuneratórios: (i) 1ª série: 100% da Taxa DI capitalizada de spread de 0,9% ao ano; (ii) 2ª série: 6,0% ao ano; e (iii) 3ª série: 6,2% ao ano.</p> <p>Pagamento dos juros remuneratórios: anualmente para todas as séries.</p> <p>Amortização: (i) 1ª série: em uma única parcela, na data de vencimento; (ii) 2ª série: em 2 parcelas anuais, iguais e consecutivas, a partir do 6º ano contado da data de emissão; e (iii) 3ª série: em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir do 8º ano contado da data de emissão, na proporção de 33%, 33% e 34% do valor nominal.</p> <p>Repactuação: não haverá.</p> <p>Garantia: fiança prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.</p> <p>Crédito: sem preferência, concorrendo com os demais credores.</p> <p>Restrições ao Emissor: não há.</p> <p>Hipóteses de Vencimento Antecipado: são considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, de todos os valores devidos as debenturistas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer dos seguintes eventos: (vide "18.10 - Outras informações relevantes").</p> <p>Resgate Obrigatório: os debenturistas da 2ª série e/ou os debenturistas da 3ª série que assim o desejarem, poderão solicitar à Emissora o resgate antecipado das debêntures de sua titularidade na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (i) caso as debêntures da 2ª série não sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, 10 (dez) investidores, com participação individual máxima de 20% da referida série; (ii) caso as debêntures da 3ª série não sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, 5 investidores, com participação individual máxima de 20% da referida série; (iii) caso a classificação de risco (rating) da emissão não seja atualizada pela Agência de Classificação de Risco em periodicidade mínima anual, na hipótese de a ocorrência do referido evento não resultar no vencimento antecipado das debêntures da 2ª série e/ou das debêntures da 3ª série; (iv) caso as debêntures da 2ª série ou as debêntures da 3ª série, conforme o caso, passem a ser remuneradas por outras taxas que não juros prefixados, índices de preços e/ou outras taxas de juros de referência; (v) caso o formador de mercado deixe de exercer sua função durante os primeiros 12 meses após a data de emissão, na hipótese de a ocorrência do referido evento não resultar no vencimento antecipado das debêntures; (vi) caso deixe de ser adotado mecanismo que garanta a divulgação periódica de relatório de análise preparado por analistas de investimento devidamente credenciados pela CVM durante os primeiros 12 meses após a data de emissão; (vii) caso as debêntures da 2ª série e/ou as debêntures da 3ª série deixem de ser negociadas em mercado de bolsa de valores ou de balcão organizado, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência por terceiros, na hipótese do referido evento não resultar no vencimento antecipado das debêntures; e (viii) a ocorrência do disposto no subitem (viii) das hipóteses de vencimento antecipado, no caso de a ocorrência do referido evento de inadimplemento não resultar no vencimento antecipado das debêntures.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>Assembleia de Debenturistas: exceto pelo disposto nos subitens demonstrados no item 18.10.</p>

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**Outras características relevantes**

Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A. - Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das debêntures foram destinados para o resgate total das 100 notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia, emitidas em 13/01/2012, pelo seu valor nominal unitário acrescido de juros remuneratórios e para reforço do capital de giro da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As debêntures são registradas para negociação no mercado secundário por meio do: (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema BOVESPAFIX, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

As Notas Promissórias da 2ª e da 3ª emissões da Companhia foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do NOTA – Módulo de Notas Comerciais, sendo as negociações liquidadas na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

2ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 27 de dezembro de 2004, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Companhia os direitos e obrigações decorrentes da 2ª emissão de debêntures. Esta dívida foi, portanto, integralmente assumida pela Companhia e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista no referido Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas. Para maiores informações sobre as características das debêntures objeto desta emissão, vide item 18.5 do Formulário de Referência da Cemig.

4ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 27 de dezembro de 2004, a CEMIG e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes da Escritura Particular da 4ª Emissão Privada de Debêntures Simples da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Companhia os direitos e obrigações decorrentes dessa emissão, cuja dívida foi integralmente assumida pela Companhia e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista na referida Escritura. Para maiores informações sobre as características das debêntures objeto desta emissão, vide item 18.5 do Formulário de Referência da Cemig.

5ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 29 de dezembro de 2005, a CEMIG e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes da Escritura Particular da 5ª Emissão Privada de Debêntures Simples da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Companhia os direitos e obrigações decorrentes dessa emissão, cuja dívida foi integralmente assumida pela Companhia e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista na referida Escritura. Para maiores informações sobre as características das debêntures objeto desta emissão, vide item 18.5 do Formulário de Referência da Cemig.

6ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2007, a CEMIG celebrou com a Companhia um instrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes da escritura da Escritura Particular da 6ª Emissão Privada de Debêntures da CEMIG, visando a transferência dos recursos obtidos da obrigação pelo pagamento da dívida para a Companhia, uma vez que tais recursos deveriam ser aplicados na AHE Irapé. Para maiores informações sobre as características das debêntures objeto desta emissão, vide item 18.5 do Formulário de Referência da Cemig.

Em relação às emissões elencadas no item 18.5 deste Formulário de Referência, apresentamos as seguintes informações adicionais:

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas***Debêntures Simples da 1ª Emissão, não conversíveis em ações*****Características dos Valores Mobiliários:**

(viii) **Restrições Impostas ao Emissor:** Não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas. Não há restrições à alienação de ativos, à contratação de novas dívidas ou à emissão de novos valores mobiliários, observado que, conforme alínea (j) da Cláusula V, do item 5.2 – Vencimento Antecipado, da escritura de emissão, a emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar o Mecanismo Alternativo de Pagamento –Poder Liberatório, geram o vencimento antecipado das debêntures da emissão. (ix) O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia, do seu valor nominal atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido dos juros remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: a) o não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento; b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia ou a CEMIG, cujo valor global ultrapasse R\$10 milhões, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, pela CEMIG, ou por qualquer uma de suas controladas e/ou subsidiárias (as “Subsidiárias”), se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; c) pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia, pela CEMIG ou por qualquer de suas Subsidiárias; d) extinção, dissolução ou decretação da falência da Companhia, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias; e) falta de cumprimento, pela Companhia ou pela CEMIG, de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; f) se a Companhia, a CEMIG ou qualquer de suas Subsidiárias deixarem de pagar, injustificadamente, na data de vencimento, ou não tomarem as medidas legais e ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação devida pela Companhia, pela CEMIG ou por qualquer de suas Subsidiárias, segundo qualquer acordo de qual ela seja parte como mutuária ou avalista, envolvendo quantia igual ou superior a R\$10 milhões; g) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, da CEMIG ou de qualquer de suas Subsidiárias em montante igual ou superior a R\$10 milhões, em razão de inadimplência contratual ou não, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia ou da CEMIG previstas na Escritura; h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

reorganização societária que implique redução do capital social da Companhia e/ou da CEMIG, exceto se essa reorganização societária ocorrer com relação às seguintes controladas da CEMIG: Companhia de Gás de Minas Gerais-Gasmig, Empresa de Infovias S.A. e Way TV Belo Horizonte S.A.; i) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Companhia, pela CEMIG ou por qualquer uma de suas Subsidiárias; ou j) emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar o Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, conforme estabelecido na Cláusula VI abaixo. (x) **Destinação de Recursos:** Não houve recebimento de recursos, uma vez que as debêntures foram integralizadas com as debêntures da 1ª Emissão da “Companhia Energética de Minas Gerais-CEMIG (“1ª Emissão da CEMIG”)” em razão da Permuta Obrigatória prevista. Por sua vez, os recursos obtidos com a 1ª Emissão da CEMIG foram destinados ao financiamento de empreendimentos na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive para implementação de projetos envolvendo parcerias com empresas do setor privado, conforme o programa de obras de geração e transmissão da CEMIG estabelecido para os anos de 2001, 2002 e para o primeiro trimestre de 2003. (xi) **Mecanismo Alternativo De Pagamento:** na hipótese de não pagamento pela Companhia de qualquer valor devido em relação às debêntures, ou previsto nos termos da escritura de emissão, nas respectivas datas de vencimento, as debêntures terão poder liberatório, e serão obrigatoriamente aceitas pela Companhia em dação em pagamento pelos debenturistas de contas de fornecimento de energia elétrica faturadas pela Companhia.

Notas Promissórias Comerciais da 2ª Emissão em série única

Características dos Valores Mobiliários:

(iv) **Restrições Impostas ao Emissor:** Não há. (v) **Vencimento Antecipado:** Os titulares das Notas Promissórias poderão declarar automática e antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias de que sejam detentores e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração e dos encargos, calculados pro rata tempore, a partir da Data de Emissão, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da Companhia na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Companhia, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Companhia; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (ii) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, não pago ultrapasse R\$50 milhões, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

prazo máximo de 30 dias contados da data de vencimento da obrigação; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões; (iv) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, salvo se por determinação legal, sem a prévia anuência dos titulares; (v) incorporação da Companhia por outra empresa, cisão ou fusão da Companhia, salvo se por determinação legal; (vi) privatização da Companhia; (vii) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Companhia que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Companhia; ou (viii) inadimplemento injustificado pela Companhia, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50 milhões. (vi) **Destinação de Recursos:** (a) recomposição de caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida da Companhia ocorridos desde janeiro de 2007 até o recebimento dos recursos, pagamentos estes estimados em R\$161,5 milhões, dos quais se destaca o pagamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$143,0 milhões; e (b) pagamento das dívidas vincendas até o final do ano estimado em R\$38,5 milhões.

Notas Promissórias Comerciais da 3ª Emissão em série única

Características dos Valores Mobiliários:

(iii) **Restrições Impostas ao Emissor:** Não há. (iv) **Vencimento Antecipado:** Qualquer dos titulares das Notas Promissórias poderá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Promissórias de que seja detentor e exigir o imediato pagamento pela Companhia e/ou pela CEMIG do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias acrescido da Remuneração e dos encargos, calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçada à sede da Companhia e/ou da CEMIG na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou da CEMIG, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Companhia e/ou pela CEMIG; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (ii) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou contra a CEMIG cujo valor, individual ou agregado, não pago ultrapasse R\$50 milhões, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou pela CEMIG (conforme aplicável), ou se for cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de vencimento da obrigação; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da CEMIG

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões ou seu equivalente em outras moedas; (iv) mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou da CEMIG, sem a prévia anuência dos titulares das Notas Promissórias que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação, salvo se por determinação legal; (v) incorporação da Companhia e/ou da CEMIG por outra empresa, cisão ou fusão da Companhia e/ou da CEMIG, salvo se por determinação legal; (vi) privatização da Companhia e/ou da CEMIG; (vii) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Companhia e/ou da CEMIG que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Companhia e/ou da CEMIG; ou (viii) inadimplemento injustificado pela Companhia e/ou pela CEMIG, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50 milhões ou seu equivalente em outras moedas. (v) **Destinação Recursos:** (a) R\$ 1,07 bilhão, ou aproximadamente 40% do valor total da emissão foram utilizados para aporte de capital na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) para que esta, então, utilizasse esses recursos na aquisição de 49% das ações ordinárias da Terna de propriedade da Terna S.p.A.; (b) até R\$ 0,96 bilhão ou aproximadamente até 36% do valor total da emissão, foram destinados ao aporte de capital na Alterosa para que esta utilizasse esses recursos na realização da oferta pública de ações da Aliança; e (c) o restante do valor captado por meio da emissão foi destinado à recomposição de caixa dos investimentos já realizados em 2009 pela Companhia, bem como para a implementação do plano de investimentos da Companhia.

Debêntures Simples da 2ª Emissão, não conversíveis em ações

Características dos Valores Mobiliários:

(ix) **Restrições Impostas ao Emissor:** Não há. (x) **Vencimento Antecipado:** (a) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou da CEMIG, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Companhia e/ou pela CEMIG; ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia e/ou da CEMIG, nos termos da legislação aplicável; (b) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures; (c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da CEMIG decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (d) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Companhia e/ou a CEMIG seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Companhia e/ou da

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

CEMIG, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época, sendo que, no caso da CEMIG, esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da CEMIG; (e) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou contra a CEMIG, cujo valor global ultrapasse R\$50 milhões ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de trinta dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário à Companhia; (f) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário à Companhia; (g) se a Companhia e/ou a CEMIG, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou CEMIG, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50 milhões ou seu equivalente em outras moedas; e/ou (h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que impliquem redução do capital social da Companhia e/ou da CEMIG, salvo se por determinação legal. (x) **Destinação Recursos:** os recursos recebidos foram integralmente utilizados para o resgate das 270 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, emitidas em 30 de outubro de 2009.

Debêntures simples da 3ª emissão, não conversíveis em ações**Datas de vencimento:**

1ª série em 15/02/2017, 2ª série em 15/02/2019 e 3ª série em 15/02/2022.

Hipóteses de Vencimento Antecipado:

Eventos: (i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Garantidora, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora e/ou pela Garantidora, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos da legislação aplicável; (ii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (iv) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Emissora e/ou a Garantidora sejam parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas à época; (v) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujo valor global ultrapasse R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; (vi) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; (vii) se a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (viii) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que implique redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória; (b) vinculada à eventual transferência da participação acionária da Emissora na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA (“TAESA”) para a Garantidora; (c) relacionada a operação de swap de ativos (otimização societária) ; ou (d) não provocar a alteração do rating da emissão para uma nota inferior a “Aa3.br” fornecida pela Moody’s América Latina ou classificação equivalente emitida por outra agência de classificação de risco a ser contratada pela Emissora; e/ou (ix) transformação da Emissora em sociedade limitada.

Condições para Alteração:

Assembleia de Debenturistas: exceto pelo disposto nos subitens a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures da respectiva série da Emissão: (i) os quora expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura; (ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de remuneração das debêntures, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 da Escritura; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, conforme previsto na Escritura; e/ou; (c) à espécie das debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures da respectiva série da Emissão; (iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII da Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação; e (iv) as alterações das disposições e/ou dos quora estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 e 10.6 da Escritura, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer outra subsequente, por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação da respectiva série da Emissão.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Documento ainda não preenchido!

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

Estão subordinados à política de divulgação de ato ou fato relevante e uso de informações, assim como à política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, os: Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivos da Companhia; empregados e executivos com acesso as informações relevantes; e, ainda quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na sociedade, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (“Pessoas Relacionadas”). As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, que versem sobre matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, a Informação Relevante deverá ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, para que o mesmo divulgue a eventual Informação Relevante ao mercado simultaneamente à realização da reunião.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da Companhia aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre Ato ou Fato Relevante perante a CVM, as bolsas de valores e a *Securities Exchange Commission* (“SEC”), se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas bolsas de valores, e, ainda, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Não obstante a obrigação legal imposta aos administradores da companhia aberta de divulgar imediatamente à bolsa de valores e à imprensa informações sobre atos ou fatos relevantes, nos termos do parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Instrução CVM 358 atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, assim como a função de zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam negociados. De modo a assegurar o cumprimento dos deveres atribuídos ao Diretor de Relações com Investidores, no âmbito da Instrução CVM 358, as Pessoas Relacionadas têm o dever de comunicar ao Diretor de Relações com Investidores informação acerca de ato ou fato relevante para que este possa cumprir seu dever de comunicar e divulgar.

Quando Informar e Divulgar Prazos

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A Quem Informar

As informações sobre Ato ou Fato Relevante deverão ser comunicadas à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a *Securities Exchange Commission* (“SEC”) (caso aplicável) e à(s) bolsa(s) de valor(es) na(s) qual(is) o(s) valor(es) mobiliário(s) seja(m) admitido(s) à negociação.

Formas de Divulgação Jornais e Internet

A divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia deverá ser realizada por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A Companhia poderá, a cada divulgação de Ato ou Fato Relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais referidos no item acima, mas nesta hipótese, deverá(ão) estar indicado(s) nas publicações o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às bolsas de valores, e à SEC, caso aplicável. A divulgação e a comunicação de Ato ou Fato Relevante, inclusive da informação veiculada através da Internet acima referida, devem ser realizadas de modo claro e preciso, assim como devem atender a uma linguagem acessível ao público investidor.

A Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo

As Pessoas Relacionadas com acesso a informação terão o dever de: (i) guardar sigilo das informações relativas à Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam,

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo. Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Exceção à Imediata Divulgação

Como explicitado anteriormente, a regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação ao mercado. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Essa exceção (não divulgação de Ato ou Fato Relevante) somente se aplicará nos casos em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua Ato ou Fato Relevante puser em risco interesse legítimo da Companhia. Nesse caso, deve-se estar atento para a obrigação de divulgação imediata se a informação escapar ao controle. Na hipótese acima e à luz das circunstâncias, o Diretor de Relações com Investidores deverá submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante através de proposta de manutenção de sigilo a ser dirigida ao presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”. Caso a CVM decida pela revelação do ato ou fato relevante, determinará que, imediatamente, o comunique às bolsas de valores e o divulgue publicamente.

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia

Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a negociações promovidas pelos Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores encaminhar comunicação a respeito dirigida ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito. Entretanto, na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrendo oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, torna-se obrigatória a divulgação imediata de Ato ou Fato Relevante por meio dos Administradores e Acionistas Controladores de forma direta ou através do Diretor de Relações com Investidores independentemente da decisão dos Administradores e Acionistas Controladores.

Responsabilidade em Caso de Omissão

Caso, diante da comunicação realizada, as pessoas mencionadas neste item constatem a omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM. Caso haja omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante anteriormente não divulgado por decisão dos Administradores ou Acionistas Controladores e, posteriormente, essa mesma informação escape ao controle ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, os Administradores ou Acionistas Controladores somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Procedimentos de Comunicação de Informações sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar informações sobre todas as negociações que realizarem com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou ainda com valores mobiliários de emissão de sociedades controladas ou controladoras, de que sejam titulares eles próprios ou as Pessoas Ligadas, bem como as alterações em suas posições e seus planos de negociação periódica, inclusive as subsequentes alterações e o descumprimento de tais planos.

A comunicação deverá ser efetuada pelas pessoas mencionadas acima: (i) imediatamente após a investidura no cargo; e (ii) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período. O Diretor de Relações com Investidores encaminhará todas as informações recebidas à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores nas quais os valores mobiliários estejam admitindo à negociação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o término do mês de referência.

Procedimentos de Comunicação e Divulgação sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de valores mobiliários de Assessoria de Relações com Investidores emissão da Companhia, que envolvam participação acionária relevante, previstos nessa Seção, são baseados no artigo 12 da Instrução CVM 358.

Entende-se por participação acionária relevante aquela que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia. O dever de divulgação e comunicação aplica-se: aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do conselho de administração da Companhia, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, quando os mesmos adquirirem ou alienarem (ou extinguirem) participação acionária relevante, ou direitos sobre participação acionária relevante. A divulgação deverá ser realizada pro meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou, ainda, pela publicação de forma resumida nesses jornais com indicação do endereço na Internet.

Estará igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária relevante igual ou superior ao percentual referido acima, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

A comunicação à CVM e à(s) bolsa(s) de valor(s) deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação relevante mencionada nesta Seção.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

Diretor de Relações com Investidores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.